

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

THOR SAAD RIBEIRO

**CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: A CONSTRUÇÃO DE UM
DESENVOLVIMENTO CAMPONÊS**

Versão Corrigida

São Paulo
2022

THOR SAAD RIBEIRO

**CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: A CONSTRUÇÃO DE UM
DESENVOLVIMENTO CAMPONÊS**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em
Sociologia

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Rc Ribeiro, Thor
 CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: A CONSTRUÇÃO DE UM
 DESENVOLVIMENTO CAMPONÊS / Thor Ribeiro; orientador
 Alvaro Comin - São Paulo, 2022.
 81 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Sociologia. Área de
concentração: Sociologia.

1. Desenvolvimento. 2. Desenvolvimento Rural. 3.
Movimentos Sociais. 4. Tecnologias Sociais. 5.
Convivência com o Semiárido. I. Comin, Alvaro,
orient. II. Título.

Folha de Aprovação

RIBEIRO, T.S. Convivência com o Semiárido: a construção de um desenvolvimento camponês – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Álvaro Comin (Presidente)
Departamento de Sociologia/FFLCH/USP

Andrea Santos Baca, Professora Doutora
Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas/UFABC (externo)

Alexandre Costa Barbosa, Professor Livre-Docente
Instituto de Estudos Brasileiros/USP

Guilherme Costa Delgado, Professor Doutor
Universidade Federal de Uberlândia/ IPEA

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Thor Saad Ribeiro_____

Data da defesa: _08_/ _03___/ _2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): ___Alvaro A Comin_____

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, _04_/ _05___/ _2022_



(Assinatura do (a) orientador (a))

Dedicatória

“Franco... tuya es la hacienda...
la casa, el caballo y la pistola...
Mía es la voz antigua de la tierra.
Tú te quedas con todo
y me dejas desnudo y errante por el
mundo...
mas yo te dejo mudo... ¡mudo!...
Y cómo vas a recoger el trigo
y a alimentar el fuego
si yo me llevo la canción?”
-León Felipe

Este trabalho é dedicado àqueles que se dedicam à luta por uma vida livre, próspera e bonita no campo.

Agradecimentos

Este trabalho não seria possível sem o cuidado e a gentileza de muitos.

Agradeço em primeiro lugar a Álvaro Comin, orientador sério, perspicaz, interessado, e excepcionalmente dedicado.

Agradeço ao amigo João Furtado pelo encorajamento, pelos cafés com papos, leituras cuidadosas; e também pelo exemplo inspirador de acadêmico de excelência, engajado e humano.

Agradeço a minha companheira Natália pelo incentivo constante e pelo cuidado sem o qual esse trabalho não seria possível em situações tão desafiadoras.

Agradeço ao Zé Bortolucci pelas conversas que deram origem a este projeto.

Agradeço a Marcel Bursztyn e Gabriela Litre por ajudarem na primeira encarnação desse projeto, que frutifica agora, ainda que com um certo atraso.

Agradeço a Lolli, minha mãe, e Joel, meu avô, que plantaram em mim o gosto pelo conhecimento e pela leitura.

Por fim, agradeço ao meu filho Caetano, cuja chegada me lembrou da mágica da vida e traz mais sentido e urgência na luta por um mundo melhor.

RESUMO

RIBEIRO, T.S. Convivência com o Semiárido: a construção de um desenvolvimento camponês – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o caso da emergência do programa de desenvolvimento conhecido como Convivência com o Semiárido, elaborado no contexto do Semiárido brasileiro. Para tanto, foi realizado um levantamento teórico sobre a literatura das correntes contra-hegemônicas do desenvolvimentismo e das transformações agrárias no Sul Global. No plano empírico, a pesquisa se dedicou a uma análise de discurso da Articulação do Semiárido - ASA, principal proponente da Convivência. A reconstituição analítica do discurso da Convivência se deu a partir de uma pesquisa documental de publicações e materiais audiovisuais da ASA, bem como de entrevistas com dirigentes da ASA e de suas organizações participantes, bem como de gestores do Governo Federal envolvidos nos programas de cisternas. Com isto, foram identificados alguns tópicos centrais nos quais a Convivência com o Semiárido elabora críticas ao desenvolvimentismo hegemônico e do agronegócio corporativo: a concepção limitada da natureza enquanto recurso econômico e a incapacidade de lidar com a crise ambiental, o monopólio da ciência e a desqualificação dos conhecimentos vernaculares, a recusa de processos democráticos e inclusivos. Em contrapartida, a Convivência articula um discurso de desenvolvimento baseado na agroecologia e na economia camponesa.

Palavras-chave: desenvolvimento, desenvolvimento rural, movimentos sociais, camponês, sustentabilidade.

ABSTRACT

This research aims to analyze a development project, known as *Convivência com o Semiárido* (“living with semi-aridity”). This analysis proceeded first by reviewing the literature on counter-hegemonic currents on development and agrarian transformations in the Global South. Afterwards, it proceeded through a analysis of the discourse of the organization *Articulação do Semiárido - ASA*, the major proponent of the *Convivência* project. The analytical reconstitution of the discourse involved a research of the documents, publications, videos and photos by ASA, and also interviews with ASA’s leaders and their interlocutors in the Federal Government of Brazil. The discourse analysis allowed for the identification of some topics in which the *Convivência* discourse centered its critique of hegemonic developmentalism and corporatist agribusiness: their conception of nature as an economic resource and incapacity to deal with environmental crises, the monopoly of mainstream science and disregard for vernacular and traditional forms of knowledge, their refusal to accept democratic and inclusive processes, and the effacement of the role of civil society. The *Convivência* discourse offers an alternative project, based on agroecology and a peasant economy, that points to a alternative modernization of agrifood systems and rural territories.

Key words: development, rural development, social movements, peasants, sustainability.

Lista de Figuras

Figura 1 - Tipologias de agricultura

Figura 2 - Razão de exportações agrícolas sobre a produção agrícola total mundial

Figura 3- Concentração de mercado nos sistemas agroalimentares. Figura 4 - variação de preço de produtos in natura e processados no varejo entre 1980 e 2000

Figura 5 - Família camponesa de Catacaos, Peru

Figura 6 - Semiárido Legal

Figura 7: cisterna doméstica instalada na comunidade da Caicara, MG

Figura 8: Cisterna escolar em Caraúbas - RN

Figura 9: Cisterna barrageira, de produção.

Figura 10: Mística de encerramento do VII Encontro Nacional da ASA.

Figura 11: Caminhada por um Semiárido Justo e com Desenvolvimento no VII EconASA

Figura 12: Terceiro Encontro Nacional de Agricultoras e Agricultores Experimentadores.

Figura 13: Terceiro Encontro Nacional de Agricultoras e Agricultores Experimentadores.

Figura 14: Banco de Semente Comunitário do Zé Pequeno, em Alagoa Nova, Borborema-PB

Figura 15: Criação de caprinos com bomba de água popular, no sítio Larginha, em Ouricuri-PE

Lista de quadros e tabelas

Quadro 1: Formas de produção agrícola

Sumário

Introdução

Capítulo I - O projeto do desenvolvimento e a questão agrária

- 1.1 - O projeto do desenvolvimento
- 1.2 - Desconstruindo o desenvolvimento

Capítulo II - O projeto do desenvolvimento e a questão agrária

- 2.1 - Desenvolvimentismo e as transformações agrárias no sul global

Capítulo III - A convivência com o Semiárido

- 3.1 - Contextualizando a pesquisa
- 3.2 - Metodologia de pesquisa
 - 3.3.1 - Vislumbrando as transformações
 - 3.3.2 - Um outro modelo de desenvolvimento
 - 3.3.3 - Uma mudança de narrativa sobre o Semiárido
 - 3.3.4 - Fortalecimento da sociedade civil e novos repertórios de cidadania
 - 3.3.5 - Agroecologia

Conclusão

Bibliografia

Anexo I

Introdução

Desenvolvimento é um de vários termos muito utilizados, quase onipresentes, correntes nas ciências sociais e nos círculos da política e das políticas públicas. É também um termo usado com naturalidade, em geral um imperativo (“A África precisa se desenvolver!”, “o Brasil precisa entrar numa trajetória de desenvolvimento sustentável”) que é, entretanto, profundamente nebuloso e ambivalente em seus sentidos. Um dos objetivos desta pesquisa é, portanto, analisar de forma crítica a ideia de desenvolvimento. Esperamos demonstrar nos capítulos seguintes que essa categoria, usada de maneira irrefletida em muitas instâncias de discurso político ou acadêmico, possui em seu seio uma densidade histórica, com múltiplos sentidos e tensões.

Os contornos dessa pesquisa foram se delineando conforme fui explorando uma iniciativa que vinha sendo realizada no Semiárido nordestino. Inicialmente, meu interesse foi bastante focado num objeto concreto de política pública: a construção de cisternas de captação de água de chuva em propriedades de pequenos produtores rurais. Essas cisternas estavam sendo implementadas em grande escala ali, num arranjo de articulação bastante inovador entre o Governo Federal e movimentos sociais rurais. Entretanto, as falas desses movimentos sociais, suas publicações e suas diversas manifestações pareciam sempre apontar para algo que era mais fundamental que aquelas políticas públicas, ou mesmo os impactos do acesso à água para aquelas populações. Estava em jogo não somente esses impactos, mas sim uma concepção original de desenvolvimento para o Semiárido rural, que eles chamaram de *Convivência com o Semiárido*.

Com isto, o objeto da pesquisa se deslocou junto dessas falas. Há já um conjunto de boas pesquisas acerca do impacto das cisternas em indicadores de saúde, na diminuição de dinâmicas políticas coronelistas, na difusão de práticas ecológicas, enfim, de seus efeitos imediatos. Percebi que poderia contribuir com uma pesquisa mais original se seguisse a direção que os movimentos sociais indicavam em suas falas, de explorar com maior profundidade do que se trata a *Convivência com o Semiárido*. Quais são os sentidos, as tensões, os impasses e as contradições que perpassam essa concepção e as práticas que estavam se desdobrando no território.

Essa exploração gerou alguns questionamentos e hipóteses iniciais. O que muda nos territórios com a disseminação das práticas desses movimentos e com a propagação do discurso da convivência? As tecnologias sociais têm um poder pedagógico, mobilizador e

politizante? São capazes de criar um capital social que ajuda a resolver dilemas de ação coletiva? Para responder essas questões, percebi que precisaria explorar o sentido subjetivo que é constituído no discurso da convivência.

Esse enfoque direcionou a pesquisa teórica. O estudo de caso da Convivência com o Semiárido demanda um resgate da literatura sobre o desenvolvimento, um denso conjunto de teorias que perpassa a economia política, a sociologia, a antropologia e a filosofia política. Foi preciso então mapear o debate. Em um lugar de proeminência, situa-se a versão naturalizada de desenvolvimento enquanto crescimento econômico e modernização, que pode ser observada no histórico das políticas de desenvolvimento regional aplicadas no Nordeste e no Semiárido ao longo do Século XX, e que continua a ser a principal diretriz nas políticas públicas. Em contraposição a essa concepção, há uma miríade de críticas. O *Desenvolvimento como Liberdade* de Sen (2000), em particular, desconstrói a associação mecânica entre renda agregada e bem-estar, substituindo-o por um instrumental mais plural de avaliação. Entretanto, as informações coletadas durante a pesquisa mostraram que a experiência da Convivência demanda o aporte de teorias críticas também dos fundamentos práticos e operacionais das políticas de desenvolvimento: as relações Estado-sociedade, os aparelhos burocráticos de implementação de projetos e os fundamentos epistemológicos que as orientam.

A exploração dessas vertentes críticas é o objeto do Capítulo I. Neste, propomos que apesar da multiplicidade de escolas de pensamento sobre o desenvolvimento, há uma matriz comum que as perpassa. Uma ideia de *progresso*, que manifesta uma determinada ideologia e estética civilizadora e modernizante. A partir dessa concepção linear e dualista, as transformações sociais do desenvolvimento foram em geral classificadas como inevitáveis, desejáveis porém disruptivas.

A análise dessa matriz expõe também o papel que a ciência possui no desenvolvimento hegemônico. Conhecimentos produzidos por determinadas instituições têm o condão de legitimar certos processos de dominação e exploração, ao mesmo tempo em que anulam conhecimentos locais e vernaculares. Em paralelo, o projeto desenvolvimentista trabalha com uma ideia de natureza que pode ser absolutamente conhecida e manipulada, subjugada ao conhecimento e a produtividade humana.

Esses elementos comuns aos projetos desenvolvimentistas estão na origem de um paradoxo cada vez mais saliente. A retórica do desenvolvimento tem uma orientação emancipadora, mas seus resultados concretos foram em geral marcados pela violência, autoritarismo e fracasso na melhora das condições de vida. O paradoxo se desfaz, entretanto,

uma vez que se nota que a premissa fundamental do desenvolvimentismo hegemônico é o apagamento das populações a serem desenvolvidas: a desqualificação de seus conhecimentos, sua cultura, da sua autonomia e da capacidade de agência.

Em um nível teórico mais específico, o projeto desenvolvimentista se desdobra de forma particular no âmbito das transformações agrárias. Como mostraremos, longe de ser um setor desimportante, o agrário e o rural continuam absolutamente fundamentais ao se falar em desenvolvimento. As previsões de encolhimento do setor agrário ou desaparecimento dos camponeses não se realizaram, e essas populações e suas atividades econômicas ganharam inclusive uma nova centralidade, dada sua importância em tópicos como a estruturação de sistemas agroalimentares, o enfrentamento das crises ambientais e a superação da pobreza.

Nesse sentido, o Capítulo II se dedica a resgatar os debates acerca da *questão agrária* e as transformações rurais no Sul Global. A questão agrária original dizia respeito às mudanças ocasionadas pela penetração capitalista no campo, em especial ao destino do campesinato após os processos de despossessão e acumulação primitiva. Na contemporaneidade, a questão agrária toma uma forma nova. O momento neoliberal criou uma disposição singular das cadeias de valor globais de valor agrícolas. Os sistemas agroalimentares passaram a se articular de forma intensa no plano internacional, com um crescimento do comércio internacional, e uma grande concentração do mercado sob o controle de algumas poucas multinacionais. Com isto, gerou-se uma polarização no campo, em especial no Sul Global. Um grande contingente de produtores familiares é mantido à margem dos sistemas, absorvendo uma parcela cada vez menor da riqueza gerada nessas cadeias. *Pari passu*, um segmento de produtores articulados a essas cadeias passa a se destacar como elo fundamental do *agribusiness*, ou agronegócio.

A ecologia política mostra que essa configuração é em grande parte responsável por uma crise ambiental de grandes proporções. O agronegócio tem como premissa a exploração sem reposição não só do trabalho, mas de outros fatores de produção, como a energia, a terra e outros fatores naturais. Como o setor camponês não pode, pela própria natureza da sua forma de produzir, contar com a exploração desses fatores, este setor é a principal vítima das formas de esgotamento e suas consequências para a vida e a produção no campo.

Este novo pano de fundo permite entender um novo quadro de disputa política dos sistemas agroalimentares no Sul Global. Em particular, há uma fermentação de movimentos camponeses que propõem uma nova configuração produtiva e institucional para os sistemas agroalimentares. Esses movimentos se apropriam das principais bandeiras do desenvolvimentismo do Século XX para o campo - a reforma agrária, regulação fundiária e o

apoio estatal ao pequeno produtor - mas acrescentam a estas outras, vinculadas às críticas ao desenvolvimentismo hegemônico. Esses movimentos trazem novos aportes como a ideia de soberania alimentar, democratização das relações territoriais e de produção, valorização de conhecimentos e culturas locais, a criação de mercados localizados, e a disseminação de formas de produção ambientalmente sustentáveis.

A partir desses percursos teóricos sobre o projeto do desenvolvimento e as transformações agrárias no Sul Global, foi possível então analisar nosso objeto empírico, a Convivência com o Semiárido. O Capítulo III se dedica a reconstruir o discurso da Convivência enquanto um projeto crítico de desenvolvimento. A escolha do recorte territorial do Semiárido é particularmente oportuna para essa análise. Situada em uma “periferia da periferia” (OLIVEIRA, 2008), a região foi cobaia de diversas políticas desenvolvimentistas, e passa atualmente por uma disputa entre diferentes projetos de economia política e uso do território.

Metodologicamente, a pesquisa previa para esta etapa uma pesquisa documental e um trabalho de campo. A função do campo era buscar observar a implantação de tecnologias sociais como as cisternas, e entender as transformações que elas ocasionavam nos territórios e populações impactadas, a partir das falas destas. Com a atual pandemia de Covid-19, foi preciso alterar o plano de pesquisa. Foram realizadas entrevistas online com membros da Articulação do Semiárido - ASA, e também do Governo Federal envolvidos com os Programas de Cisternas. Foram também analisados materiais que contêm a fala de participantes das iniciativas da ASA. Felizmente, essa organização possui um rico acervo de mídias em áudio, foto, vídeo e texto. O acervo contempla também tanto materiais técnicos relativos à implantação de tecnologias e práticas de produção, como outros de teor testemunhal ou político, e que dão voz aos participantes dessas iniciativas em nível local - os produtores camponeses, essencialmente.

O discurso da convivência exprime a trajetória de construção de seu projeto pelos movimentos sociais do Semiárido, que remonta a um acúmulo teórico produzido por geógrafos, agrônomos, biólogos, hidrólogos e cientistas sociais no último século. Exprime também as novas preocupações dos movimentos camponeses e as disputas que estão postas com o projeto do latifundiarismo e do agronegócio. Dentro desta disputa, os proponentes da convivência propugnam um conjunto de mudanças institucionais e nas políticas públicas para que o setor camponês seja estimulado, ao mesmo tempo em que se deixe de subsidiar o agronegócio. Entretanto, o principal aporte da convivência é *prático*. Um repertório de tecnologias sociais e técnicas de produção orientado para a construção de autonomia para os

pequenos produtores: cisternas, práticas agroecológicas, estoque de sementes, produção de insumos próprios, redes de comercialização locais.

Entretanto, a experiência da convivência é também ilustrativa dos impasses dos movimentos camponeses. Há um esforço científico e retórico grande para provar que é possível estruturar um sistema agroalimentar com base na pequena produção camponesa, sem que haja problemas de abastecimento ou aumento da pobreza. Há também uma preocupação em mostrar que é possível ganhar escala, o que seria dependente de novos arranjos institucionais de caráter redistributivo, suprimindo a carência de ativos produtivos que acomete os camponeses do Semiárido atualmente. Os fatores que limitam a expansão desse modelo não são, nessa fala, inerentes à produção agrícola, mas dizem respeito aos arranjos institucionais, em especial no que concerne a água, crédito e terra.

Partindo da experiência da convivência, o que podemos concluir sobre os movimentos camponeses contra-hegemônicos da atualidade? Por óbvio, não se pode obter conclusões taxativas ou previsões a partir de um estudo de caso. Ainda assim, essa experiência fornece alguns elementos importantes para entender esses movimentos. Em primeiro lugar, eles estão ancorados em uma sofisticada crítica dos modelos que foram gestados para o campo, seja pelo marxismo, seja pelo keynesianismo do Pós-Guerra, seja pela globalização neoliberal. Esse repúdio, por sua vez, não se baseia em algum atavismo ou romantismo, mas em uma avaliação precisa de que esses modelos tendem à marginalização do pequeno agricultor e a uma crescente crise ambiental e alimentar. Entretanto, a construção de alternativas passa pela localidade: pode-se falar em princípios da agroecologia, mas não cabe trabalhar com modelos ou pacotes tecnológicos prontos. Passa também por uma atuação dupla. Transformar o ambiente institucional é um objetivo que é perseguido ao mesmo tempo em que se procura transformar a produção agrícola em si, tanto com formas de resistência política e laboral, como por tecnologias de baixo custo e o uso de redes de solidariedade do movimento.

Capítulo I

1.1 O Projeto do Desenvolvimento

O *Projeto do Desenvolvimento* (MCMICHAEL, 2015) emergiu a partir de um longo processo histórico, e apareceu com diversas roupagens, pela mão de acadêmicos, planejadores, gestores públicos e políticos de distintos matizes políticos e ideológicos. A ideia, que está sendo tratada aqui como um conceito único, foi na verdade objeto de extenso debate e desavenças, não se constituindo de maneira alguma como uma noção monolítica. Entretanto, na medida em que o desenvolvimento surgiu como uma derivação de uma certa ideologia de progresso e modernidade hegemônicas, suas diferentes linhagens e vertentes remetem a uma ascendência comum. O discurso do desenvolvimento, a partir do Pós-Guerra, quer seja afiliado ao marxismo, liberalismo, ou a alguma variação de nacionalismo, embute em geral algumas premissas e valores próprios.

Entender a lógica desse discurso é fundamental, pois, nos termos de Arturo Escobar (1995), o desenvolvimento forma um discurso variado mas coerente, que em suas manifestações revela uma matriz comum. Além disso, esse discurso precisa ser entendido como uma lente, que confere determinada legibilidade e valorações éticas e afetivas a um conjunto amplo de fenômenos sociais. De forma geral, esse discurso organiza a realidade em dois pólos, o desenvolvido e o subdesenvolvido. É a partir da hegemonia desse discurso no Pós-Guerra que se passa a categorizar a maior parte da população mundial como “pobres”, “analfabetos”, “desnutridos”, e outras etiquetas, que exigiam tratamento e reforma (ESTREVA, 1998). Entender a lógica sistêmica desse discurso, entretanto, exige analisar suas principais características e a articulação entre suas diversas partes. Esta subseção é dedicada a esta exploração.

Esse *framing* do progresso, por sua vez, resulta em duas outras características marcantes e paradoxais do discurso do desenvolvimento: o otimismo quanto à possibilidade de perfectibilidade das sociedades humanas, junto à consciência de que o percurso é marcado por destruição e sofrimento. Como bem observaram Marx e Engels em *O Manifesto Comunista* (1998), a industrialização das sociedades europeias foi um processo traumático, envolvendo a transplantação de grandes populações de lugar e atividade, cercamentos,

expulsões, a transformação de referências sociais e institucionais, como o trabalho, a família e a religião.

No Pós-Guerra, o otimismo chegou mesmo a aumentar, pois a abrangência do discurso do desenvolvimento foi ampliada. Antes, noções racializadas e chauvinistas implicavam uma clivagem espacial: regiões temperadas, com populações europeias, metrópoles coloniais, poderiam ascender à modernidade plena. As demais estariam condenadas ao atraso, com grandes massas de pobres que poderiam ser no máximo parcialmente civilizados. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a ideia de raça passou a ser menos determinante, cedendo espaço a uma proposta mais universalista (ESCOBAR, 1995). Esse movimento conceitual permitiu que o discurso do desenvolvimento se apresentasse como universal, natural e consensual, superando, em tese, suas origens coloniais (MCMICHAEL, 2015).

Entretanto, continuou a vigorar a ideia de que o processo é atribulado, que precisa antes eliminar as sociedades atrasadas e reorganizá-las sobre bases completamente novas. Como explicou, em 1951, um relatório do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU:

“There is a sense in which rapid economic progress is impossible without painful adjustments. Ancient philosophies have to be scrapped, old social institutions have to disintegrate; bonds of caste, creed and race have to burst; and large numbers of persons who cannot keep up with progress have to have their expectations of a comfortable life frustrated. Very few communities are willing to pay the full price of economic progress.” (UN, 1951; apud ESCOBAR, 199. p. 3)

Essas palavras reverberaram, especialmente no Sul Global. Nas palavras do Ministro da Ditadura Militar Brasileira do período do “Milagre” Econômico, Delfim Netto, inscritas até recentemente em um mural da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo: “Ninguém pode ter ilusões, o desenvolvimento não é um processo tranquilo, calmo, no qual cada um de nós vai manter a sua posição. O desenvolvimento é um processo doloroso, difícil, trabalhoso.”

Dessa forma, o discurso do desenvolvimento é animado por um certo estoicismo, a ideia de que se trata de um processo cujo ponto de chegada é valioso por conta da afluência e liberdade que serão estendidas às massas. Atravessá-lo vale, portanto, os custos da transição. As disrupções são transitórias, os ganhos, permanentes. De qualquer forma, a recusa dessa trajetória também não seria uma opção, uma vez que o discurso do desenvolvimento trata o processo como inexorável, uma questão de tempo. Essa crença foi especialmente marcante no

auge do período desenvolvimentista no imediato Pós-Guerra. Elites e cidadãos entendiam então o desenvolvimento como destino (MCMICHAEL, 2015. p. 49).

O estado a ser alcançado pelo desenvolvimento é a imagem que os países avançados projetam. Produção industrial em massa, difusão de tecnologias, urbanização, educação em massa. Esse programa parecia simples, mas mostrou-se mais elusivo que o imaginado. Ainda assim, as imagens mesmas da modernidade são aquelas que remetem ao espaço urbano, às inovações da produção industrial, às grandes obras de infraestrutura e à transformação da natureza. A estética do desenvolvimento tem particular deleite em exibir megalópoles, arranha-céus, grandes barragens, transposições fluviais e outras construções sublimes, que remetem ao poder do homem de transformar a si mesmo e seu meio físico (LANG, 2016).

Essa estética, por sua vez, revela uma relação prometeica entre homem e natureza no ideário do progresso. De certa maneira, o desenvolvimento seria a imposição de uma ordem racional, planejada, e amena ao homem, sobre a matéria caótica do mundo natural. A ciência e a tecnologia, na medida em que situam o homem na posição de conhecer intimamente os processos naturais e intervir decisivamente na sua operação, acenam para uma natureza infinitamente plástica. É possível conhecer leis gerais sobre as plantas, animais, a energia e mesmo o clima e os acidentes geográficos, e manipulá-los com o uso da tecnologia adequada. É o avanço paulatino e crescente do conhecimento e das técnicas que permite criar novos feitos de engenharia, de genética, de química, etc., que por sua vez permitem aumentar a produção e o consumo. O mesmo se aplica aos processos sociais. Conhecendo os padrões e as leis destes processos, intervenções podem ser planejadas para se criar novos arranjos sociais.

O discurso do desenvolvimento está, portanto, intimamente alinhado à ciência. Esta é uma forma privilegiada de conhecimento, uma vez que o método científico permite obter informações objetivas, válidas em qualquer contexto. A modernização depende do deslocamento dos saberes vernaculares, impressionistas e supersticiosos das sociedades tradicionais. A complexidade das formas de produção e vida nas densas e complexas sociedades modernas demanda todo um aparato de produção e legitimação dos conhecimentos válidos, como institutos de pesquisa, universidades, agências estatísticas, entre outros.

A sociedade subdesenvolvida, por sua vez, é representada como uma massa inerte, que precisa ser incentivada, ou mesmo empurrada. O Estado, agências internacionais, grandes organizações e corporações possuem técnicos versados no conhecimento científico e estão mais familiarizados com a realidade e as benesses do mundo desenvolvido. Podem ter, então, de persuadir ou mesmo forçar as sociedades marcadas por crenças atávicas a adotar uma

trajetória de modernização. O discurso do desenvolvimento é, portanto, tecnocrático e, por vezes, autoritário.

1.2 Desconstruindo o desenvolvimento: uma crítica radical

“Development was- and continues to be for the most part- a top-down, ethnocentric, and technocratic approach, which treated people and cultures as abstract concepts, statistical figures to be moved up and down the charts of progress.” (ESCOBAR, 1995. p. 44).

Diversas críticas foram direcionadas a esse programa desenvolvimentista ortodoxo. Em particular, a economia política de estruturalistas e marxistas criticou esse discurso como hipócrita. As condições da modernização simplesmente não estavam presentes, uma vez que o contexto posto para os países e populações do Terceiro Mundo no século XX eram muito diferentes daquele no qual procedeu a modernização anglo-europeia. Essa crítica foi acompanhada de um ideário heterodoxo, e de um programa de ação variado: protecionismo, industrialização, e indução pelo Estado do crescimento econômico.

Entretanto, essa crítica mantinha quase todos os pressupostos da ideologia do progresso que anima o projeto desenvolvimentista. Como afirma Escobar sobre o desenvolvimentismo da Comissão Econômica para América Latina - CEPAL, da ONU:

“Yet it is undeniable that CEPAL economists challenged a number of tenets of orthodox economic theory (particularly the theory of international trade), provided a more complex theory of development, which included structural considerations, and showed greater concern for the standard of living of the masses. Despite these differences, economic development remained in essence, in the eyes of these economists, a process of capital accumulation and technical progress.” (ESCOBAR, 1995. p. 81).¹

O reconhecimento dessas limitações motivou diversos campos do conhecimento a elaborar críticas mais radicais do conceito de desenvolvimento, não só denunciando o caráter desigual da economia mundial, mas expondo a maneira nociva como a própria ideia de modernidade hegemônica vem sendo difundida. Essas críticas ganharam corpo à medida em que se acumulavam casos onde fracassavam os "grandes esquemas para melhorar a humanidade", nas palavras de Scott (1998). Planos quinquenais, grandes barragens, projetos de irrigação, políticas de controle de natalidade e outros projetos de intervenção nos meios físico e social que falharam sistematicamente em entregar suas promessas modernizadoras, mas resultaram frequentemente em grandes impactos nocivos nas populações afetadas.

¹ Como veremos, o estruturalista-mór Celso Furtado, em o Mito do Desenvolvimento, foge deste padrão, se aproxima das críticas mais radicais em várias questões, especialmente no questionamento da importância

Em particular, pesquisadores do rural e dos sistemas agroalimentares, estudiosos dos fenômenos coloniais e decoloniais, ambientalistas e antropólogos estão entre os mais sensíveis ao fato de que o projeto desenvolvimentista hegemônico tem profundos vícios de origem. Nesta seção, serão analisadas as críticas desses campos do conhecimento.

O argumento central dessa crítica é que esses vícios decorrem da articulação dos componentes centrais do projeto desenvolvimentista: a história eurocêntrica e colonial, o monopólio de certas formas de conhecimento e de ciência, os atores incumbidos de desenvolver, e as relações de poder envolvidas. Há um tema comum que esses elementos revelam. Em cada um desses tópicos, o sentido do desenvolvimento hegemônico é similar: o apagamento e desvalorização dos sujeitos “subdesenvolvidos”, a negação de sua agência e de sua capacidade de pensar e conhecer.

Essas dinâmicas simbólicas tem, por sua vez, uma base material. Elas se articulam a uma economia política mundial marcada pela polarização entre um centro afluyente e uma periferia pobre. Para Celso Furtado, o desenvolvimento seria um *mito*, que legitima esse estado de coisas:

“Temos assim uma prova definitiva de desenvolvimento econômico— a ideia de que os pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos — é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido das similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe portanto afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito... A importância principal do modelo de *The Limits to Growth* é haver contribuído, ainda que não haja sido seu propósito, para destruir esse mito, seguramente um dos pilares da doutrina que serve de cobertura à dominação dos povos dos países periféricos dentro da nova estrutura do sistema capitalista.” (FURTADO, 1974, p70)

Essa análise resulta numa crítica radical do desenvolvimento e da modernidade eurocêntrica. Ela alcança para além da economia política, e examina seus pressupostos conceituais e éticos. Dessa forma, essa crítica desnaturaliza elementos que são comumente tomados como causas do subdesenvolvimento: raça, clima, geografia e tradicionalismo. Ao fazê-lo, expõe a realidade das relações de poder que criaram o subdesenvolvimento em primeiro lugar e continuam a atualizá-lo (ESTREVA, 1998).

Antes de proceder com essas críticas, é importante lançar uma ressalva. Esse esforço de desconstrução não se faz em nome de um passado romântico, de uma suposta era idílica de maior sabedoria humana ou harmonia com a natureza. A *modernidade*, enquanto formas inéditas e disruptivas de ser, produzir e pensar decorrentes das novas possibilidades técnicas e

sociais da sociedade industrial, é um dado da realidade em todo o globo. O que está em jogo é substituir uma forma chauvinista e limitada de modernidade por um projeto de conhecimento e prática que reconheça as "múltiplas modernidades" que já existem, ou seja, pensar outros horizontes de possibilidade para essas sociedades (EISENSTADT, 2000).

De forma similar, as críticas às formas de conhecimento hegemônicas não têm o intuito de deslegitimar a ciência como um todo em nome de um relativismo total ou um pós-modernismo sem critérios. Trata-se de lembrar que a ciência é uma produção social, e que as verdades são obtidas não por uma suposta correspondência a realidade última da natureza, mas pela evolução de paradigmas, legitimados por comunidades específicas de produtores e usuários do conhecimento (KUHN, 2013; MERTON, 2010). Sendo assim, o discurso científico não está imune a ser contaminado por preconceitos, a ignorar ou privilegiar certos objetos, a legitimar ou desqualificar certos grupos enquanto conhecedores. A crítica, portanto, vai no sentido de ressaltar que em cada momento aquilo que se tem como ciência é falível, efêmero e que outros conhecimentos têm sua importância, podendo inclusive virem a ser considerados ciência após novas descobertas ou processos de legitimação.

Retornando à crítica radical, em primeiro lugar é preciso atentar para o modelo único anglo-europeu, o *eurocentrismo*. Aqui há uma tensão no discurso da modernidade do Pós-Guerra no que diz respeito a quem poderia aceder à modernidade. A partir daquele momento, desenvolver-se foi posto, ao menos em tese, como uma promessa a todos os grupos humanos e países. Essa era a premissa de trabalho do Ponto IV norte-americano, da cooperação internacional soviética, do sistema ONU e das instituições de Bretton Woods. Com o processo de descolonização, a retórica universalista se aprofundou. Entretanto, essa promessa de difusão era pensada como uma via de mão única. Os países e grupos considerados atrasados teriam de abandonar sua estrutura social, costumes e formas sociais para adotar o padrão anglo-europeu. Afinal, este modelo seria a conclusão lógica do processo linear do progresso, correlato cultural das economias afluentes.

Dessa forma, como apontou Quijano (2000), a reprodução econômica do subdesenvolvimento é também a reprodução da legitimidade de certas formas de vida e de conhecimento em detrimento de outras. Essa hierarquia, a despeito da descolonização formal, é ainda tributária da hierarquia racial estabelecida pelos impérios anglo-europeus, na qual o branco de origem europeia ocupa o topo. A presunção do desenvolvimento hegemônico pressupõe a difusão da cultura dos povos brancos, e o abandono das outras. "The necessary disintegration of traditional societies functioned, in Rostow's scheme, as a precondition to

take off, [...] peoples would have to be shocked out of their backwardness" (SAHLINS, 1999, p. 46). Esse choque inclui o abandono de suas ideias consideradas pré-científicas.

A ideia de chacoalhar sociedades para fazer civilizações evidencia que o desenvolvimento hegemônico manteve elementos do colonialismo. Ambos convergem ao se justificar a partir de intenções humanitárias - o dito 'fardo do homem branco'- pelas quais era necessária uma reforma moral de povos colonizados. Reforma esta que se faz acompanhar frequentemente de processos de exploração econômica, justificando-os (SACHS, 2010).

Esse processo pressupõe ainda a difusão da forma de subjetividade dos povos avançados para os atrasados. Neste sentido, espera-se principalmente que os atrasados passem a ser guiados mais pela "razão", conforme esta é concebida na modernidade europeia: maior peso dado a incentivos de ordem pecuniária, maior secularização, nacionalismo e individualismo. Importante notar que a "frieza" do *homo economicus* aqui é central. Os laços de solidariedade - e as formas coletivas de produção econômica e administração de risco que decorrem dessa solidariedade - são vistos como formas primitivas e avessas ao indivíduo (ESTREVA, 2010).

O papel do eurocentrismo ajuda a entender muito da institucionalidade das relações internacionais e do fomento ao desenvolvimento. Por isso, a crítica decolonial não é um estudo meramente histórico, de uma condição já superada. Pelo contrário, sua atualidade reside na constatação de que governos independentes e agências internacionais de desenvolvimento foram frequentemente sucedâneos das metrópoles e responsáveis pela renovação e recrudescimento de aparatos de dominação e extração.

Em segundo lugar, as críticas radicais ao desenvolvimento salientam o papel do conhecimento e da ciência. A forma como o conhecimento que está na base dos projetos de desenvolvimento é frequentemente viciada, seja por continuidades de padrões coloniais de relação entre povos, seja pelo apagamento dos "pacientes" do desenvolvimento, seja ainda pelo limitado idioma da administração e economia na qual esses projetos são codificados.

Para explorar esse tópico, é preciso abandonar o pressuposto de que o conhecimento é objetivo e neutro. Como nota Sassen em seu estudo de processos de expulsão contemporâneos: "Forms of knowledge and intelligence we respect and admire are often at the origin of long transaction chains that can end in simple expulsions" (SASSEN, 2014, p.1).

Para Quijano, a própria noção original de modernidade já incluía um Outro bárbaro, inicialmente os povos americanos e, posteriormente, todos os povos não-brancos. Assim, apesar da concepção universalista da razão do Esclarecimento, houve uma "instrumentalización de la razón por el poder colonial en primer lugar, lo que produjo

paradigmas distorcidos de conocimiento y malogró las promesas liberadoras de la modernidad." (QUIJANO, 2000. p. 19). Essa instrumentalização é uma operação pela qual as formas de pensar do Outro não chegam a ser nem mesmo concebidas como conhecimento, não podem ser ditas nem mesmo verdadeiras ou falsas (ESCOBAR, 1995).

O subdesenvolvimento não seria, portanto, apenas uma característica da economia. Ele expressa a marca da ignorância, da falta de "espírito" e conhecimento. Por isso, as ideias que têm origem no mundo subdesenvolvido não são classificadas como filosofia ou ciência, são artefatos culturais, cujo valor é no máximo o exotismo (MIGNOLO, 2007). Para Santos (2007), a marca do pensamento moderno hegemônico é ser um pensamento abissal, que delimita radicalmente os saberes em ambos os lados do fosso, sem possibilidade de diálogo ou mediação que não repita os padrões coloniais de apropriação violenta (como bem exemplificado no caso de conhecimentos tradicionais da biodiversidade que viram produtos comerciais de alto lucro, e pouca compensação para os detentores do conhecimento). Pela lente do projeto do desenvolvimento hegemônico, somente alguns espaços e atores são capazes de produzir ciência e conhecimento: o laboratório, a universidade, os Estados modernos. A ausência destes espaços nas sociedades tradicionais as relegaria a uma situação estática.

Sendo assim, muito da realidade social de territórios coloniais nem mesmo podia ser apreendida pelos colonizadores, ou por seus sucessores na agenda do desenvolvimento, como as agências internacionais, bancos de fomento e governos pós-coloniais modernizantes. Lansing (2007) mostra essa incapacidade de percepção no seu estudo do caso de Bali. Ali, tanto os colonizadores holandeses como os governos independentes e o Banco Mundial foram incapazes de perceber o papel absolutamente vital que os templos da ilha tinham na gestão da água de irrigação. Isso porque essas organizações partiam dos pressupostos de que os nativos não seriam capazes de elaborar um sofisticado sistema de distribuição de água e controle de pragas, e que a religião pertence à esfera da cultura e pouco tem a ver com a produção material ou o conhecimento objetivo. Por não serem capazes de interpretar essa realidade, os projetos de desenvolvimento rural do Banco Mundial para a ilha acabaram por dizimar a produção de arroz nos anos 1970 e 1980, revertida somente quando o papel dos templos foi reconhecido e reforçado.

Entretanto, há uma segunda forma pela qual os conhecimentos e informações são frequentemente distorcidos nos projetos de desenvolvimento. James Scott mostra que os espaços coloniais foram somente casos especiais do fenômeno que ele chama *Alto Modernismo*: uma mistura da crença forte no progresso técnico e científico, da confiança no

progresso linear contínuo, do aumento do controle da natureza pelo homem, e da ordenação administrativa do mundo (SCOTT, 1998). Nas colônias e no Sul Global, o Alto Modernismo teria sido ainda mais autoritário, uma vez que a possibilidade de resistência da sociedade civil encontrava-se mitigada pela dominação imperial.

Com esse pano de fundo, Scott mostra como essa ideologia e sua estética correspondente mobilizam uma prática de ciência falha, ignorando variáveis fundamentais, trabalhando com horizontes temporais insuficientes e apagando conhecimentos locais. Pior, como os “*developers*” - técnicos, gestores governamentais, acadêmicos - têm suprema confiança nesse paradigma: os casos de fracasso dos projetos são creditados a falhas de implementação, mas nunca a insuficiências desse paradigma de conhecimento.

Essa é a presunção exagerada de uma ciência impraticável. Ela é agravada quando se consideram os objetivos e premissas envolvidos nos projetos de geração de conhecimento para o desenvolvimento. Por conta da fixação na eficiência, trata-se em geral de gerar mais volume de produção a um dado custo, ponto - o produtivismo. Isso implica trabalhar com um objetivo único, e também que as experiências e avaliações posteriores que geram o conhecimento que cerca o projeto devem ser contidas em um espaço de tempo “razoável”. Entretanto, qual o horizonte de tempo necessário para se avaliar a viabilidade de uma espécie exótica de árvore para produção de madeira, ou os impactos sociais de uma mega-barragem? E quais os impactos para além do volume de produção, que podem se dar em ecossistemas inteiros? Os impactos podem revelar-se décadas ou gerações à frente. As formas de conhecimento que embasam os projetos de desenvolvimento hegemônico contém uma certa mistura de miopia com falta de visão periférica: excessivo foco no curto prazo e no que está imediatamente à frente, em detrimento da complexidade ambiental e social, que é abstraída.

A miopia é agravada quando esse tipo de “ciência” é mobilizada por atores que têm mais interesse em capturar excedentes da produção que de fato melhorar as condições de vida e produção dos pacientes da ação do desenvolvimento. Scott (1998) mostra que o Alto Modernismo tem uma afinidade frequente com formas de legibilidade e controle “de cima”, que se justificam nominalmente como de benefício geral, mas implicam maior controle e exploração pelo topo. As formas de conhecimento que são produzidas nesse caso são aquelas que favorecem a leitura e manipulação de fora dos sistemas de vida e produção.

A combinação entre o pouco valor que se dá aos pacientes do desenvolvimento, em especial aos seus conhecimentos, e os incentivos monomaniacos e nocivos dos projetos “de cima” resulta em uma perda dos conhecimentos locais, altamente contextualizados. Como mostra Ploeg (1993, 2006), na agricultura esse processo se dá pela escolha dos cultivares,

métodos, insumos e marketing a partir da ideia de pacotes tecnológicos prontos. Oferecidos aos agricultores, eles desconsideram seus conhecimentos das especificidades locais, padronizam a produção, e tornam o trabalho desinteressante. No limite, retiram a possibilidade de autonomia de produzir e de conhecer do produtor. A iniciativa no sistema passa a ser reservada aos extensionistas, dos que montam os pacotes, e às empresas de insumos e marketing, cabendo ao produtor um papel de mera execução. “The logical counterpart to the lack of faith of the ordinary cultivator was the hyper-faith of the agricultural experts and the blind faith in machines and large scale operators” (SCOTT, 1998. p. 242)

A linguagem na qual o conhecimento é codificado no topo é a da administração, economia e tecnologia (ESCOBAR, 1995). Nestas, o elemento humano é levado em consideração na medida em que entra como input de modelos: trabalho, consumo, poupança, horas-trabalho equivalente, etc. É comum que a especificação do projeto seja altamente racional, contrastando com uma implementação violenta.

Os incentivos que têm os *developers* não são alinhados necessariamente aos dos pacientes dos projetos. Especificadores de projetos buscam teorias abstratas, de grande abrangência, e que possibilitam a leitura e controle a partir de cima de forma independente de contextos históricos e geográficos. Muitas vezes seus clientes últimos não são os pacientes do projeto, mas sim uma agência, banco de fomento ou ministério, altamente preocupadas com o controle gerencial. Essas tendências negativas foram sendo aprofundadas na medida em que o desenvolvimento passou a ser um negócio lucrativo, um *big business*, com uma série de agências, consultorias, doadores e grandes fluxos de dinheiro que determinam quem pode falar sobre o tema e o que pode ser dito (HOBART, 2002; OFFNER, 2019)

Em terceiro lugar, o desenvolvimento hegemônico parte de uma determinada concepção da relação entre homem e natureza, calcada na alteridade absoluta. Esse é um outro legado do Esclarecimento para a ideologia do progresso, a ideia de que é possível e desejável conquistar a natureza e ordenar racionalmente o mundo. A medida da racionalidade aqui é mais estética que lógica: o gosto pelo cartesiano, pelo linear, simétrico, o apreço por formas apolíneas, de fácil apreensão e manipulação (SCOTT, 1998).

Há um impulso de domar a natureza do Alto Modernismo, que pode ser traduzido como a ideia de que, dado tempo e energia suficientes, a natureza é infinitamente plástica e pode ser disposta de maneira a beneficiar a civilização humana (SCOTT, 1998). Traduzido na linguagem da economia, as partes da natureza - solo, ar, mares, rios, etc.- passam a ser

insumos, estoques de capital natural, e seu esgotamento pode ser compensado com investimentos em capital físico.

Entretanto, essa concepção apaga logo de início uma realidade concreta: a terra e seus elementos, abstraídos nela somente como partes do processo de produção, são muito mais que capital. Eles são a condição de possibilidade de vida, através de inúmeros ciclos e trocas que são só parcialmente conhecidos pelas ciências da natureza em seu estado atual. Como mostra Polanyi (2000), o movimento analítico de pensar a natureza unicamente como fator de produção acompanha o crescimento da ilusão da economia como campo autônomo e seu desenraizamento de suas bases físicas e sociais.

A agricultura é um ponto de contato especial entre natureza e produção, tão peculiar que essa atividade resiste mais que outras à completa industrialização. Exatamente por depender de processos climáticos, sazonais e de outras forças que não podem ser inteiramente manipuladas e transportadas, a agricultura é uma atividade que mantém ainda em muitos lugares a afinidade com a forma familiar de produção, especialmente no que se refere à produção para consumo humano local (ABRAMOVAY, 1992). Enfocar esse ponto de contato é particularmente interessante porque ele revela que a agricultura não é um mero processo de produção de alimentos, mas é uma maneira como o homem participa em uma série de processos e ciclos naturais, recriando a natureza ao mesmo tempo em que produz alimentos, fibras, ecologias e comunidades. Entretanto, o conhecimento pautado por uma concepção dualista, na qual a sociedade humana moderna está radicalmente apartada da natureza, tem dificuldade de perceber isso:

“Today’s sciences (especially the agricultural and food sciences) conceptualize agri-food economies (and their constitutive elements as being basically governed by markets and technology [...] their behaviour is essentially understood as the unfolding of the laws that govern the economy and the conversion of inputs into outputs” (PLOEG, 2016. p. 4)

Há um contraste entre as concepções da relação entre homem e natureza, apartada e a participante. Esta divergência está na raiz da crise ambiental atual. Inúmeros limites planetários estão sendo ultrapassados, com consequências possivelmente catastróficas. Níveis de acidificação dos oceanos, perda de florestas e biodiversidade, poluição e mudanças climáticas estão altos e com tendência preocupante, de acordo com um inventário realizado pelo Stockholm Resilience Centre (OTTO et. al., 2020). Essa crise exprime de forma dramática as consequências destrutivas do modelo de desenvolvimento hegemônico, como as dinâmicas neo-coloniais de extração de recursos, o foco miópico no crescimento da produção

e, principalmente, a concepção da natureza como um mero estoque de recursos, da qual as sociedades podem prescindir com substitutos e soluções tecnológicas.

Em quarto lugar, o desenvolvimento hegemônico parte do pressuposto de que o motor da transformação social são grandes burocracias, de caráter privado ou estatal. São os governos, bancos de desenvolvimento, agências internacionais e grandes firmas os protagonistas, a quem cabe induzir os processos de decolagem econômica.

A lógica desse pressuposto é que o subdesenvolvimento é marcado por armadilhas. A sociedade é inerte, presa a vários obstáculos: a armadilha malthusiana, o ciclo intergeracional de pobreza, a perpetuação da baixa escolaridade, entre outras. O choque que rompe esses entraves se dá pela mobilização de recursos significativos por organizações robustas, capazes de romper com a tendência inercial da sociedade.

Como mostra Scott (1998), grandes burocracias têm uma forma peculiar de perceber e apreender o mundo, uma visão de cima, sinóptica. Como “enxerga” um Estado ou uma grande corporação quando olha para baixo? Seus órgãos táteis são aqueles que vêem dados agregados e abstrações. A priori isso não é um problema em si. Um escritório não pode conhecer a fundo todos os clientes de uma política pública ou programa que opera. O problema é a facilidade com que esses instrumentos de perceber o mundo social são viesados pela estética do progresso, pelo apagamento de populações consideradas inferiores e suas formas de conhecimento, e pela sua apropriação para a exploração.

O que se verifica é que essas organizações se reportam a elites: patrocinadores, doadores, contratantes, *power-brokers*, ainda que muitas vezes estas exponham como missão institucional um objetivo altruísta. Ou seja, elas têm um incentivo forte a agir de maneira condizente com as expectativas e interesses dessas elites, que, no mais das vezes, são variações do tema da modernização (ESCOBAR, 1995).

Em paralelo, grandes burocracias são marcadas por formas de funcionamento hierárquicas, padronizadas e técnicas. Por isso, elas possuem grande dificuldade em lidar com outras formas de organização social, como aquelas organizadas em redes, de forma não hierárquica, ou que tenham uma tônica ativista ou politizada.

Em suma, burocracias têm uma forma de conhecer e agir *top-down*, o que é absolutamente adequado para uma realidade na qual de fato a sociedade é o polo inerte a ser transformada pelo Estado e por firmas. Entretanto, o pressuposto de que a sociedade é inerte e passiva é falso: quase sempre há uma grande fermentação de iniciativas, movimentos e organizações alternativas na base da sociedade, seja de ajuda mútua, de organização da produção, ou de intervenção no espaço político institucional, ressalva feita para quando essas

energias são ativamente suprimidas pela censura e violência. O desenvolvimento hegemônico desconsidera e apaga essas iniciativas e movimentos da base. Eles são considerados irrelevantes, dado que não possuem os recursos transformadores necessários a uma “decolagem”; ou mesmo entraves, na medida em que suas reivindicações e pressão representam um desvio em relação aos planos estabelecidos no topo (SELWYN, 2015).

Há portanto uma relação de concorrência e disputa por espaço, tanto mais grave quanto mais subdesenvolvida for considerada a população a padecer o desenvolvimento. Scott (1998) mostra que o Alto Modernismo chegou a seus paroxismos mais nocivos e trágicos nas situações em que a sociedade civil foi prostrada ou eliminada, decorrente de uma dominação colonial ou imposição revolucionária.

Essa concorrência é agravada, na medida em que as sociedades resistem à transformação de seus membros e do seus meios em meros *inputs* econômicos, sem proteções frente às forças oscilantes de preços e mercados. No desenvolvimento hegemônico, é necessário aumentar a produção aumentando a eficiência, em geral por meio de instrumentos de mercado. Isso inclui tornar o trabalho, a natureza, o conhecimento e a vida social, mercadorias que possam ser precificadas e transacionadas - a mercadorização que está no centro da Grande Transformação de Polanyi (2000). Ora, muito da atuação da sociedade civil inscreve-se justamente no que ele chamou de contra-movimento, a resistência de setores sociais que percebem que a mercadorização total dessas *mercadorias fictícias* é uma ameaça a sua existência nos planos simbólico e mesmo físico (BURAWOY, 2015).

Uma outra forma de interpretar esse conflito é a partir da ideia de *capitalismo*, tomado aqui no sentido que lhe dá Braudel (1987). Por capitalismo esse autor se refere não à difusão das trocas mercantis, mas sim à organização econômica que caracteriza o registro superior à economia de mercado, a camada da economia caracterizada pela associação do poder privado e estatal, que possibilita o sobre-lucro, o monopólio e o parasitismo. As grandes corporações e empresas financeiras que ocupam esse espaço são justamente aquelas que são chamadas a promover o desenvolvimento na sua forma hegemônica, atraídas por licenças, subsídios, monopólios e outras garantias estatais.

Entretanto, a especialidade da grande corporação capitalista é trabalhar com altos patamares de extração e lucros, muitas vezes lançando mão da assimetria de recursos e de instrumentos coercitivos, em um modelo que se aproxima mais das companhias coloniais de navegação que dos modelos econômicos da firma em situação de livre-mercado (BRAUDEL, 1987). Na ausência de uma regulação rígida, essas dinâmicas levam à concentração dos ganhos econômicos para os proprietários, e a socialização de prejuízos e “externalidades”

sociais e ambientais na coletividade. Esse funcionamento econômico é, obviamente, incompatível com a melhora de condições de vida de partes significativas de uma população.

Em quinto e último lugar, o desenvolvimento hegemônico tem como característica o autoritarismo e a promoção de violências. A segmentação entre desenvolvidos e subdesenvolvidos é contrária à ideia de igualdade, e inviabiliza a participação política democrática e a garantia de direitos e proteções universais. Posto de outra forma, situar a responsabilidade pelo planejamento social no topo cria a ilusão de que é possível moldar a sociedade dentro de um leito de Procusto:

“Social engineering was inherently authoritarian. In place of multiple sources of invention and change, there was a single planning authority; in place of the plasticity and autonomy of existing social life, there was a fixed social order in which positions were designated. The tendency toward various forms of ‘social taxidermy’ was unavoidable” (SCOTT, 1998. p. 93).

Não por acaso, muitas das escolas de pensamento vinculadas ao desenvolvimento hegemônico se associam implícita ou explicitamente com doutrinas políticas autoritárias. A Teoria da Modernização (ROSTOW, 1959) e a “Tese de Lee” (SEN, 2000) prevêem que a modernização social e econômica é mais facilmente alcançada por ditaduras e regimes que cerceiam a ampla participação política. A democracia seria na melhor das hipóteses um desenvolvimento posterior, quando a população subdesenvolvida estivesse já incorporada e enfim capaz de participar de forma responsável das decisões políticas.

De forma similar, é comum que se conteste a participação e deliberação amplas em projetos de desenvolvimento, especialmente as grandes obras de infraestrutura que transformam o meio físico. Consultas, votações e formas de contestação seriam entraves ilegítimos, responsáveis por imobilizar a modernização social.

O corolário do autoritarismo são as formas de violência necessárias para impor o desenvolvimento. Essas violências são moldadas pelas características do desenvolvimento hegemônico exploradas acima: o apagamento epistemológico, simbólico e subjetivo das populações subdesenvolvidas, os incentivos sistêmicos das organizações que atuam nesse campo, a crença prometeica nas possibilidades na razão e na ciência para conhecer e manipular os mundos natural e social, a mercadorização irrestrita e a exploração.

A profusão de violências causadas por um projeto que, ao menos nominalmente, se orienta para a melhoria de condições de vida da humanidade é o principal paradoxo do projeto desenvolvimentista. Frequentemente, iniciativas de desenvolvimento são acompanhadas em algum grau por episódios de violência direta: agressões, expulsões e

extermínio de populações, especialmente indígenas, camponeses, minorias étnicas e outros grupos considerados entaves ou excedentes populacionais².

A violência direta se faz acompanhar da violência simbólica. O apagamento ou criminalização de determinados grupos, a desqualificação de suas tradições e saberes, e outras formas de marginalização. Também é comum que se relegue essas populações a processos duradouros de desgaste físico e moral, como a exposição à poluição ou a conflitos burocráticos e judiciais infundáveis, numa modalidade que Rob Nixon chamou de *slow violence* (NIXON, 2011).

Importa notar aqui também que, na medida em que o desenvolvimento hegemônico é *top-down* e preocupado principalmente com o crescimento da produção, ele é indiferente ou hostil às redes e conexões que formam o tecido social. As redes de confiança, ajuda mútua e produção de um determinado território - seu “capital social”- são frequentemente enfraquecidos ou destruídos pelas intervenções que pretendem decolar a economia e chocar a sociedade para longe de sua inércia. Grandes deslocamentos de população e intervenções na geografia física são extremamente nocivos a essas redes, destruindo o componente social e afetivo do território. Além disso, movimentos sociais e organizações da base que são nodos importantes nessas redes são muitas vezes aqueles que se opõem a essas formas destrutivas do desenvolvimento, e devem ser combatidos ou desmobilizados para que esses projetos se imponham. O imenso valor desse tecido social, que tem funções absolutamente vitais para pessoas, territórios, processos ecológicos, países e sistemas produtivos, é facilmente desconsiderado por organizações imbuídas do Alto Modernismo.

² Rob Nixon mostra como discursivamente se opera a criação desses excedentes: “The invention of surplus people: when it comes to narratives of resource development, whether water, oil, gas, minerals or forests - the people recast as ‘surplus’ are most often rural, or at least people sent ricocheting between rural and urban desperation.” (NIXON, 2011, p. 151).

Capítulo II

2.1 O projeto do desenvolvimento e as transformações agrícolas no Sul Global

Os territórios rurais do Sul Global vêm passando por intensas transformações. De forma geral, essas mudanças decorrem de uma penetração capitalista cada vez maior nos sistemas agroalimentares, e nas suas bases econômicas, como o mercado de terras, de insumos e de trabalho. Essa modernização da agricultura, e a emergência de movimentos de resistência, a penetração resulta, em termos gerais, em uma crescente polarização entre um regime corporativo dos sistemas agroalimentares e de um subsetor de territórios e populações de pequenos produtores familiares (AKRAM-LODHI, KAY, 2010b; MCMICHAEL, 2009). Esta subseção é dedicada ao tema destas transformações, delineando brevemente a trajetória do debate sobre a *questão agrária*, as transformações do Pós-Guerra, o estado atual de crise d

Para Kay e Akram-Lodhi (2010a), a questão agrária é ainda relevante, e um bom ponto de partida para elaborar teoricamente o debate acerca dessas transformações. Em sua forma clássica, a questão agrária remonta à Marx e à tradição marxista, e se preocupa principalmente com a emergência do capitalismo a partir de formas não capitalistas no campo, e as consequências para a diferenciação social do setor camponês. Em linhas gerais, essa tradição elaborou trajetórias possíveis para a incorporação do campesinato ao modo de produção capitalista, como a proletarianização pela despossessão, ou a chamada acumulação primitiva; a polarização pela competição entre um subsetor capitalista e um tradicional, entre outras. Além disso, a tradição marxista trabalhou a questão dos excedentes agrários e sua apropriação, um tema que se mostraria absolutamente central nos projetos desenvolvimentistas posteriores socialistas e capitalistas (PATNAIK, 2011; AKRAM-LODHI; KAY, 2010).

Dentro dessa tradição, mas de forma um tanto heterodoxa, situa-se a obra de Chayanov. Sua originalidade reside no fato de que Chayanov era um tanto mais otimista de que o setor camponês poderia absorver o progresso técnico e se articular a um processo de desenvolvimento sem necessariamente dissolver sua forma essencial de unidade familiar de produção e manutenção de uma certa forma camponesa. Nesse sentido, aquilo que é percebido por teóricos capitalistas e socialistas como entraves, em Chayanov é avaliado como um conjunto de potencialidades: a forma familiar de produção, e a busca por autonomia na

sua base de produção, a presença de uma economia moral que não redutível a imperativos de maximização individual (WANDERLEY, 1998).

É verdade, Chayanov concede, que o progresso técnico cria novas exigências de escala para absorver o progresso técnico e alcançar novos patamares de produção. Para Kautsky, isso significa que a consolidação em empresas agrárias maiores é inevitável. Entretanto, Chayanov postula que a auto-organização por meio de cooperativas seria uma alternativa melhor que a consolidação compulsória por meio da coletivização ou pela submissão ao capital. Nisso ele se inspira em exemplos como o das transformações agrárias dinamarquesas do início do Século XX, calcadas no cooperativismo.

Entretanto, as transformações agrárias desde o Pós-Guerra seguiram por trajetórias menos orgânicas e suaves, primeiro no Norte e depois no Sul Global. Para Ploeg (2017), esse processo constituiu um dos exemplos mais cristalinos do projeto do desenvolvimento hegemônico, afim do Alto Modernismo. Tratou-se de um projeto intelectual de sentido claro, o fim de práticas "tradicionais" e do camponês:

“[...] modernization as an intellectual project played a strategic role: it tried to specify the changes that were thought to be necessary. It sought to make sense of the ongoing and often chaotic post WW2 transitions. And, finally, the modernization project elaborated guidelines to consolidate, accelerate and legitimize these changes. [...] *The intellectual project that I examine here was, in short, about de-peasantization: a process that was perceived as a part of the natural order of 'progress' and which was actively encouraged from the 1960s onwards.*” (PLOEG, 2017. p. 1. Grifo nosso)

O camponês é a figura que o desenvolvimento hegemônico marcou como sinal máximo do atraso, e cuja superação seria um imperativo da modernização. As características desse projeto - a violência simbólica e física, a desconsideração de saberes e conhecimentos, a crença no poder transformador de burocracias e mercados, a desconsideração da complexidade e importância do meio natural - são todas particularmente visíveis na consolidação desse novo regime agroalimentar.

Dessa forma, o projeto intelectual da modernização do campo elaborou dicotomias simples que repetem o tema do desenvolvido e subdesenvolvido: camponeses e empreendedores, tradicionalismo e agricultura moderna, propriedades pequenas ineficientes e propriedades grandes eficientes. Essa modernização pretende alterar alguns dos padrões recorrentes da economia camponesa. Em relação à terra, a ideia é superar as condições dadas pelo solo, e produzir novas condições por meio de fertilizantes e aditivos artificiais comprados. Já em relação aos coeficientes técnicos, a produção deveria tornar-se mais intensiva em capital, o que por sua vez exige uma nova relação de dependência entre o produtor e o sistema financeiro pela via do crédito. Por fim, esperava-se uma nova

mentalidade dos produtores, com a emergência de um cálculo empresarial de maximização de lucro e a supressão daquilo que se convencionou chamar a “economia moral do camponês”, a rede de trocas e obrigações mútuas que ocorre fora do mercado (SABOURIN, 2009).

Esse processo avançou de forma mais completa no Primeiro Mundo e no Leste Asiático, onde o Estado keynesiano do Pós-Guerra percebia o encaminhamento da modernização agrária como central para o desenvolvimento industrial. Curiosamente, essa ação teve como premissa não a superação da forma familiar da empresa produtiva, mas seu reforço, embora essa família tenha precisado se tornar cada vez mais empresa competitiva. Como afirma Favareto (2013, p. 4)

“[a] configuração da moderna agricultura capitalista se apoiou numa forma social de trabalho e empresa específica que é a empresa familiar, contrariando assim duas tradições científicas e políticas muito fortes: a que sempre preconizou que o desenvolvimento generalizaria as unidades produtivas baseadas no uso exclusivo ou predominante de mão-de-obra assalariada, e que tem na obra clássica de Kautsky, A Questão Agrária, a principal referência; e também a que, inversamente, via a agricultura camponesa como modelo, tal como preconizado nas vertentes inspiradas em Alexander Chayanov.”

Neste trecho, Favareto se refere às obras seminais de Veiga (2013) e Abramovay (1991), que mostram que a agricultura é um setor *sui generis*, no qual a forma de empresa familiar é retomada com frequência por possuir uma afinidade com as particularidades microeconômicas do setor. Dois elementos marcam a peculiaridade da produção agrícola: a forma das cadeias de valor, compostas por consumidores e produtores em grande número e atomizados, e setores intermediários mais concentrados; e a impossibilidade de industrialização completa do setor: “a agricultura é uma atividade por definição avessa à industrialização” (ABRAMOVAY, 1991. p. 214), uma vez que está assentada em uma base natural localizada e não reprodutível.

Como mostram os autores, essas condições fizeram emergir no Norte Global³ uma governança particular do setor, extremamente intervencionista. Seu objetivo era garantir a produção crescente de produtos agrícolas a partir da incorporação de progresso técnico, com base em subsídios, preços administrados e regulação fundiária. Entretanto, a base de todo esse sistema era a empresa familiar. Dessa forma, essas transformações se articulavam ao projeto fordista e keynesiano de meados do Século XX, garantindo alimentos e insumos baratos para a cidade e gerando relativa estabilidade no setor agrícola. Entretanto, para os

³ Mas não somente no Norte Global. Abramovay contrasta também a diversidade de situações da agricultura familiar no próprio Brasil, apontando a título de exemplo como há agricultores familiares do estado de São Paulo que empregam um alto nível técnico e possuem informações sobre as cotações internacionais de preços, enquanto agricultores empobrecidos do Pará tem condições mais precárias, dependendo de intermediários exploradores, e sendo sua reprodução pautada por mecanismos clientelísticos.

autores, é imperativa uma reforma agrária, bem como uma orientação da política pública para o fortalecimento do agricultor familiar para que a dinâmica de *treadmill*⁴ pudesse entregar os benefícios sociais de um setor agrícola dinâmico no Brasil.⁵

Entretanto, autores como Kay e Akram-Lodhi (2011) e Ploeg (2006) discordam que a clivagem mais relevante para o momento atual é entre a forma familiar e capitalista da produção agrícola. Para estes, é possível delinear um quadro mais complexo, baseado em um gradiente de penetração da mercadorização na produção, conforme o Quadro 1. Esse esquema separa o produtor que comercializa somente a produção - o pequeno produtor mercantil - tanto do produtor familiar simples, que possui uma relação mercadorizada com os diversos fornecedores de insumos, crédito, maquinário; como da empresa capitalista, que chega também a mercadorizar a relação de trabalho (o pequeno produtor mercantil, no entanto, não se confunde com o produtor absolutamente autárquico, denominado no Quadro como Produtor Doméstico). Para Ploeg, essas formas encontram-se atualmente sobrepostas nos territórios, uma vez que estes são palco de processos de fluxos e contrafluxos de penetração da mercadorização, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Formas de produção agrícola e mercadorização

Forma de Produção da Mercadoria	Doméstica (PD)	Pequena (PPM)	Simples (PSM)	Capitalista (PCM)
Resultado da Produção	-	+	+	+
Outros Recursos	-	-	+	+
Força de Trabalho	-	-	-	+
Objetivos	Auto-abastecimento	Sobrevivência	Renda	Mais-valia

Fonte: adaptado de Ploeg (2006)

⁴ O termo *treadmill*, ou esteira, se refere à imagem evocada por Cochrane (1958) e Owen (1966) para descrever o processo incessante de aumento do nível técnico e competição no setor agrícola, cujo ganho de valor é entregue aos consumidores dada a atomização dos produtores familiares e sua disposição a trabalhar por uma taxa de retorno menor que a prevalente na economia geral.

⁵ As obras seminais de Veiga e Abramovay foram fundamentais para legitimar a categoria da agricultura familiar no Brasil, que passou então a ser objeto de pesquisas mais refinadas e de políticas públicas específicas (FAVARETO, 2013).

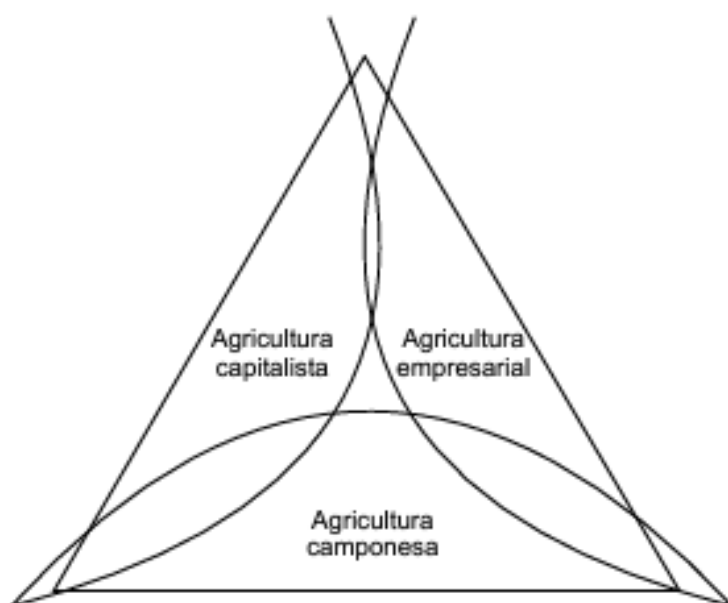


Figura 1- tipologias de agricultura. Adaptada de Ploeg (2006)

Kay e Akram-Lodhi (2011) defendem, a partir dessa noção de penetração da mercantilização, que a questão agrária continua pertinente. No Século XXI, com o aprofundamento do neoliberalismo, há atualmente uma tendência no Sul Global de reestruturação do setor e de segmentação em duas formas estilizadas: o *subsetor capitalista orientado para a exportação* (inclusive aí o segmento familiar que opera de forma estritamente empresarial) e o *subsetor camponês orientado para a pequena produção mercantil*. O subsetor capitalista tende a ser intensivo em capital, e participar da produção enquanto um elo com longos encadeamentos a jusante e a montante, incluídas aí as ligações internacionais no plano financeiro, do mercado de terras, dos insumos e da comercialização da produção. Já o subsetor camponês incorpora de forma diferenciada os imperativos de mercado, especialmente no que concerne a dependência de insumos e da compra e venda de terras e trabalho. Entretanto, como ressaltam os autores e também Ploeg (2006), esses fatos estilizados são de utilidade analítica somente. Na prática, é possível observar situações de justaposição, ou mesmo de transição entre as duas formas, como é o caso do fenômeno da proletarianização de pequenos produtores, ou no sentido inverso, da transição agroecológica.

Essa segmentação tem como pano de fundo a criação do Regime Corporativo Alimentar (MCMICHAEL, 2009; ALTIERI, ROSSET, 2007), que se manifesta na consolidação de regimes internacionais de finanças e comércio, na oligopolização das cadeias

de valor, e no crescente mercado internacional de terras. A liberalização dos mercados agrícolas nacionais pode ser observada no desuso de instrumentos como garantias de preços, e no crescimento dos fluxos internacionais de produtos agrícolas. Este ocorreu com o recrudescimento dos programas de ajuste fiscal, que renovaram as vocações de produtores primários aos países da periferia, e também na esteira da construção do regime internacional de comércio agrícola pela Organização Internacional do Comércio - OMC, a partir de 1995 (PATNAIK, 2011). Como mostra a Figura 2, a proporção exportada da produção agrícola dos países do Sul Global mais que dobrou entre 1986 e 2007.

Em relação ao poder de mercado nos setores agroalimentares, há uma forte tendência de concentração empresarial. De certa forma, a concentração sempre esteve presente, uma vez que se trata de um setor estruturado pela atomização de produtores e consumidores, que são muitos e têm pouco poder de mercado, mas cujos intermediários no entanto são mais reduzidos (conforme visualização na Figura 3). Essa constatação está na base das políticas de administração de preços e mercados que emergiram principalmente no Pós-Guerra, com a intenção de amenizar a desproteção dos produtores. Entretanto, um componente central, as políticas de antitruste e controle da concorrência, foram significativamente enfraquecidos com o advento do neoliberalismo, resultando na criação de alguns poucos players globais em setores como agrotóxicos, grãos, proteína animal, supermercados, etc, que Ploeg (2007) denominou de Impérios Agroalimentares. Von Braun (2008) estima que 25% do valor gerado no setor agrícola mercantil é capturado pelas dez maiores redes de supermercados do mundo. A Figura 4 mostra como o valor de algumas commodities agrícolas diminuíram ao mesmo tempo em que suas versões processadas aumentaram significativamente de preço, demonstrando que os intermediários detêm um poder de mercado significativo e que tanto agricultores como consumidores têm capturado menos valor dessa cadeia ao longo do tempo em algumas dos principais produtos.

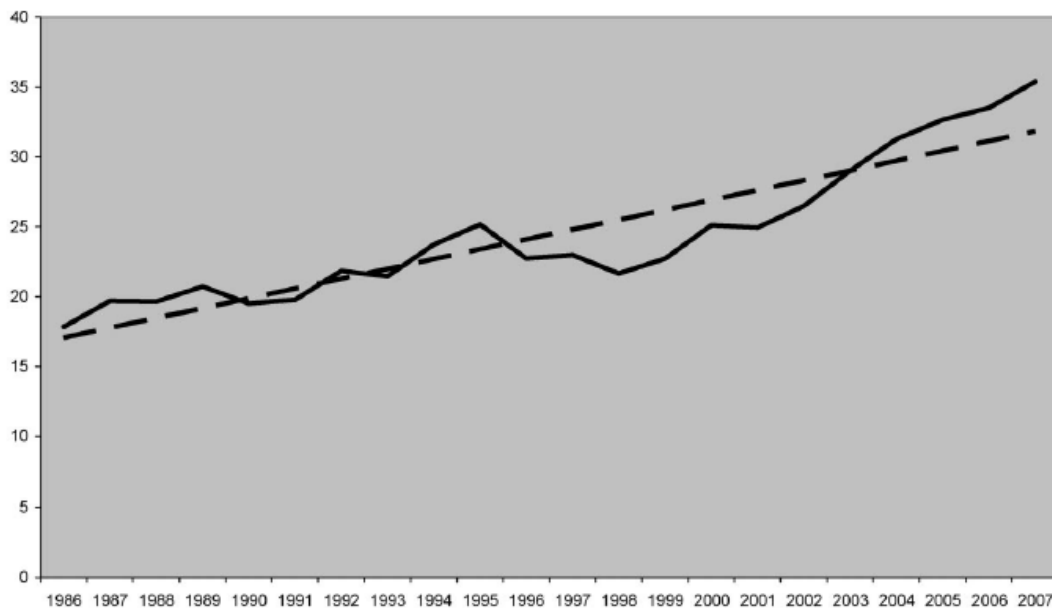


Figura 2 - Razão de exportações agrícolas sobre a produção agrícola total mundial. Banco Mundial (2009), apud KAY e AKRAM-LODHI (2011)

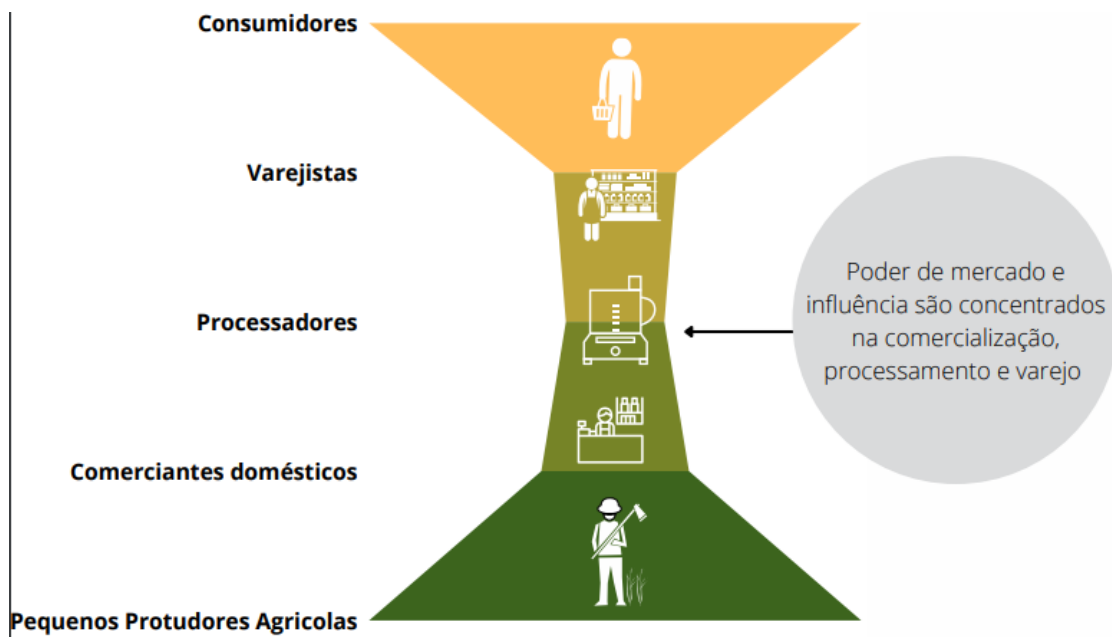


Figura 3- Concentração de mercado nos sistemas agroalimentares. Adaptada de IAASTD (2009a)

VARIAÇÃO DE PREÇOS DE PRODUTOS EM NATURA E PROCESSADOS (1980-2000)

Variação percentual

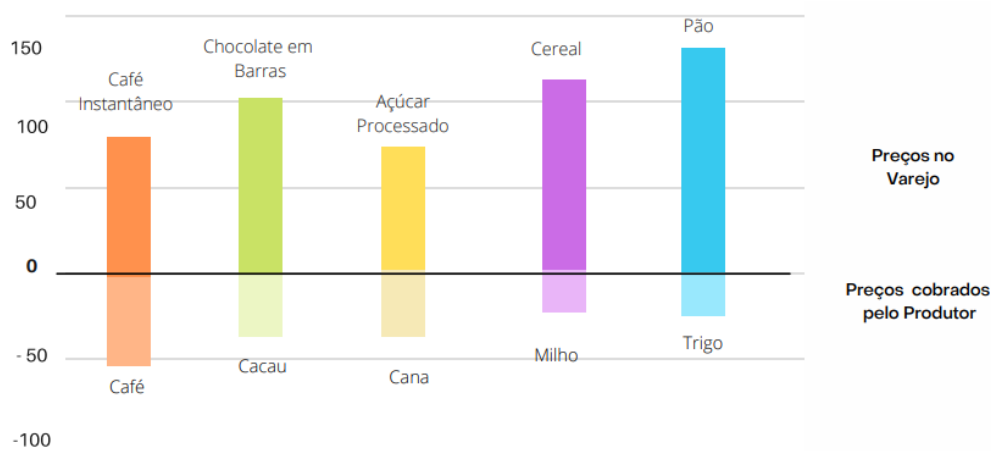


Figura 4 - variação de preço de produtos in natura e processados no varejo entre 1980 e 2000 (IAASTD, 2009a)

Há uma percepção geral de crise desse regime, que se consolidou a partir do episódio de aumento de preços de diversas commodities agrícolas em 2007. Essa crise se manifesta em diferentes áreas, como a volatilidade de preços e escassez de alimentos, crises de saúde pública, a compressão de renda de produtores, o empobrecimento de dietas, e a degradação ambiental. A partir desse diagnóstico de crise foi elaborada uma crítica não só dos contornos da governança de forma corporativa e dos regimes internacionais, mas também da pertinência da própria forma industrial da agricultura capitalista.⁶

Os números são eloquentes. Um relatório amplo das Nações Unidas, *International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development - IIASTD*, expõe a escala da crise. No mundo, cerca de 800 milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar severa, 70% dos quais em áreas rurais. Ao mesmo tempo, 2 bilhões de pessoas estão acima do peso ideal, com quase 700 milhões de obesos. Ambas as situações representam uma falha nos sistemas agroalimentares, e refletem a insuficiência de oferta de alimentos de qualidade e diversidade. Estão conectadas também pelo fenômeno da *carnificação*. O crescimento na produção de grãos tem sido cada vez mais direcionado para a alimentação de animais, que leva os consumidores do Norte Global a um consumo excessivo de proteína animal, ao mesmo tempo em que mantém a escassez de calorias para certas populações da periferia global, uma vez que a carne é uma maneira muito mais ineficiente de

⁶ Definida como a agricultura que é intensiva e capital e substitui o trabalho humano e animal por maquinário e insumos em alto grau (IIASTD, 2009a. p. 563-564)

produzir calorias que os produtos vegetais. A estas crises sanitárias, soma-se o surgimento de epidemias de origem zoonótica, que têm na criação confinada e concentrada de animais, frequentemente resistentes a antibióticos pela super-aplicação, seu principal foco de aparecimento (DAVIS, 2006).

Em paralelo, os mercados internacionais de alimentos foram profundamente financeirizados. A criação de um amplo mercado de veículos financeiros complexos, como futuros e opções sobre as commodities agrícolas, foi particularmente notável no período que antecedeu a elevação de preços de 2007, e aumentou a volatilidade de seus preços (IIASTD, 2009a) Além disso, acentuou-se o controle da estrutura da produção pelas estruturas financeiras:

What is new, though, is the role played by a number of financial institutions and instruments that have the capacity to re-organise various stages of the agri-food supply chain, and to alter the terms and conditions under which other actors in the chain can operate. In the case of the private equity company, for example, we see a fraction of capital which views the agri-food company –whether it is a third-party auditor, an input supplier, a farm operator, a food manufacturer or a retailer –as a bundle of resources which provide opportunities for a quick profit, which may or may not involve a restructuring, but which will eventually return the enterprise to the share market and then move on to another bundle of resources. (BURCH, LAWRENCE, 2009. apud MCMICHAEL, 2009. Grifo nosso)

A dimensão ambiental da crise também é significativa, e se desdobra em questões relacionadas ao uso excessivo de água; ao desgaste, erosão e desertificação do solo; à poluição e superfertilização; ao desmatamento e destruição de habitats e biodiversidade; à contribuição ao aquecimento global, entre outras (IIASTD, 2009a).

Nesse tema, ficam claras as consequências da industrialização da agricultura e de sua submissão a uma lógica de maximização de lucros. Para Ploeg (2016), as economias agroalimentares devem ser concebidas como um encadeamento entre a natureza e a sociedade. Até muito recentemente, essa conexão era inescapável, o que fez com que essas economias fossem localizadas, contextualizadas e tivessem de repor ao mesmo tempo em que retiram. Repor os nutrientes do solo, manter a biodiversidade, enfim, manter um ciclo fechado de energia, nutrientes, biodiversidade e trabalho. A industrialização da agricultura representou a transição para um sistema aberto, onde longas cadeias transportam nutrientes, insumos, produtos, e em que, principalmente, a terra tornou-se fungível, podendo ser esgotada e substituída. Esse tipo de lógica é interessante para a empresa privada, entretanto, gera para a coletividade danos irreparáveis na forma de externalidades:

“Although it is rarely made explicit, the theories about the evolution of the food system view it as a disruptive process - a chain of disruptions. Existing practices and their materializations need to be continuously replaced, and this process requires

the introduction of ever-more artificial growth factors, technologies, energy, and re-fabricated food products” (PLOEG, 2016. p. 5)

Outra forma de conceber o processo de esgotamento natural é pela leitura marxista da ecologia política. Para Moore (2015), o processo de extração do excedente no capitalismo depende não somente da mais-valia do trabalho, mas de quatro insumos básicos, que devem ser mantidos baratos para viabilizar o sistema: força de trabalho, comida, energia e matérias primas (“*the four cheaps*”). Dado que as fontes desses recursos são finitas, o uso perdulário dessa forma de produção implica em uma contradição cada vez mais próxima: o esgotamento dos recursos e da produção baseada na sua abundância⁷. É esse fenômeno que Akram-Lodhi explicita, ao notar que a taxa de crescimento da oferta vem caindo significativamente na produção agrícola, e retornos decrescentes para as estratégias de industrialização:

“[...] the ‘technological treadmill’ of the corporate food regime leads to increasing pesticide use, generating mounting costs for farmers and further environmental degradation. This in turn requires additional doses of nutrient application to keep squeezing productivity out of the soil.” (AKRAM-LODHI, 2021. p. 696)

A crise em seus múltiplos aspectos, junto com a percepção de esgotamento da industrialização da agricultura gerou uma reavaliação dos benefícios e custos da modernização da segunda metade do século XX, e a busca por um novo modelo. Ironicamente, foi justamente a unidade familiar de pequena escala - o pequeno produtor mercantil - que se mostrou vocacionado a lidar com muitos dos impasses:

“Small scale diversified farming is responsible for the lion's share of agriculture globally. While productivity increases may be achieved faster in high input, large scale, specialized farming systems, greatest scope for improving livelihood and equity exist in small-scale, diversified production systems in developing countries. This small-scale farming is highly dynamic, and has been responding readily to changes in natural and socioeconomic circumstances through shifts in production portfolio, and specifically to increased demand by increasing aggregate farm output.” (IAASTD, 2009a, p. 379)

Esse diagnóstico contradiz frontalmente a previsão modernizadora de que a figura do camponês seria extinta⁸. Pelo contrário, ainda há no planeta 1,5 bilhão de pequenos produtores, dispersos em 350 milhões de pequenos estabelecimentos, que produzem de 70% a 80% dos alimentos. Essa nova ênfase que se dá à produção familiar de pequena escala e seletivamente mercantilizada rompe em definitivo com as bases originais da modernização agrária como originalmente estipulada no desenvolvimento hegemônico. Embaralham-se os pares dicotômicos, inclusive porque se constata que em muitos casos esse tipo de produção se

⁷ Weiss (2010) inventaria as principais causas do esgotamento, entre as quais lista a erosão e salinização do solo, o uso insustentável da água, a perda de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, como polinização e formação de solo; o aumento de gases de efeito estufa e a dependência de insumos de origem fóssil.

⁸ O vaticínio do fim do camponês é recorrente, e aparece em autores diversos como Kautsky(1899), Mendras(1971) e Hobsbawm (1994).

mostrou mais resiliente e eficiente que a agricultura familiar empresarial, altamente intensiva em crédito, capital e insumos adquiridos, mas pouco autônoma e sujeita às vicissitudes de um mercado oligopolizado (PETERSEN, SILVEIRA, 2017).

Nesse contexto, a figura do camponês é retomada como algo positivo. Primeiro na fala de movimentos sociais, em especial La Via Campesina, mas também, no Brasil, no Movimento dos Trabalhadores sem Terra, no movimento agroecológico, entre outros (PLOEG, 2006). Entretanto, não se trata somente de uma palavra de ordem de movimentos. Autores como Ploeg, Akram-Lodhi e Petersen descrevem, em uma análise materialista, a produção camponesa como uma forma específica, com uma lógica própria. Trata-se essencialmente de uma forma que pretende acima de tudo manter o relativo grau de *autonomia* que a propriedade da terra lhe confere frente ao mercado. Desta forma, a produção para autoconsumo, a independência em relação aos fornecedores, a base natural, multifuncionalidade - e a resiliência que estas garantem - deixam de ser percebidas como marcas do subdesenvolvimento e passam a ser percebidas como potencialidades.

As características desse tipo de produção respondem a diversos aspectos da crise. A produção camponesa enfatiza os coeficientes técnicos do trabalho e do conhecimento⁹. Com isso, a produção responde a incentivos bem diferentes que a produção mais mercantilizada. Os empregos gerados são bem mais numerosos, e possuem unidade no trabalho mental e manual, sendo também mais interessantes. A produção, por sua vez, tende não a maximizar o lucro, como na empresa capitalista, mas se concentra em maximizar o valor bruto produzido (PLOEG, 2006).

A relação que a produção camponesa guarda com a terra e o meio ambiente é também distinta. A autonomia depende de uma base de recursos autogerida, na forma de animais de rebanho, infraestrutura de água e silagem, um estoque variado de culturas, etc.. Isso, por sua vez, exige um alto nível de cuidado e investimento, pois para este produtor não há a possibilidade de esgotar essa base e adquirir outra. Além disso, esse cuidado deve ser obtido de maneira a minimizar as compras externas, o que leva ao uso de técnicas de adubação, defesa contra pragas, construção e infraestrutura, etc., geradas na própria propriedade ou na localidade. Essa dinâmica mantém as condições do solo, evita a sobrecarga dos ciclos

⁹ Neste aspecto, a agroecologia resgata uma intuição presente na análise de certas trajetórias de transformação agrária que se processaram no Leste Asiático, e cuja marca foi justamente o crescimento da produção em uma configuração de uso intensivo dos fatores da terra, e um trabalho especializado familiar. Sugihara (2004) descreve *revolução industrial* que ocorreu na China e Japão como uma trajetória de sofisticação da produção baseada em pequenos lotes intensivamente trabalhados, com alto grau de aproveitamento. Studwell (2013) generaliza o argumento, afirmando que os milagres de crescimento do Leste Asiático no Século XX se basearam em uma reforma agrária e num alto grau de absorção de trabalhadores pelo setor agrícola.

naturais, e também diminui a descarga de químicos e a poluição ambiental.¹⁰ Ploeg (2007) denomina o processo de reprodução mútua da família produtora e de sua base de recursos autogerida como *co-produção*.

No contexto de crise, os produtores familiares mercadorizados podem responder tanto por um incremento da capitalização, subindo na esteira e intensificando a industrialização da produção; ou pela busca de soluções endógenas para a produção, substituindo insumos externos por produtos e técnicas do próprio local. A escolha deste último representa o fenômeno da *recampesinação*, um movimento no espectro na direção de menor mercadorização. Em um contexto onde o produtor fica com uma parte cada vez menor do excedente líquido, essa é uma resposta racional, e pode ser observada em determinados territórios. (FERNANDES, 2015)

Uma vantagem competitiva da produção camponesa, especialmente em sua vertente agroecológica, está no fato de que neste modelo, cada produtor e cada território é também um produtor de conhecimento. A agricultura tem uma natureza altamente local e contextualizada, onde é impossível codificar e traduzir as dinâmicas presentes em cada lote, com seu bioma, solo e microclima específico (SCOTT, 1998). A agricultura industrializada é pautada na implementação de conhecimentos e técnicas de origem externa, que buscam sistematizar os movimentos e rotinas de cada produção, bem como se aproveitar de sistemas de fácil leitura e apreensão - como por exemplo a monocultura extensiva. Isso resulta em uma forma de trabalho alienada, que além de desagradável, diminui o potencial de experimentação pelo produtor e reduz as potencialidades daquilo que Ploeg denominou “a arte da agricultura”.

A defesa e elaboração teórica de uma agricultura camponesa se dá principalmente no seio da *agroecologia*. Na definição de Altieri e Rosset (2017), trata-se de simultaneamente de a) a ciência que explica o funcionamento dos agroecossistemas e seus mecanismos, funções e relações físicas, biológicas, ecológicas, sociais, culturais e econômicas; b) um conjunto de práticas para a agricultura sustentável e, c) um movimento político para tornar a agricultura sustentável e socialmente justa.

No que diz respeito ao conhecimento, a agroecologia disputa o lugar absoluto conferido à ciência que é institucionalmente legitimada, como as universidades, laboratórios de pesquisa e agências internacionais. Estas instituições estiveram envolvidas na origem da Revolução Verde e na expansão do regime corporativo alimentar em geral, reforçando a

¹⁰ Não se trata, obviamente, de afirmar que os camponeses são ambientalistas, mais conscientes ou preocupados. O que ocorre é que os incentivos da produção camponesa estão frequentemente alinhados com a produção agroecológica (MARTINEZ-ALLIER, 2002). A co-produção é um dos fatores que faz com que a figura camponesa seja tão persistente e recorrente na produção agrícola, a despeito dos vaticínios repetidos de seu fim.

lógica produtivista e pouco sensível aos complexos sistemas naturais e as peculiaridades locais. Essa é a lógica por trás dos *pacotes tecnológicos*, técnicas prontas e insumo-intensivas oferecidas por extensionistas “no atacado”.

A agroecologia propõe substituir esse tipo de prática científica por outra, que seja orientada por princípios gerais diversos, tanto epistemológicos como políticos, superando o imperativo do produtivismo. Essa prática deve emergir a partir de uma relação horizontal entre as instituições produtores de ciência e dos próprios agricultores. Estes podem frequentemente contar com um estoque notável de conhecimento contextualizado acumulado no seu território, e são experimentadores e difusores de inovações: “The technological generation process [in agroecology] ideally must result from participatory or farmer-led research process in which farmers along with researchers provide input into research questions.” (ALTIERI, ROSSET, 2017).

Esse tipo de prática científica é mais adaptada ao contexto agrícola, que trabalha não processos de transformação de insumos em produtos simples, mas a configuração de agroecossistemas dinâmicos que dificilmente podem ser reduzidos a modelos lineares. A substituição de pacotes por processos dinâmicos de experimentação também tem um viés de procurar soluções endógenas, colaborando com a co-produção alimentos-natureza e o aumento da base de recursos autogerida em detrimento da introdução de insumos externos.

O aspecto científico da agroecologia é indissociável do aspecto político. Em síntese, o projeto político agroecológico significa empoderar os produtores e consumidores de alimentos:

“Agroecology is political. It requires us to challenge and transform structures of power in society. We need to put the control of seeds, biodiversity, land, and territories, waters, knowledge, culture and the commons in the hands of the peoples who feed the world.” LVC (2014), apud ALTIERI, ROSSET (2017)

Essa prática política se expressa atualmente na forma de contestação dos Impérios Alimentares. Uma de suas principais formas políticas é pelos movimentos sociais, como La Via Campesina, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Zero Budget Natural Farming, entre diversos outros que atuam no Sul Global. Esses movimentos ajudaram a dar relevância à ideia de soberania alimentar: a noção de que os sistemas agroalimentares locais devem servir à alimentação como um direito, o que exige uma regulação rígida da sua mercadorização.

Mas a principal forma de resistência não se dá nos espaços institucionais, e sim no aperfeiçoamento da produção agroecológica, por meio de treinamentos e intercâmbios, da difusão de tecnologias adaptadas e da criação de organizações de base - a resistência pela

mudança nos processos de produção e comercialização que Ploeg (2007) chama de *resistência do terceiro tipo*. A construção política da agroecologia é fortemente orientada para a construção de capital social e territorial na forma de redes de associações, organizações, empresas e atores estatais aliados. Essa estratégia reflete uma lógica contra-hegemônica particular. Na impossibilidade de contestar frontalmente o domínio do regime corporativo agroalimentar em seus domínios institucionais no plano do Estado-nação e dos regimes comerciais internacionais, os movimentos camponeses atuam nas brechas e fissuras do regime (AKRAM-LODHI, 2021, PATNAIK, 2011)

Dessa forma, os movimentos agroecológicos atuam em duas frentes principais. Por um lado, pautam e cobram uma atuação do Estado e políticas públicas mais alinhados com seu projeto, como reforma agrária, políticas de segurança alimentar, proibição de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados. Por outro, se organizam para resolver problemas de ação coletiva nos territórios, criando suas próprias redes de criação e difusão de técnicas, de armazenamento de sementes, de fornecimento de crédito, entre outros.¹¹

A aposta em organizações da sociedade civil como motor das mudanças no plano institucional e no produtivo gera efeitos de segunda ordem. O capital social das organizações e redes tem frequentemente a propriedade de se multiplicar em ciclos virtuosos¹². No caso da agroecologia, há o imbricamento com organizações de defesa de territórios indígenas e tradicionais, com os movimentos sem terra, com temáticas da população jovem, entre outros movimentos.

Em particular, há um destaque para a temática de gênero. Isso porque, na avaliação de alguns teóricos, os processos de industrialização da agricultura reforçaram hierarquias de submissão da mulher nas famílias agricultoras. A produção convencional da Revolução Verde reduziu a quantidade de trabalho necessário na empresa familiar¹³, e depositou a maior parte das atividades na mão do chefe de família. Por isso, é frequente que a transição agroecológica

¹¹ Percebe-se aqui ecos da teoria de Chayanov de que a auto-organização cooperativa é a forma ideal que permite ao agricultor familiar ascender a um patamar técnico mais sofisticado, mantendo sua forma econômica e cultural bem como sua autonomia.

¹² Albert Hirschman (1984) notou a tendência de associações voluntárias e organizações intermediárias de superar sua temática inicial, e dar origem a transbordamentos e outras organizações, e a denominou “energia social”. Esse insight básico está na base da ideia de que a construção de capital social e o fortalecimento dessas organizações poderia ser um instrumento decisivo para o desenvolvimento no Sul Global. Ostrom (2008), Evans (1995), Fox (1996) entre outros, mostram como esse tema havia sido negligenciado nas antigas teorias do desenvolvimento.

¹³ A relação entre a capitalização da agricultura e o reforço a papéis patriarcais de gênero parece ser uma constante, não limitada à Revolução Verde. Alice Evans (2020) mostra que a presença séculos atrás de agricultura irrigada num determinado território continua a ter forte impacto presente na divergência de direitos das mulheres na Índia.

seja acompanhada do surgimento de grupos dedicados a discutir a emancipação feminina no lar e na produção (ALTIERI, ROSSET, 2017).

Entretanto, esse caráter movimentalista e de resistência da agroecologia mostra que este modelo ainda tem participação secundária na maior parte dos contextos do Sul Global. Há um extenso debate sobre as possibilidades da produção agroecológica para se universalizar e sustentar todo o sistema agroalimentar. Ou seja, poderia uma economia agrícola baseada nessa concepção produzir alimentos e matérias primas em quantidades suficientes?¹⁴ Afinal, se a agroecologia é vantajosa, por que ela não se dissemina mais?

Essas perguntas são, para os entusiastas da agricultura dominante, uma acusação que mostra que a agroecologia está condenada a ser marginal, justamente por assentar-se em premissas atrasadas. Para os teóricos da agroecologia, elas apontam para tensões e contradições de se construir um projeto alternativo num contexto de hegemonia capitalista. Altieri e Rosset (2017) inventariam fatores que inibem a disseminação da agroecologia: ação estatal e orçamento público devotado quase que inteiramente aos sistemas convencionais, barreiras econômicas e escassez de ativos produtivos na produção agroecológica, a ausência ou repressão a organizações camponesas; questões ligadas à terra, como a concentração, a invasão e usos clientelistas.

À guisa de conclusão, notamos que a categoria de camponês carrega consigo um potencial subversivo. Há a percepção cada vez mais pervasiva de um contexto de crise na governança mundial, no qual fica claro a impossibilidade de difundir padrões de vida “desenvolvidos” - urbanos, anglo-europeus, afluentes - para todos, e nos quais o ultrapassamento dos limites ambientais está cada vez mais patente. Neste contexto há uma disputa classificatória sobre o valor dos regimes agroalimentares e da própria figura do camponês. Que a imagem da Figura 5 possa evocar orgulho e dignidade representa uma completa negação da modernidade hegemônica e da estética do progresso. Na imagem, fica clara a recusa da ideia de êxito como a acessão aos padrões de consumo e de vida - cuja promessa é elusiva, pois não podem ser difundidos universalmente num planeta finito. Esta é a interpretação que Ploeg dá à imagem:

¹⁴ Essa extensa polêmica é coberta por Holt-Gimenez, Shattuck e Patel (2009), Altieri e Rosset (2017), Akram-Lodhi (2021) e envolve um debate técnico e minucioso a respeito da mensuração da produtividade dos fatores de produção, das externalidades e das características de cada produto. Ainda assim, esses autores respondem na afirmativa, e revertendo o argumento: é a atual agricultura corporativa que se mostra cada vez mais insustentável. Frequentemente evoca-se o caso cubano, onde processou-se, a partir dos anos 1990, uma reestruturação agroecológica da produção, com um crescimento significativo da produção (SOSA, JAIME, LOZANO, ROSSET, 2011)



Figura 5 - Família camponesa de Catacaos, Peru (PLOEG, 2007).

“FIGURE [5] shows a peasant family from Catacaos in Peru. They, like so many others, are settled in *tierra de lucha campesina*, in the area that once was the place of massive and repeated invasions and where one of the first Communal Units of Production (San Pablo Sur) was later created. To some the image may convey a sense of being lost in messiness and poverty [...] There is some fodder, a corral with a few sheep, the wall of a temporary shelter primarily made of straw and, of course, there is a man and his wife. *For them, however, the story is different: it is about a resource base they have constructed throughout the years, a resource base that carries the expectation of forging some progress through their own labour.* In more general terms: this man and woman, together with thousands of other peasants, materially repatterned this particular space of production: it has the area with the highest ratio of people to land in this part of Peru and it is also the area where the highest yields are realized. The image also conveys a story about relative autonomy and the associated sustainability: in this repatterned landscape water, the scarcest resource, is converted far more effectively in terms of production, employment and income than in neighboring Food Empires (Ploeg, 2006). In short, the image tells of actively constructed responses to an ugly regime that condemns many people to live “wasted lives” (Bauman, 2004). *There is also pride and dignity in the image, which are also important elements, as “countervailing power resides in the dignity of everyday life.”* (PLOEG, 2007. p. 5. Grifo nosso)

Capítulo III

A Convivência com o Semiárido

3.1 Contextualizando a pesquisa

Este capítulo apresenta um estudo do caso da *Convivência com o Semiárido*. A Convivência é, na fala de seus propositores, um modelo de desenvolvimento inovador para a região e suas populações rurais. Para contextualizar o debate, essa seção apresenta algumas informações básicas sobre o território, os propositores da Convivência e suas tecnologias sociais.

O Semiárido é um território situado majoritariamente na região Nordeste, com uma franja localizada no norte de Minas Gerais. Trata-se de um território delimitado oficialmente a partir de condições de aridez e estresse hídrico. Ele é definido pelo Governo Federal através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. A delimitação atual da SUDENE¹⁵ inclui todos os municípios que preenchem os seguintes critérios:

- Precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm;
- Índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50;
- Percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano.

O Semiárido é um espaço de características biogeofísicas singulares. Não só a aridez o define, mas também sua vegetação - o Semiárido é principalmente coberto pela Caatinga, um bioma único, com partes de Cerrado.

¹⁵Ao longo do último século, foram criados diversos territórios oficiais da região semiárida, iniciando com o Polígono das Secas, em 1936. A atual delimitação oficial é de 2017. SUDENE (2017)

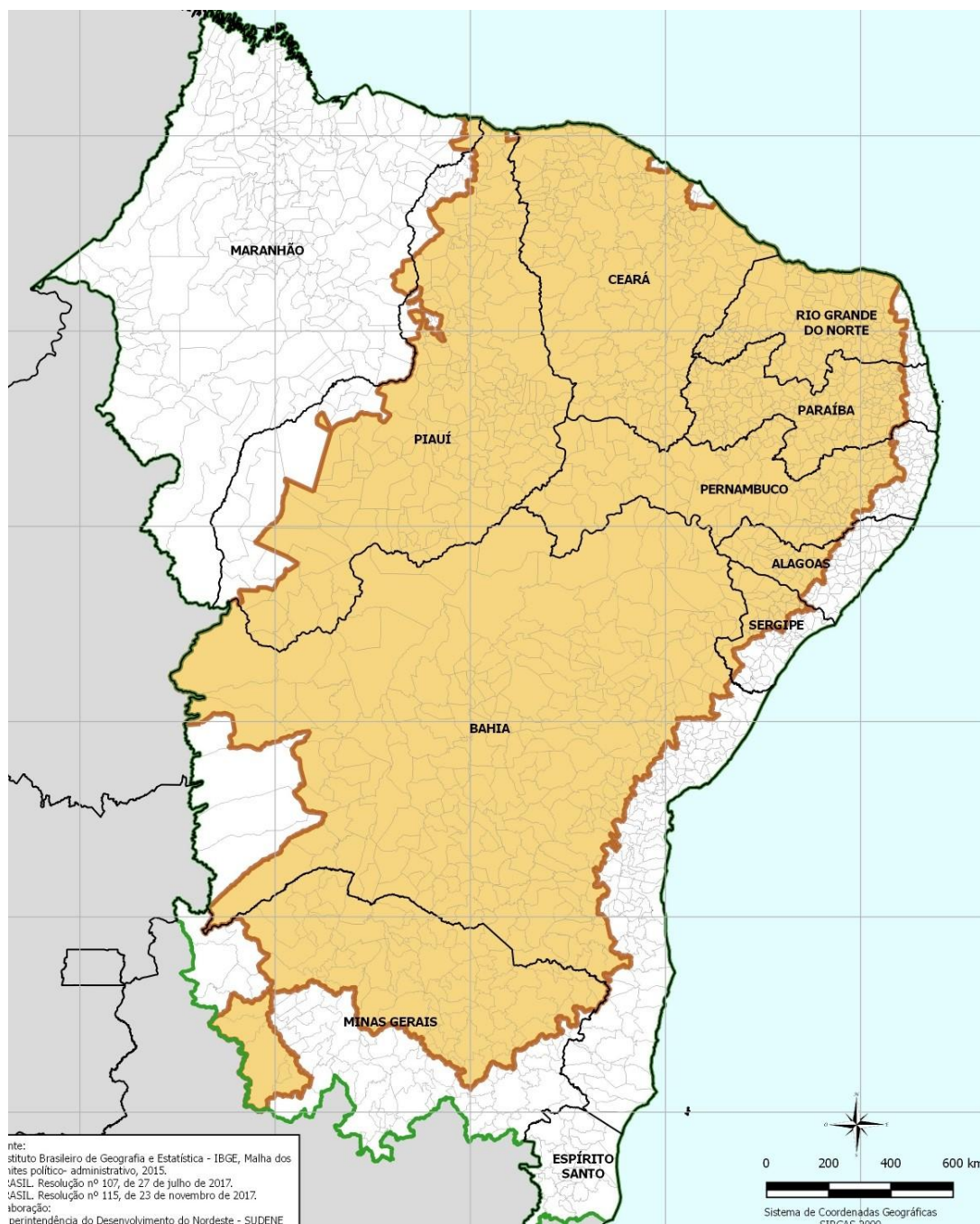


Figura 6 - Semiárido Legal

O principal ator elaborador da ideia de Convivência é a ASA - Articulação do Semiárido. A ASA é uma federação de organizações diversas da sociedade civil - associações, entidades de desenvolvimento rural, cooperativas, sindicatos rurais, cáritas regionais, entre outras. Compõem a ASA milhares dessas associações, de diversas escalas.

Ela foi formada durante a Conferência das Partes das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, que ocorreu em Recife em 1999. A ASA se estrutura por meio de unidades

locais, municipais, estaduais e a nacional. As ASAs estaduais e nacional têm seus cargos ocupados por pessoas eleitas como representantes nos outros níveis.

A principal forma de atuação da ASA é na disseminação de tecnologias sociais e práticas agroecológicas. Destas iniciativas, a que ganhou mais destaque foram as cisternas de captação de água da chuva: Programa um Milhão de Cisternas - P1MC e Programa uma Terra Duas Águas - P1+2.

Há três tipos principais de cisternas: a doméstica, a escolar, e a cisterna para produção. As cisternas domésticas atendem uma família, e possuem capacidade de reservação de 16 mil litros. Essa quantidade é em tese adequada ao consumo de uma família ao longo de um período de estiagem típico. As cisternas escolares são em geral maiores, e ajudam a manter abertas escolas rurais sem acesso à rede de água, e se prestam ao consumo humano e a práticas agrícolas e alimentares educativas, como a criação de hortas escolares. Já as cisternas de produção tem, em geral, capacidade de 52 mil litros e possibilitam a manutenção de um quintal irrigado e a dessedentação de animais, viabilizando a produção agrícola durante períodos de estiagem.



Figura 7: cisterna doméstica instalada na comunidade da Caicara, MG (ASA, 2021b)

Desde 1999, a ASA executou a construção de 626.791 cisternas domésticas, o que criou 9.919.088 m³ de capacidade de estocagem difusa. Essa iniciativa criou acesso a água potável para 2,5 milhões de moradores de áreas rurais do Semiárido. Foram construídas também 6.848 cisternas escolares, com 355.812m³ de capacidade. Por fim, foram executadas 106.600 tecnologias de armazenamento para produção, beneficiando 429 mil pessoas no total (ASA, 2021a).¹⁶



Figura 8: Cisterna escolar em Caraúbas - RN (ASA, 2021b)

¹⁶ Cabe ressaltar que esses números se referem somente às tecnologias executadas diretamente pela ASA. Governos locais e estaduais, o BNDES e outros atores também executaram cisternas, que superaram a marca de um milhão no total.



Figura 9: Cisterna barrageira, de produção. ASA (2021b)

Além das cisternas, outras iniciativas de Convivência foram realizadas. Há ações de disseminação de práticas agroecológicas, como assistência técnica e disseminação de variedades agrícolas adaptadas. Há também intercâmbios, nos quais agricultores visitam outros sítios produtivos e trocam conhecimentos e sementes são particularmente destacados. A ASA contabiliza que 57.930 pessoas já participaram de intercâmbios promovidos. Foram também criados 793 bancos de sementes e 223 viveiros de mudas (ASA, 2021a)

A ASA também realiza ações de comunicação e mobilização, tanto para disseminação de práticas e técnicas de convivência, como de pressão política. A organização disponibiliza formas de acesso a comunicação, como podcasts, vídeos e publicações. O boletim O Candeeiro, por exemplo, teve 1.319 edições publicadas. No plano político, a ASA se posiciona por uma série de pautas ligadas à reforma agrária, acesso à água e proteção do pequeno produtor rural, com a organização de protestos e mobilizações políticas eventuais.



FIGURA 10: Mística de encerramento do VII Encontro Nacional da ASA. ASA(2021b)



FIGURA 11: Caminhada por um Semiárido Justo e com Desenvolvimento no VII EconASA. ASA (2021b)

3.2 Metodologia da Pesquisa

Esta pesquisa deste capítulo se baseia em uma análise do discurso da Convivência com o Semiárido.

Análise de discurso descreve as metodologias usadas nas ciências sociais para desvelar o sentido, as tensões e contradições em um determinado conjunto de falas. Trata-se de uma forma de pesquisa interpretativa, que permite delimitar as categorias e relações de destaque em um determinado discurso (AZEVEDO, 1998). Um discurso emerge de relações sociais, e se cristaliza em determinados padrões recorrentes, como metáforas, categorias, valorações e denotações específicas. Entretanto, um discurso nunca é somente descritivo, mas ele é também performativo e constitutivo de novas realidades sociais. Para Foucault, discursos são “práticas que sistematicamente formam os objetos dos quais falam” (FOUCAULT, 1972, p. 56). A metodologia se desdobra, fundamentalmente, em um esforço de interpretação e sistematização do discurso.

Para além do discurso produzido pela própria ASA, será mobilizado o percurso teórico do Capítulo 1 a respeito do desenvolvimento e da questão agrária. Esses debates teóricos são condição para interpretar a Convivência com o Semiárido, enquanto estratégia de desenvolvimento rural, que busca lidar justamente com as questões postas na crítica ao desenvolvimentismo e as formas de modernização hegemônicas para as populações rurais da do Sul Global.

Para operacionalizar a pesquisa, foi reunido um conjunto de material empírico, todo ele referente diretamente a produções de discurso da principal proponente da Convivência com o Semiárido, a ASA. Em primeiro lugar, foi realizada uma análise documental, que incluiu as Cartas Políticas, lançadas nos Encontros Nacionais da ASA - ECONASA; o acervo da publicação “O Candeeiro”, um folheto de divulgação de casos bem sucedidos de apropriação de práticas de Convivência com o Semiárido por uma família ou território; e as demais publicações presentes no site da organização, como cartilhas, avaliações e notícias.

Em segundo lugar, foram realizadas entrevistas com 6 membros da ASA. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semiestruturado, e foram feitas por meio virtual dada as restrições da pandemia de Covid-19. De forma complementar, foram também realizadas entrevistas com 2 gestores do Governo Federal que trabalharam diretamente com os programas de cisternas. O objetivo desse conjunto de entrevistas foi aprofundar a interpretação sobre determinadas categorias e tensões presentes no discurso, mas que eram

elaboradas de forma tácita no material da análise documental. As entrevistas com gestores federais, interlocutores e parceiros da ASA em determinadas políticas públicas, possibilitaram, por sua vez, interpretar certas tensões e contradições do discurso da Convivência no momento em que este é apropriado pelos agentes públicos e transformado em políticas públicas.

Uma lista completa do material empírico analisado está presente no Anexo I.

3.3.1 Para entender as transformações

Seu Alcides vive com a esposa Geane e os três filhos em Lagoa do Roçado - RN. Ali, voltou à roça que vivera na infância após uma temporada infeliz na cidade. Mas a terra estava imprópria para a produção, e exigiu um processo de recuperação, feito com adubo de esterco bovino e pó de rocha. Depois, envolveu-se com o Centro Dom Brandão de Castro, organização participante da ASA, e obteve uma cisterna calçadão. Passou então a participar de intercâmbios de agricultores e dos encontros locais e regionais da ASA. Construiu ainda uma barragem, uma cisterna de consumo e um barreiro. Seu Alcides se considera um experimentador, no que a ASA foi fundamental. Ele afirma que: “A chegada da ASA mostrou que é possível viver no Semiárido, pois tendo água tudo se produz com qualidade.”

Gil Bento e D. Maria de Lurdes mora com seus dez filhos em Paraizinho - RN. Gil era trabalhador rural na fazenda de outros proprietários, até que se juntou ao MST e após dois anos de luta, obteve um lote próprio no Assentamento 1º de Julho. Ele atualmente possui uma produção agroecológica, e é o principal responsável do assentamento pela guarda das sementes nativas. Tem um amplo estoque de sementes para consumo, distribuição e venda, e pretende ampliar a produção quando for concluída a cisterna calçadão que a ASA está construindo em seu lote.

Ivanete mora em Barro Alto - BA. Ela descreve sua história de vida como sendo de luta. Obteve uma propriedade em que faltava água, e na qual o solo estava erodido. Restaurou sua vitalidade com métodos agroecológicos, com assessoria do sindicato rural local e da ASA. Obteve uma cisterna de produção em 2012, e aprofundou seu envolvimento com o desenvolvimento do território: virou presidente do sindicato, ajudou a construir sua sede, e celebrou uma vitória ao conseguir universalizar as cisternas de consumo em Barro Alto.

Esses três casos, narrados em edições da publicação da ASA *O Candeeiro*, expõem casos típicos nos quais as iniciativas de Convivência com o Semiárido foram bem sucedidas em melhorar as condições de vida e de produção de famílias de pequenos produtores rurais.

As iniciativas descritas incluem a implantação de cisternas, o uso de métodos agroecológicos de manejo da terra e de produção, o fortalecimento e a participação de organizações de base. Cada Candeeiro traz a história de uma família, e é direcionado para outros agricultores que mostram trajetórias exemplares e que pretendem mostrar que essa forma produtiva é não só positiva, mas também viável.

Essas narrativas são não só ilustrativas de iniciativas agroecológicas, mas também da concepção da Convivência com o Semiárido. Elas buscam ressaltar que a transição agroecológica e a melhora das condições de vida é possível, mas depende de mobilização, participação política e da valorização dos conhecimentos locais. O próprio Candeeiro tem o objetivo de empoderar a família retratada. Após a publicação do boletim, ela recebe 1000 cópias para distribuir em intercâmbios e exibir seu exemplo como sinal de potencialidades do território do Semiárido quando trabalhado com práticas de convivência.

3.3.2 Um outro modelo de desenvolvimento

Desde seu início, a ASA tentou demarcar com ênfase que a Convivência com o Semiárido não pode ser reduzida somente a um pacote de tecnologias de armazenamento de água. Tratar-se-ia de uma concepção diferente e crítica de desenvolvimento para as populações e territórios rurais da região. Isso quer dizer que a ASA propõe um amplo programa, que inclui uma outra forma de produção agrícola, de uso econômico do território, novas diretrizes para a educação formal, a transformação da sua economia política, e também uma nova narrativa e valorização simbólica daquele território.

A ideia de discutir a forma, os objetivos e instrumentos do desenvolvimento já implica em uma *disputa classificatória* (LAVALLE; SWAKO, 2019). O que deve significar a noção mesma de desenvolvimento? Neste ponto, a fala da ASA aponta a insuficiência das métricas puramente econômicas e que restringem desenvolvimento ao aumento do Produto Interno Bruto - PIB, por exemplo.

“Eu não sou daqueles que joga o bebê com a água do banho. O fato de a noção de desenvolvimento ter sido incorporada, e depois reduzida ao desenvolvimento econômico, e isso acaba questionando a própria noção de desenvolvimento, e alguns teóricos acabam dizendo que nós temos de abandonar essa noção. Eu não concordo. Acho que a gente tem de batalhar pelos conceitos, e desenvolvimento é uma noção que, claro, nasce dentro de um momento histórico e é legitimador de determinadas trajetórias e formas de ver a própria economia. Mas o desenvolvimento é uma noção que vem da biologia. Acredito que precisamos entender como são os processos naturais de desenvolvimento e eu acredito que a sociedade humana precisa aprender muito com a própria forma como a natureza se reproduz.” (PETERSEN, 2021)

A formação da Convivência com o Semiárido começa a ser construída pela uma crítica aos modelos anteriores. Eles são pensados como formas de Combate às Secas. Inclui-se aqui as políticas assistencialistas e clientelistas de distribuição de alimentos, frentes de trabalho, obras hidráulicas concentradoras e privatizantes, e o uso de técnicas de produção e apropriação do território pouco afinadas com o meio biofísico da Caatinga e do Cerrado.

O estabelecimento de uma forma de produção agrícola alheia às condições e potencialidades do Semiárido, em especial da Caatinga, tem origem na formação histórica do território. Essa região foi inserida em circuitos de produção internacionais numa posição de dependência no início do período colonial. A situação de dependência situou a região como uma periferia em relação aos centros dinâmicos da economia mundial. Furtado (2005) mostra como a produção de produtos tropicais de exportação, como açúcar, café, algodão, tabaco e cacau moldaram uma economia extrovertida, que era suplementada por uma retaguarda de pecuária interiorizada. Essa forma de produção do território e de uma economia periférica geraram instituições extrativas, baseadas em mais-valia absoluta e a ocupação extensiva e predatória da terra. Oliveira (1981) mostra como a situação de dependência se renovou no Século XX, reconfigurada pela ascensão de um polo dinâmico em industrialização no Sudeste. Emergiu assim, secularmente, a *questão regional* do Nordeste. Para a formação do conceito de Região Nordeste, foi fundamental que a situação de estagnação econômica fosse ressignificada como de origem climática, o que permitiu às elites locais legitimarem processos de acumulação e legitimação política. Esse fenômeno é conhecido na literatura como a “indústria das secas”.

“E, você tem, assim, os portugueses chegam no litoral e encontram floresta atlântica, encontram zona da mata, encontram, vão entrando um pouquinho e encontram o agreste, e enquanto não chegam, encontram o "sertãozão" semiárido. A caatinga, né? Com condições totalmente adversas do que a carta de Pero Vaz de Caminha diz que chegando e plantando tudo dá, né? E você começa a entrar um pouco mais, tanto para tentar procurar pessoas para escravizar, ou para colocar na mão- de-obra, e tal. Ou depois com a mudança da história do, porque assim, quando você começa a aumentar a história do ciclo da cana e tudo, e você vai precisando de apoio, você vai usando, entrando um pouco mais no sertão, inclusive com a história do gado e, desde o início, na verdade, quando você olha para o semiárido, eu estou falando do semiárido de forma geral, porque o semiárido também, ele tem uma área “subúmida”, não é totalmente semiárido. Então, você tem uma lógica que é: eu precisaria mudar esse lugar, ou então, esse lugar não serve para plantar, esse lugar não serve, você olha para o lugar muito a partir dos seus limites.” (BARBOSA, 2021)

Na dimensão simbólica, a Convivência significa uma nova narrativa do território, que é fértil, bom de viver e bonito *nos seus termos*; e uma nova narrativa de e suas populações, que são resistentes, inventivas, arrojadas .

Na dimensão ambiental, a contradição com os modelos anteriores se foca em criticar as abordagens que tentaram mudar o meio físico, não aceitando a necessidade de conviver com a escassez hídrica periódica, as espécies nativas e as práticas de produção e convivência com o meio que já constavam nos repertórios indígenas.

“[A Convivência com o Semiárido e o combate à seca] são paradigmas completamente opostos. Combater a seca é combater a natureza. Eu não combato neve, não combato aridez. Essas coisas são dadas, por mais que a gente combata, elas retornam. Na Europa você retorna a neve todo ano. O que o europeu faz? Conviver com a neve. Ele sabe que durante o inverno ele não produz alimento. Ele produz no verão, e guarda. Ele tem o animal no estábulo. Ele precisa se aquecer para não morrer de frio. Ele tem os apetrechos para esquentar sua casa, sua escola. E convivendo ele vive e vive bem. No Semiárido, a gente não pode combater. A gente precisa criar. O combate é uma ficção. Ele servia para o enriquecimento de alguns em detrimento de outros. Essa política criava as frentes de trabalho. Nessas frentes, os agricultores recebiam menos de meio salário mínimo para fazer obras nas grandes propriedades. Se dava um mísero dinheiro às pessoas e alguma comida, mas quem enriquecia eram os grandes fazendeiros. Os agricultores familiares ficavam na miséria.” (BAPTISTA, 2019)

Em uma dimensão política, a Convivência significa um processo de democratização do poder e dos ativos econômicos:

“Um número cada vez mais significativo de agricultores e agricultoras e suas organizações [...] têm compreendido e incorporado o entendimento que a agroecologia e as estratégias de convivência com o semiárido tem sido emancipadoras e libertadoras das estruturas de poder e opressão que por séculos dominaram o semiárido brasileiro [...]” (ASA-PE, 2009)

“[As políticas propostas na fundação da ASA] não poderiam estar alinhadas à grande política de combate à seca predominante naquela época. Nós teríamos de sair dessa perspectiva e entrar na perspectiva de Convivência com o Semiárido. Isso implica em ter a população do Semiárido como agente do seu destino.” (BAPTISTA, 2019)

Entretanto, a crítica ao modelo de Combate às Secas não se refere somente ao passado. Uma lógica de desenvolvimento baseado em uma política clientelista, em grandes obras hidráulicas e na produção pelo agronegócio continua presente. Essa lógica foi inclusive renovada pelo recrudescimento neoliberal, que aprofunda a pressão da expansão do capital em determinados territórios do Semiárido.

“A ideia de convivência com o Semiárido tem a ver com isso, ela nasce em contraposição evidente à ideia de combate à seca, que deu origem a políticas, programas no sentido de dotar o Semiárido brasileiro de infraestruturas para reproduzir ali um padrão de desenvolvimento adotado em outros lugares, que é exatamente esse do agronegócio, de entender o sistema agroalimentares simplesmente como um negócio, mercantil, de exportação. Esse é um padrão que além de ser extremamente predatório, do ponto de vista ecológico, ainda mais em um bioma tão frágil como é o Semiárido, mas também é, como é consagrado, socialmente excludente.” (PETERSEN, 2021)

Esta lógica de expansão capitalista, por sua vez, está ligada a um apoio decisivo do Estado ao projeto do agronegócio, tanto por meio de recursos orçamentários e subsídios diversos, como pela construção de infraestruturas hidráulicas concentradoras.

“Ofertas centralizadas de água, através de grandes barragens e adutoras, centradas em políticas emergenciais, formuladas e implementadas sem a participação da sociedade civil, beneficiam os grandes proprietários e as grandes empresas, além de não democratizarem o acesso à água”.(ASA, 2006. p. 6)

Essa tensão persiste até o momento presente, e é saliente em alguns episódios, como no caso da transposição do Rio São Francisco, iniciada no Governo Lula. Um mega-projeto, destinado a levar a água de um dos únicos grandes rios perenes do Semiárido para dois novos eixos, Norte e Leste, em estados que não são banhados originalmente pelo rio. A ASA se opôs ao projeto, tecendo críticas e organizando protestos contra a obra. Para a organização, a transposição daria origem a um novo processo de valorização fundiária e expulsão de famílias camponesas, e seria destinado ao tipo de produção irrigada que se faz no polo de Petrolina-Juazeiro: agricultura intensiva em água, voltada para exportação e abastecimento de mercados distantes. Além disso, a transposição traz riscos ambientais significativos para o rio, que já sofre de assoreamento e degradação devido à intervenção humana. Por fim, trata-se de um projeto caro, cujos recursos poderiam ser mais bem investidos em pequenas infraestruturas hídricas descentralizadas:

“As atuais iniciativas [governamentais] reproduzem um modelo de desenvolvimento hegemônico baseado em grandes obras como a transposição do Rio São Francisco, a Transnordestina, o Canal do Sertão, o reflorestamento de áreas degradadas com eucalipto, que na maioria das vezes beneficiam o poder econômico do país e do estado, expresso nesse momento histórico pelo agronegócio e pelo hidronegócio. Esses grandes projetos aportam um grande volume de recursos em detrimento de pequenos apoios às iniciativas e necessidades da agricultura familiar e camponesa” (ASA-PE, 2009)

“A transposição é colocada como a solução do Semiárido. Essa é uma premissa falsa. Vai transpor o que não existe, o rio está morrendo, e não se toma providência para conservá-lo. Mas, supondo-se que ele esteja funcionando, ele tem dois eixos. O Norte, que vai para o CE, é voltado quase completamente para empresas para irrigação, e para Fortaleza, para abastecer o Castanhão. E o Eixo Leste que passa pela Paraíba tem mais consumo humano, mas é voltado para a fruticultura. Para a gente, fruticultura para exportação é reproduzir o modelo de Petrolina e Juazeiro. Vai para fora, a fruta, o vinho, ao custo do maltrato da população.”(BAPTISTA, 2019)

“A relação [entre o Governo Federal e a ASA] sempre foi de muita parceria, mas com a ASA mantendo uma postura de independência. Houve dois momentos duros, a transposição do São Francisco e em 2011, por conta da dúvida se a parceria seria mantida, por conta das cisternas de polietileno. Nos dois casos houve manifestações muito grandes. Levaram muita gente para a rua, na primeira foi em Feira de Santana, na segunda em Petrolina/ Juazeiro.” (RAHAL, 2019)

O discurso da Convivência com o Semiárido também demarca um contraste com a forma econômica do agronegócio. Há uma defesa de uma forma baseada na agricultura familiar *camponesa*. Não só esta seria cheia de potencialidades, mas ela *já é* a maior produtora de alimentos e maior garantidora de segurança alimentar.

“A agricultura familiar e camponesa corresponde a um total de 88% dos estabelecimentos no Brasil, gera 79% dos postos de trabalho no campo e é responsável por 70% da produção de alimentos, mas ocupa somente 24,3% do total das terras agropecuárias do país” (ASA-PE, 2009)

A forma de produção camponesa possui outra lógica econômica. Sua vocação é para a produção de alimentos, e não mercadorias. E sua preocupação maior é com a manutenção da base de recursos produtivos, e não com a maximização do lucro. Além disso, os territórios onde a produção dominante é camponesa são ricos no seu tecido social e cultural, uma vez que essa forma depende de (e gera) relações de reciprocidade que fogem à lógica do mercado, mas criam redes de trocas baseadas na solidariedade. Nesse sentido, o discurso da ASA toma uma forte posição contra a ideia de que esse tipo de produção é inviável, indesejável, ou mantém os agricultores na pobreza e no atraso. Pelo contrário, a figura do camponês é a mais vocacionada para criar um processo de desenvolvimento multidimensional na região:

“É possível promover a sustentabilidade sócio-ambiental no Semi-árido brasileiro através de uma agricultura familiar numerosa e próspera, garantindo segurança alimentar e nutricional para milhões de pessoas desta região, numa perspectiva que incorpore no seu dia a dia a vivência equitativa de gênero, o respeito e valorização das etnias, com participação efetiva dos jovens” (ASA, 2003)

“Agora, essas famílias que estão lá no mundo rural estão condenadas à pobreza, como dizia o Theodor Schultz, que essa agricultura tradicional está fadada à pobreza? Não, pelo contrário. Com políticas adequadas, com proteção aos mercados locais, com proteção aos bens comuns, às sementes, à biodiversidade, à cultura popular, você ingressa em trajetórias econômicas virtuosas, onde a economia e a ecologia tem uma relação virtuosa.” (PETERSEN, 2021)

Entretanto, para se realizar plenamente, essa trajetória de saída das famílias da pobreza, de maior e melhor produção e de melhora dos indicadores sociais dos territórios depende de um novo arranjo institucional mais redistributivo. Em particular, há uma demanda por um programa de reforma agrária participativa e baseada na expropriação do latifúndio; por uma nova governança da água, pelo redirecionamento do crédito e por outras formas de apoio ao pequeno produtor.

Ainda assim, para a ASA, sua atuação, combinada com as políticas sociais e de apoio ao pequeno produtor, foi decisiva para uma transformação significativa que pode ser percebida no Semiárido. Esse desenvolvimento pode ser percebido em primeiro lugar pela

implantação das cisternas de primeira água, que estão perto da universalização¹⁷, e pela disseminação de outras tecnologias sociais voltadas para a produção. Em muitas dimensões, é notória a melhora de indicadores sociais na região, ainda que seja difícil separar exatamente as iniciativas da ASA do efeito das transferências de renda e outras políticas sociais desenvolvidas no mesmo período.

Outra indicação de que houve transformações profundas é a resiliência às secas. A longa seca que se estendeu de 2013-2019 teve impactos bem menos severos que as secas anteriores. Calcula-se que a seca de 1979-1983 chegou a matar entre 700 mil e um milhão de pessoas (IHU, 2017). As secas dos anos 1990 ainda levavam a situações de conflagração social, como saques e êxodos em massa. Isso não foi observado na seca mais recente, pois o conjunto de iniciativas de Convivência tornou as formas de vida e produção mais resilientes. As cisternas, por exemplo, mesmo quando não são abastecidas pela chuva, podem ser abastecidas por caminhões-pipa, e garantem a água de consumo, a produção nos quintais irrigados e a manutenção de animais.

“Quando você vai para a questão de água de produção, você tem duzentas mil famílias que têm água de produção. Então, é um número muito pequeno que está nessa. Em um universo de um milhão e setecentas famílias, você tem pelo menos um milhão e meio que não tem água para a produção. [...] Quando você olha para a seca no período de 2012 a 2018, você teve um aumento da quantidade de feiras, um aumento inclusive de disponibilidade de hortaliças, dos quintais. Isso é resultado dessas duzentas mil famílias.” (BARBOSA, 2021)

“A gente, com o PAA, com o PNAE, com programas de distribuição de renda para famílias, e no Semiárido, com o que assistimos, foi uma mudança de cenário absurda no Semiárido [...] Qualquer seca que tivesse você tinha mortes aos milhões. Nós tivemos uma seca bem mais grave, a mais grave dos últimos cem anos no final da década passada, e não tivemos [mortes]. Por que não assistimos? Porque um conjunto de políticas públicas, agrícolas e não agrícolas, permitiram maior resiliência” (PETERSEN, 2021)

2.3.3 Uma mudança na narrativa sobre o Semiárido

A própria invenção da região Nordeste foi baseada em uma narrativa de secas, inaptidão do meio à agricultura, enfim, de subdesenvolvimento (OLIVEIRA, 1981, SILVA, 2006). Essa narrativa foi usada em prol de um projeto de apropriação privada de investimentos públicos, denominada Indústria das Secas. Nesse sentido, foi amplamente difundida uma ideia de que a região e sua população são de certa maneira inferiores, e a solução se daria pela migração ou pela instalação de infraestruturas hídricas massivas. Essa narrativa pessimista atua como uma poderosa violência simbólica, localizando no camponês, e não nas relações econômicas e sociais historicamente desiguais, a razão da pobreza.

¹⁷ Atualmente, calcula-se que faltam 350 mil cisternas para chegar na cobertura universal. ASA (2021a)

Dessa maneira, os proponentes da Convivência com o Semiárido se preocuparam desde o início com a desconstrução desse imaginário, e a substituição por um imaginário positivo, associado à riqueza simbólica da vida camponesa, quilombola e indígena local, à sua vitalidade cultural, às possibilidades da agricultura e às formas de resistência:

“Então, quando a gente criou o programa, quando a ASA criou o programa, a gente sabia o que a gente tinha que enfrentar, não era só a questão da água, de garantir a água, não, a gente tinha que enfrentar uma situação que era uma situação de violência simbólica, né? Ou seja, e que as pessoas achavam que aqui não chovia, e que as pessoas achavam que era castigo de Deus, que as pessoas achavam que elas eram coitadinhas, que as pessoas achavam que... Então, assim, você tinha uma lógica de violência muito grande. E a ASA elegeu a comunicação como um elemento, assim, na pressão de construir um outro imaginário. Nós precisamos construir um imaginário que é o imaginário de que aqui chove, que aqui é isso, que o Semiárido é diverso, que o problema do Semiárido é que ele não tem estrutura, se ele tiver estrutura ele melhora. E nós investimos muito em duas coisas. Recrear uma outra narrativa para o Semiárido, com os agricultores, com as agricultoras; e levar esse debate para além da cisterna. Então, todo o debate sobre educação contextualizada, valorizando a perspectiva do que tem no Semiárido, todo debate sobre valorizar a cultura popular, valorizar as sementes.” (BARBOSA, 2021)

“Por isso que a ASA chamou [um programa] de Pleno de Vida, ou Pleno de Oportunidades, algo assim. Produzir uma visão positiva a partir das suas próprias potencialidades. E não a partir das suas limitações. Acho que aí que está a noção da convivência com o Semiárido vem daí, que vem da agroecologia. É olhar para a natureza e para a agricultura a partir das suas potencialidades, e não das suas limitações.” (PETERSEN, 2021)

A ASA desenvolve iniciativas em dois campos considerados estratégicos. Em primeiro lugar, a organização promove a *educação contextualizada*. Historicamente as escolas e a educação formal em geral reproduziram explícita ou implicitamente as ideias de inferioridade das formas de vida rurais, e da região do Semiárido. Para tanto, são elaborados novos materiais, pedagogias e metodologias que valorizam o território e o camponês:

“No âmbito do ensino formal, a concepção de educação ali desenvolvida conduz a uma baixa auto-estima por parte dos agricultores e agricultoras familiares, identificando aqueles que vivem no campo como “menos inteligentes”, “matutos”, ou incapazes de encontrar novas modalidades de vida. Esse tipo de educação constrói culturalmente o êxodo rural e a crença na impossibilidade de uma vida digna no Semi-árido” (ASA, 2003)

“Ao lado disso, a educação. O menino não pode acreditar que para viver bem ele precisa sair do Semiárido. Ele precisa valorizar a comida, a cultura, o modo de ser. Essa é a Convivência com o Semiárido.” (BAPTISTA, 2019)

Um desses materiais pedagógicos é a cisterna escolar. A cisterna contribui para as condições de funcionamento, salubridade e segurança alimentar de escolas do campo. Entretanto, geram também a oportunidade para que seja feita uma horta escolar e desenvolvidas com os estudantes e com a comunidade escolar práticas de gestão das águas, e produção agroecológica.

Em paralelo, a ASA é crítica à prática de nucleação das escolas do campo. Gestões municipais e estaduais têm concentrado o ensino de crianças e adolescentes rurais em grandes unidades escolares urbanas, transportando os alunos por longas distâncias.

"Há casos onde crianças acordam às 5h para pegar o ônibus, e voltam às 16h. Como ela vai se identificar com o território, com a agricultura? Falta de educação contextualizada, e da desvalorização do rural. Essa é uma luta muito séria" (CRUZ, 2019)

Outro campo de intervenção é a comunicação. A mídia hegemônica é historicamente ligada às elites regionais que têm interesse na perpetuação da indústria das secas e no modelo do agronegócio:

"O Nordeste é um território de muitos desafios, e talvez por isso ele seja também um lugar histórico de lutas e resistências. A luta por direitos básicos, pela terra, pela água. A luta contra as opressões de gênero, de cor e de sotaque, a luta contra a desigualdade social que ainda nos coloca em abismos maiores do que em outros lugares do Brasil. E a resistência que está em cada uma dessas lutas diárias. É por esse contexto que a luta pelo direito à comunicação também encontra espaço, necessidade de existência. Apontemos algumas razões mais diretas. A antiga figura dos coronéis, algo tão marcante na história nordestina, não deixou de existir. Apenas atualizou as suas formas de domínio sobre a população. Hoje o coronel sabe que precisa ser dono ou ter influência direta ou indireta sobre um veículo de comunicação porque o seu poder político se alimenta na opinião pública, e se mantém ao pautar a sociedade de acordo com o que convém que ela saiba. *A esse fenômeno damos o nome de coronelismo eletrônico*. Temos uma infinidade desses coronéis da mídia espalhados pelo Nordeste" (DANTAS, 2015. Grifo nosso)

A ASA propõe formas de comunicação popular e o exercício da comunicação como um direito. Isso significa se por em um papel de facilitador que fornece as ferramentas para criação e difusão de conteúdo às populações do Semiárido. Há, por exemplo, iniciativas de radiodifusão comunitárias, de produção de vídeos, um canal de Youtube, um podcast entre outras. É exemplar o papel d'O Candeeiro, um folheto que relata a experiência de uma família ou um território com práticas de convivência.

"[A ASA] trabalha a Comunicação como Direito, tanto pelo lado de produção, como de consumo. Fazem por exemplo processos de formação com jovens, mulheres, etc. A ideia é valorizar as narrativas do Semiárido, e isso tem sido facilitado pela disseminação dos smartphones."(CRUZ, 2019)

"O Candeeiro é resultado da experiência do agricultor. Me responderam, para que serve o Candeeiro? Para alumiar. Alumiar quem? O governo. E como vão alumiar o governo no boletim? N'O Candeeiro tem o que deve fazer, e o que não deve. O espírito da comunicação é assim. [Nos meios hegemônicos] quem fala são os letrados. E por isso os letrados não falam. Agricultor não fala no rádio, não fala no jornal, na TV. Nós de classe média colocamos que eles não sabem falar. Nossa comunicação parte do pressuposto que eles têm que comunicar entre si e para fora. Nosso papel é facilitar isso. Os boletins são feitos nas linguagem deles. O processo de comunicação da ASA está pautado na perspectiva para que quem nunca pôde falar possa ter oportunidade de falar. E nesse sentido ele foi muito bem sucedido. Ninguém fala em combater a seca. A narrativa foi grande, eles perderam a narrativa de combate a seca. Nós temos cartilhas para todas as tecnologias e tudo que a gente faz. Todas muito bem feitas, bonitas. Temos programa de rádio, boletins, formação de comunicadores. Tivemos, hoje temos menos, um exército de jovens comunicadores. Que infelizmente diminuiu com a crise das ONGs. Esse esforço foi vital para ganhar o espaço público, a simpatia das pessoas, elas entendem que é bonito." (BAPTISTA, 2019)

"Essas estratégias de comunicação da ASA são das mais importantes para colocar as organizações como representantes do Semiárido. Para a ASA em si é excelente, ter esse feedback em nível nacional, e ser vista como o canal de diálogo direto com o Governo Federal, com os Governos Estaduais. E isso só é possível com essas

formas de comunicação alternativa. Isso é parte fundamental para o fortalecimento político dela. No entanto, isso agora acaba se tornando uma pedra no sapato para a retomada com o Governo Federal, que avalia que esse é um elemento de independência, e prejudica novas parcerias nesse momento.” (SANTANA, 2019)

2.3.3 Fortalecimento da sociedade civil e novos repertórios de cidadania

As políticas de combate à seca e os modelos de desenvolvimento anteriores tinham um caráter político elitista, e tiveram resultados concentradores de terras, riqueza e poder. Essas dinâmicas foram amplamente estudadas, em especial na literatura a respeito da modernização conservadora no campo (PALMEIRA, 1989; BURSZTYN, 2008 SYGAUD, 1986; SILVA, 2006) e dos limites das políticas de pólos de desenvolvimento (FURTADO, 1981; ANDRADE, 1977). As práticas da Convivência com a Seca propõem uma interpretação crítica desses processos, e um novo repertório de práticas políticas de caráter democrático e participativo.

Nesse sentido, a Convivência pretende se contrapor a formas tecnocráticas de governança. Essa característica movimentalista, presente nas afiliadas da ASA, exprime uma concepção de governança que põe ênfase no papel da sociedade civil e seus movimentos de base (SANTOS, 2016). Esse tipo de prática política tem como origem o período de redemocratização dos anos 1980 quando, nos termos de Sader (2007), “novos atores” entraram em cena - em especial sindicatos, associações, comunidades eclesiais de base ligadas à Igreja Católica e movimentos de trabalhadores rurais. Não por acaso, muitas das organizações que participam da ASA tiveram sua origem nesse período.

"Ah, porque a convivência com o Semiárido é a agroecologia do Semiárido. Mas, a gente também não falava de agroecologia até um tempo desses. A gente falava de outras coisas, falava da ideia da convivência. Isso tem uma caminhada. É uma caminhada que começa ali basicamente nos anos 70, se a gente fosse olhar por uma perspectiva, que é, olhar para a história do Brasil, quando você olha pela perspectiva das comunidades, toda uma lógica de tentativa de desenvolvimento, tentativa de crescimento, aí você tem o Golpe Militar de 1964, você tem um destroço basicamente disso. Mas, assim, a ideia da construção da resistência a partir da década de 70, ela traz um conjunto de coisas.” (BARBOSA, 2021)

Esse foco na democratização e redistribuição de poder estão no centro da ideia de Convivência, mais do que as tecnologias sociais, que são só seu instrumento mais visível. E o ímpeto democratizante tem vários desdobramentos. Em primeiro lugar, a própria ASA se organiza de forma democrática. A organização nacional é formada por ASAs estaduais, que por sua vez é formada por organizações de caráter local. Processos eletivos internos e conferências - regionais, estaduais e nacionais - são o meio de selecionar representantes. É exemplar que no recorte de maior granularidade, por exemplo um determinado território que vai receber cisternas, há a formação de uma comissão de associações representativas, que fica responsável pela definição dos critérios de priorização e pelo acompanhamento e controle social das iniciativas e do uso dos recursos. Essa organização democrática em rede é, na fala da ASA, a principal responsável por manter os vastos programas de cisternas protegidos da corrupção e da política clientelista.

“Toda organização tem uma ação com relação com a ASA pelo menos regional, ou microrregional. Ela faz parte daquela microrregião, ela ajuda a gestar as ações da ASA, é ali que ela tem seu capital social, sua força política de articulação. Ela conhece aquelas estruturas ali. Ali é o território na concepção da geografia, onde ela atua mais focada e executa os programas. Nesse território há reuniões deliberativas, no sentido de priorizar municípios para as ações, etc. Nas reuniões se encaminham representantes para reuniões estaduais (um processo que às vezes é mais, às vezes menos formal - depende muito da disponibilidade, alguns encaminhados não chegam a ser delegados). Essas pessoas são indicadas para o âmbito estadual. Ali também há processos deliberativos sobre os programas, priorização, decisões sobre mobilização política etc. Ali também se decidem pessoas que representam o estado no âmbito nacional. (NEVES, 2019)

“[as práticas da ASA] são democráticas até demais! A forma como se mostram para fora, debatem muito. Por exemplo, esse caso do BNDES de segunda água [P1+2], foi ser desenhada a pesquisa de avaliação, com um grupo de controle e um de tratamento. O desenho da pesquisa foi *muito* debatido, mesmo para um programa de só 100 milhões” (RAHAL, 2019)

Para além de sua estrutura interna, a ASA concebe a implantação de suas tecnologias sociais e o desenvolvimento de iniciativas como ocasiões para um primeiro processo de tomada de consciência e de mobilização social. São processos pedagógicos no sentido que Paulo Freire dá a essa palavra, de compreensão crítica do meio, do território, das relações e dinâmicas políticas.

Essa prática pode ser observada nos Cursos de Gestão de Recursos Hídricos, que são ofertados sempre que há a instalação de cisternas em um território. O curso traz conteúdos técnicos sobre a gestão dos equipamentos e cuidados para a manutenção da salubridade da água, mas vai além, desdobrando o tema da água em seu aspecto ambiental, seu aspecto político, sua relação com as temáticas de segurança alimentar e relações de gênero. A inspiração freireana também pode ser percebida no caráter horizontal das práticas pedagógicas, no qual todos os participantes são chamados a ensinar e aprender simultaneamente:

“O objetivo dos cursos é formar as famílias que irão conquistar as cisternas em temáticas relacionadas à gestão correta da água e ao seu uso de forma sustentável. Nas capacitações, as famílias compartilham orientações sobre práticas de convivência com o Semi-Árido a partir da importante experiência do gerenciamento consciente da água e passam a ser agentes multiplicadores do uso racional de recursos hídricos dentro das comunidades onde moram, favorecendo, assim, o conhecimento básico sobre o tema meio ambiente. Além do tratamento da água, as famílias são incentivadas à prática de ações de intervenção social nas políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população e o seu fortalecimento enquanto grupo social. Elas também recebem orientações sobre os procedimentos e práticas de construção e cuidados com as cisternas de placa para que as mesmas tornem-se potenciais de saúde. A metodologia desses encontros prevê a distribuição de materiais educativos como os cordéis, que são produzidos pela assessoria de comunicação da ASA com os seguintes temas: Segurança Alimentar; Elas e Eles: Direitos e Deveres; Água no Semi-Árido; Convivência com o Semi-Árido; A Articulação no Semi-Árido Vai Mudar o Sertão e Cisterna de Placas: Importância e Cuidados Outra publicação da ASA, Uma Aula Diferente: Aprendendo Sobre Água de Cisterna, também será entregue às famílias. O curso ainda terá a exibição do vídeo Educação pela Água. (ASA, 2007)

“A cisterna é antes de tudo um material didático” (SANT’ANNA, 2015)

O horizonte dessa concepção política pode ser percebido também numa intensificação da participação social. É comum notar trajetórias¹⁸ nas quais agricultores inicialmente mobilizados por ocasião da cisterna de primeira água passam a participar de conselhos de políticas públicas, de audiências públicas e de outros processos relacionados à política institucional e eleitoral. Também são comuns trajetórias que incluem a formação de grupos temáticos, como os de mulheres ou de jovens; ou então agrupamentos voltados para a produção numa lógica solidária, como cooperativas e feiras; e também movimentos de caráter mais explicitamente político. Esses não são processos acidentais. O fortalecimento de organizações da sociedade civil é um dos principais objetivos das práticas de convivência, um fortalecimento que se dá pelo surgimento de novas organizações e também da qualificação das existentes, que ganham maior capacidade de gestão e de execução principalmente ao gerir políticas públicas descentralizadas.

“Fortaleceram as organizações no nível municipal e local. Por exemplo. Você tem uma associação num município que está meio parada. Aí ela passa a integrar a comissão municipal, passa a supervisionar o processo da cisterna e das sementes no município. Passa a procurar recursos. Integra as formações da ASA. Aí ela ganha autonomia de voo. Outra dimensão são as organizações intermediárias. Aqui na Bahia tem várias. Ela surgiu para dar conta do processo de construção das cisternas. Junta um grupo de agricultores e técnicos. Ela se filia a ASA, e passa a concorrer em licitações, etc. Ela participa de uma quantidade muito grande de capacitações, e hoje ela integra uma rede de organizações da ASA. Essas organizações surgem desse processo.” (BAPTISTA, 2019)

“Para falar de fortalecimento institucional, temos de falar do começo dos programas da ASA, pois a maioria das organizações não estavam aptas, capacitadas, a gerir a enormidade de recursos públicos de forma consistente do ponto de vista administrativo, com transparência, e dentro de uma estrutura com controle social e várias instâncias que monitoram a ação e os recursos. O maior fortalecimento institucional foi esse, com capacitações para gestão de recursos. Isso envolveu treinar para usar computador, excel, e depois o nosso sistema. Ficar apto para receber o dinheiro público acabou fortalecendo as organizações, principalmente no período de alto investimento. Elas conseguiram montar equipes maiores, com mais estrutura, chegar em mais comunidades. Mas essa estrutura é volátil. Com a diminuição dos recursos que estamos enfrentando agora, as organizações vão se desfazendo desse capital organizacional, a estrutura que permite ampliar a ação. Porque esse capital parado também gera gastos. Num momento como o de hoje, elas vão se livrando dele, voltando a ficar enxugada.” (NEVES, 2019)

Os programas de cisternas têm um alto grau de envolvimento das organizações da sociedade civil. Para alguns, trata-se de uma modalidade singular de política pública, caracterizado pelo seu caráter associativo (TATAGIBA et al, 2016), uma vez que o Estado financia e impõe parâmetros regulatórios mínimos, mas as organizações propuseram e dimensionaram o projeto, executam a construção, selecionam os beneficiários, monitoram o uso do recurso. Importa notar que a implantação das cisternas num território não se esgota em si mesma e no acesso à água, mas espera-se que ela passe a gerar processos de mobilização e

¹⁸Esse tipo de trajetória é bastante presente nas edições d’O Candeeiro e na fala dos entrevistados.

organização secundários. Pode-se observar como em muitos territórios as cisternas e os cursos de GRH foram seguidos da implantação de casas de sementes, de intercâmbios de produtores, e de outras formas de capital social e territorial.¹⁹

“É necessário incorporar o território como a unidade de referência. Esses atores coletivos são de base territorial. O território é o lugar de relação com a natureza, e o lugar da participação social. É você construir uma cidadania ativa de base territorial. É nos territórios que são construídos esses dispositivos de ação coletiva. Ao mesmo tempo, a relação entre a sociedade e Estado. Quer dizer, a política pública não como exclusividade do Estado. E o caso da ASA é emblemático, porque a ASA propôs a ideia, defendeu politicamente os recursos, se colocou como gestora, como implementadora da política, e fez controle social. E foi uma coisa que se disseminou em escala pelos territórios. Nos territórios você tem mediadores dessa política que são as associações, ONGs, cooperativas, e por aí vai. É um modelo de gestão pública totalmente distinto.” (PETERSEN, 2021)

A concepção de que a Convivência e suas políticas públicas e iniciativas precisam ser construídas de forma participativa pode ser melhor ilustrada por um episódio. Por ocasião do Plano Brasil sem Miséria, do primeiro Governo Dilma Rousseff, foi planejada uma aceleração do programa de cisternas, mas substituindo o equipamento de alvenaria por um outro de plástico. A ASA criticou severamente a iniciativa, justificando sua oposição por motivos técnicos, como a baixa qualidade do material e a impossibilidade de executar reparos; e motivos econômicos, como a dispensa dos pedreiros e a injeção de recursos na economia local. A ASA enfatizou que o objetivo precípua do programa nunca foi distribuir reservatórios de água, mas sim *formar e mobilizar*²⁰ as populações como co-criadoras da política.

“Cisterna de polietileno para a gente é uma obra de combate à seca. Ela vem pronta, o agricultor não tem participação, não sabe de onde vem, para onde vai. Não é adequada, deixa a água quente. Não é uma ação de Convivência. Se ela tiver qualquer problema, o agricultor não sabe resolver. E era duas vezes e meia o preço da cisterna de placa. Então nós tínhamos razão de sobra para querer ela longe do Semiárido. Virou elefante branco, tem várias abandonadas. Ela era fabricada em um local, e levada para outra. Na de placa, tinha uma partilha (pedreiro, vendedor da brita, material de construção). Nesse caso aí, o lucro era de uma empresa, internacional.”(BAPTISTA, 2019)

Outro tema presente, no qual a cisterna induz à geração de novos grupos e contribui para geração de novas práticas de convivência é a questão de gênero. Isso porque a busca da água, uma tarefa que costuma ser penosa e demorada, é considerada culturalmente uma incumbência feminina. A cisterna facilita a obtenção da água, liberando horas do dia às

¹⁹ Percebe-se aqui um caso típico das dinâmicas virtuosas de capital social descritas por Hirschman (1984) e Ostrom (2008). O capital social tem uma dinâmica própria. Ele se fortalece pelo uso, e o adensamento da sociedade civil pode facilitar a solução de dilemas de ação coletiva e democratizar a governança de um território.

²⁰ Os programas de cisternas são formalmente denominados “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, da ASA”

mulheres, e permite também que a família trabalhe um quintal irrigado em complemento à produção de sequeiro:

“Há também a questão das mulheres, que passam a se ver, após os processos de educação ambiental, como tendo um papel fundamental na família, no ecossistema, na economia, e passam a ter uma postura mais reivindicatória na própria família. Eu testemunhei uma revolução silenciosa, quer dizer, nem é tão silenciosa assim, é nossa mídia que não reflete o que ocorre nesses territórios” (FERNANDA, 2019)

“As organizações da ASA a partir do que é convivência, passam a descobrir que a convivência não é só cisterna. Convivência é trabalhar o conjunto das coisas que dá a viabilidade da família no Semiárido. Uma coisa que vem despontando é que nas cisternas de produção tem os quintais. O quintal é um espaço geográfico perto da casa, em propriedades perto da casa, onde ficam as verduras, leguminosas, árvores frutíferas, animais, plantas medicinais. E vive a partir da cisterna de produção. [...] A parte dos quintais é uma parte do protagonismo das mulheres. Elas que cuidam, que vendem, que fazem a destinação dos recursos. E isso gera uma ebulição imensa. São mulheres que geram um recurso, que não tinham um centavo e agora tem um dinheiro. Que fazem cooperativas. Daí surgem grupos de mulheres, de fabricação de doces, várias iniciativas que são solicitadas pelas comunidades e encorajadas pelas organizações. Aqui, por exemplo, temos um grupo de mulheres produtoras. Elas hospedam para pequenos eventos, vendem ovos, queijos. Isso tudo a partir do processo das cisternas. E isso vai se multiplicando.”(BAPTISTA, 2019)

2.3.4 Um diálogo de saberes

Um aspecto central da Convivência com o Semiárido é transformar a maneira como o conhecimento e a ciência são produzidos, disseminados e utilizados na região. Isso envolve principalmente situar o participante em um lugar simbólico de *produtor de conhecimento*, e não de mero consumidor, usuário, ou mesmo somente de multiplicador. Como é sempre ressaltado na fala da ASA, as soluções de convivência todas não foram elaboradas nas universidades, laboratórios ou de entidades governamentais. Elas emergiram da inventividade de produtores locais.

“A gente entra com a convivência, e o primeiro elemento da convivência é que agricultor, o indígena, ele *produz* conhecimento. Ele não é objeto, ele é sujeito, o dono de sua história e seu caminho. Mas ele precisa para isso de condições efetivas:” (BAPTISTA, 2019)

“A lógica é essa, você pegar aquilo que já se faz. As casas de semente, muitas comunidades já tinham essa estratégia de guardar semente coletivamente. Aí a gente apoia reproduzir mais casas de semente, ou melhorar as que já existem. Essa é a lógica de como você pare uma tecnologia social. É um encontro dos saberes e práticas do saber popular com o saber técnico e científico. O capitalismo concentra terras, riquezas materiais, etc. Mas também apaga conhecimentos. Nós não inventamos nada de novo, apenas ajudamos os agricultores a perceber que eles já têm as respostas”(NEVES, 2019)

“O que está sendo produzido de alternativas na própria sociedade - e não é pouco! A pandemia nos ensinou muito! O problema é que a gente desperdiça essas experiências, como diz o Boaventura [de Sousa Santos], desperdiça! As experiências estão apontando caminhos, e é desses caminhos que a gente tem de pensar as políticas. Todas as políticas inovadoras vieram de experiências, por exemplo, o PAA, etc. Não foram de cabeças brilhantes. Veio de pequenas experiências localizadas, que foram apontando ‘ah, por aqui é possível. Vamos

tentar criar e multiplicar essas experiências em outros lugares, e vamos testando, vamos construindo””. (PETERSEN, 2021)



Figura 12: Terceiro Encontro Nacional de Agricultoras e Agricultores Experimentadores. ASA (2021b)



Figura 13: Terceiro Encontro Nacional de Agricultoras e Agricultores Experimentadores. ASA (2021b)

Por outro lado, as inovações e tecnologias que vieram de pesquisadores e instituições oficiais desconectados do território e de suas populações camponesas tenderam historicamente a ser nocivos no Semiárido, como foi a introdução das variedades de soja tropicalizada pela Embrapa, a monocultura de eucalipto pela moderna engenharia florestal, entre outros muitos casos. Mesmo as práticas de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, e a agronomia voltados para o pequeno produtor padecem frequentemente de problemas ambientais e econômicos. Podem, por exemplo, criar uma relação de dependência do produtor em relação a insumos externos como agrotóxicos, fertilizantes ou alimentação animal, ou criar uma situação de endividamento crônico. Além disso, essas tecnologias são frequentemente ofertadas na forma de pacotes tecnológicos prontos, que têm o viés de retirar o agricultor do papel de experimentador e gerador de conhecimento. Um exemplo é a orientação ofertada por órgãos de ATER locais para a criação de frango caipira a partir de ração comprada, o chamado “caipirão”, que faz do produtor um mero processador em uma cadeia de produção baseada na ração comprada (PETERSEN, 2017).

Nesse sentido, a ASA busca dialogar com universidades e outras entidades de pesquisa nacionais e internacionais para sensibilizar quanto ao tipo de pesquisa que pode contribuir com um desenvolvimento sustentável dos territórios e da produção em termos agroecológicos. Um exemplo sempre citado é a criação da variedade de Maracujá Sertão Forte pela Embrapa Semiárido, que tem aptidão para a produção nas condições físicas e sociais da região.

“Nós temos de sair dessa perspectiva [de combate à seca] e entrar na perspectiva de Convivência com o Semiárido. Isso implica em ter a população do Semiárido como agente do seu destino. Para isso, eles não podem só ser receptores de pacotes de tecnologias. As ações precisavam ser pensadas para que a população pudesse dominar. Coisas muito complexas não valem. Precisamos de coisas simples, baratas e eficientes. [...] E tem outras relações, parcerias de pesquisa. Por exemplo, na Paraíba, nos fizemos uma pesquisa com agricultores e com uma universidade e a Embrapa. Estudos comparativos de plantio de milho. Uma área de plantio era área de semente nativa (que eles chamam semente da paixão), umas três áreas. E milhos comerciais e outros. Os agricultores acompanhavam tudo, e hoje eles se referem a essa pesquisa com um certo orgulho, porque o milho crioulo produziu mais e deu mais palha. Isso reforça a postura política deles de querer esse milho e não o outro. A gente não se fecha. Ao contrário, a gente quer dinamizar essa relação. Porque o agricultor produz o conhecimento, produz a tecnologia. Mas a ciência tem hoje elementos para aperfeiçoar isso. E a gente não pode se negar a receber esses aperfeiçoamentos. Não pode trabalhar com preconceito. O que não pode é deixar a academia se apropriar, porque isso tudo é do agricultor.” (BAPTISTA, 2019)

Nesse contexto, a ASA foi aperfeiçoando metodologias de produção e difusão do conhecimento próprias, mas que beberam de outras práticas agroecológica. Em particular, há uma ênfase nas trocas diretas entre agricultores. Entre estas, destacam-se os intercâmbios e outras formas de troca *camponês a camponês*.

“Na metodologia da ASA, a gente não faz sermão, não faz aula expositiva. A gente trabalha intercâmbio. No P1+2 a gente tem intercâmbio comunitário, um agricultor visita o outro. Se eu for trabalhar jabuticaba, vou levar os agricultores para ver a produção. O intercâmbio é comunitário, municipal, estadual e até internacional. Nós estamos agora na África e no corredor seco da América Latina. E nós fomos chamados lá para levar a cisterna. A gente foi para lá debater a Convivência. Vieram agricultores de lá visitar agricultores daqui, depois os daqui foram para lá. E desse processo tem a capacitação na

produção da cisterna. Mas pode ser que a demanda seja banco de sementes, ou biodigestor. Semana passada a gente recebeu uma demanda de Uganda. Querem as duas cisternas, os processos de silagem e fenação, e querem bancos de sementes. O crescimento do conhecimento é a interrelação. E os intercâmbios são a coisa mais bonita do mundo.” (BAPTISTA, 2019)



Figura 14: Banco de Semente Comunitário do Zé Pequeno, em Alagoa Nova, Borborema-PB (ASA, 2021b)

Um exemplo desse tipo de prática é o próprio boletim O Candeeiro. Cada edição tem mil cópias impressas e entregues à própria família que está em destaque naquela edição (que além disso fica disponível no site da ASA). A própria família é responsável por difundir sua história e práticas. Dessa forma, o boletim empodera a família, situando-a no lugar de emissor da fala e de criador de conhecimento. O papel de comunicação da instituição é de facilitar esse processo criando a mídia somente, e fazendo a informação viajar.

“Tem um método que foi desenvolvido na América Central, mas é um método estudado no mundo todo, e nós fomos os primeiros que trouxemos ele pra cá e meio que aperfeiçoamos. Não vou dizer que aperfeiçoamos, mas, criamos ele com a nossa cara, que esse método campesino a campesino. Ou seja, nós, a perspectiva da Convivência com o Semiárido, ela valoriza muito mais o conhecimento, a troca desse conhecimento, a relação à agricultor, agricultora, do que necessariamente a relação do técnico. E isso nós fomos mudando devagar também, porque nós éramos também, nessa lógica do técnico chegar, de dizer como é que tem que ser, como é que não tem. O sujeito social rural foi mudando. Na década de oitenta, de noventa, a gente chamava os agricultores de agricultores multiplicadores. Que era o quê? O agricultor que tinha que saber fazer curva de nível, tinha que fazer compostagem, que eram técnicas da agricultura alternativa. Então, o que é que a gente tinha? A gente tinha agricultores que replicavam, ou seja, aprendiam e replicavam para os outros, mas estavam replicando um conhecimento que não era seu. Hoje, nós trabalhamos com agricultores que a gente chama de agricultores experimentadores. Que é a perspectiva de quê? De um agricultor que experimenta conhecimentos seus, ou seja, ali na cisterna, ali, não sei o quê, ele inventa alguma coisa, ele, então, ele vai inovando, ele vai construindo, ele vai avançando, e ele agrega a essas outras

coisas, ele agrega à história da compostagem, ele agrega à história do lado da curva de nível e vai agregando, mas ele também vai agregando coisas que são dele, né, de conhecimento que é *dele*, que é *dela*, que ele desenvolveu, que ela desenvolveu. E a gente construiu uma estratégia de dar visibilidade para isso. Nós construímos um instrumental que é um boletim, que na ASA se chama "O Candeeiro", [...] Ou seja, no boletim, a pessoa sistematiza uma experiência daquela família, daquela agricultora. São feitas cópias do boletim, de mil cópias só, só mil, fica com a família, certo? E aquele boletim é para quando ela vai receber o intercâmbio, ou quando ela vai para a feira. Uma família que tem uma experiência esquematizada, a autoestima dela já vai lá para cima. Então, quando você encontra novamente um agricultor, uma agricultora, eles falam: 'Ó, minha experiência já está lá em São Paulo, minha experiência já está não sei onde, já está em vários lugares'. Então, você tem uma perspectiva que é isso, assim, de valorizar esse conhecimento. [...] É muito comum que você vá para Minas Gerais e um agricultor, uma agricultora diz assim: 'Eu sou agricultor experimentador'. Você vai para o Piauí, conhece alguém que é experimentador. Você vai para não sei onde, 'eu sou agricultor experimentador' "(BARBOSA, 2021)

2.3.5 A agroecologia

No âmbito concreto dos sistemas agroalimentares, a Convivência com o Semiárido propõe a produção agroecológica. Como vimos no Capítulo II, a agroecologia é, ao mesmo tempo, um movimento político, uma sistemática de produção e disseminação do conhecimento, e também um conjunto de práticas que garante a autonomia na produção camponesa (ROSSET, ALTIERI, 2017).

O princípio cardinal das práticas agroecológicas é dar mais autonomia ao produtor camponês (PLOEG, 2017). Esse princípio implica, para o produtor, ter uma relação enraizada com seu local. O território, por sua vez, tem uma dimensão física e biológica, que se refere ao clima, aos tipos de solos e vegetação, e ao ecossistema. Refere-se também a uma dimensão econômica, das redes de troca e circulação de produtos que ocorre ali. E a uma dimensão social, que engloba a governança política, as redes de relações, a cultura, as práticas alimentares. O produtor enfrenta um ambiente econômico e político hostil, especialmente no Semiárido, pois um conjunto de arranjos institucionais atua para inviabilizá-lo. A busca por autonomia passa por aproveitar as potencialidades presentes no território, e pela transformação desses arranjos hostis.

A busca por autonomia implica reduzir ao máximo a utilização de insumos externos. A aquisição de fertilizantes e agrotóxicos, grandes maquinários e água põem o produtor em uma situação de dependência de fornecedores e credores, situando o produtor familiar como o elo mais fraco, em uma cadeia de valor longa. A diretriz da autonomia é perceptível nas iniciativas da ASA. As cisternas e outras tecnologias sociais hídricas têm como objetivo fazer a própria propriedade ser capaz de produzir e armazenar água para o consumo e a produção. Além disso, muitas das técnicas agrícolas difundidas pela organização substituem insumos externos por alternativas baratas e reprodutíveis: o uso do esterco como fertilizante, o nim e a pimenta para o controle de pragas, entre outros.

Ao mesmo tempo, há uma recusa da adoção de práticas que reforçam a dependência, como as sementes comercializadas. A Revolução Verde teve como um dos seus principais componentes o uso de sementes híbridas, que não podem ser reutilizadas indefinidamente sem perdas significativas. Mais recentemente, apareceram as sementes transgênicas, que só se prestam a um plantio, e devem ser sempre compradas das empresas produtoras de sementes.

Ambientalmente, as sementes comercializadas representam uma perda, já que a produção de umas poucas variedades acarreta a erosão genética, a perda da variedade que dota os ecossistemas produtores de maior resiliência contra pragas e mudanças climáticas, e afeta sua capacidade nutritiva. O uso em escala massiva de sementes comercializadas faz diminuir o número de espécies locais, chamadas crioulas, diminuindo a biodiversidade e prejudicando ecossistemas. Em contraposição a esse processo, a ASA tem difundido sistemas de guarda e difusão de sementes crioulas, baseados em guardiões, casas de sementes e festivais de troca:

“[A casa de sementes] visa fortalecer a sementes crioulas frente às comercializadas. As ASAs estaduais já trabalhavam com o tema. Na Paraíba, Ceará e Alagoas, há a Festa das Sementes da Paixão, a Rede de Sementes e o programa Sementes da Fatura, respectivamente. Ano passado fomos ao Senegal, e uma agricultora levou sementes no avião! A semente tem um significado imenso para quem vive da terra. Os agricultores percebem as sementes comerciais como uma ameaça, especialmente aqueles que foram sensibilizados para a temática ambiental. Tem inclusive o medo da contaminação por sementes [artificiais] pelo ar.” (CRUZ, 2019)

A ASA e outros movimentos camponeses são também críticos de alguns componentes do Programa Nacional de Crédito à Agricultura Familiar - PRONAF, justamente por induzir a uma produção dependente: “o Pronaf acaba gerando essa dependência estrutural. Boa parte dos recursos do Pronaf são alocados para compra de insumos.” (BARBOSA, 2021)

As práticas de produção agroecológicas não podem ser exaustivamente codificadas, pois são sempre específicas aos contextos. A agroecologia busca dar *localidade* à produção. Isso significa, por exemplo, valorizar as espécies adaptadas ao meio. No Semiárido, essa orientação se desdobra em, por exemplo, repensar o papel da pecuária bovina, que têm um alto consumo de água e contribui para a compactação e degradação dos solos; e por outro lado buscar alternativas como a produção de caprinos e ovinos. Se desdobra também no uso de espécies adaptadas às condições hídricas, como as xerófilas.²¹

“Traziam vacas leiteiras da Holanda, e obrigavam o agricultor a tomar empréstimo para comprar esse gado. Chega aqui ela morre. Qual a raça que funciona aqui? A crioula. Criou-se uma mentalidade de que ter uma vaca é status. E essa mentalidade está até hoje. O cara não quer criar cabra, quer criar vaca. Mas quando ele vai começando a entender que a vaca custa mais e rende menos, ele vai para o criatório de cabra. O criatório básico do Semiárido é caprino e ovino. Mas tem também gado. Aí varia se o cara está mais ou menos perto da água.” (BAPTISTA, 2019)

²¹ O uso de espécies e técnicas adaptadas possui um longo histórico, como nota Silva (2006). Guimarães Duque, Celso Furtado e outros já propunham formas de aproveitamento da produção e das espécies adaptadas. Entretanto, junto às formas de Combate à Seca prevaleceu a ideia de transportar água, transformar o meio e usar práticas e culturas pouco adaptadas.



Figura 15: Criação de caprinos com bomba de água popular, no sítio Larginha, em Ouricuri-PE. ASA (2021b)

A agroecologia também retoma a ideia de que a produção familiar é mais funcional quando se estrutura na sua forma camponesa, e não empresarial. A criação de uma base de recursos autônoma tem uma lógica econômica própria, que lhe confere resiliência, e maior funcionalidade do ponto de vista da produção de alimentos saudáveis e diversificados, e dos serviços ecossistêmicos. Concretamente, isso significa produzir com variedade, privilegiando economias de escopo, e não de escala.²² A diversificação é um seguro contra riscos de variações climáticas ou de preços, e também garante que a família e o território tenham uma fonte dos vários nutrientes necessários à alimentação humana.

“A agricultura familiar é diferente. Ela não ganha tanto por unidade, mas sim pela combinação de produções. Economia de sinergia, de colaboração. A nossa pergunta é: “como dar escala a economias de escopo”? E como possibilitar que esse tipo de economia seja reconhecida e legitimada. Sistemas alimentares precisam ser sistemas de diversidade e não de especialização, porque a diversidade é como a natureza trabalha.”(PETERSEN, 2021)

Outro elemento de resiliência fundamental para a Convivência são as práticas de estocagem:

“O Semiárido produz forrageira, capim, caule de milho, etc. Precisa guardar e não queimar, desperdiçar. Precisa criar a cultura do estoque. Dois elementos fundamentais, silagem e fenação (fabricar feno com os restos das plantas). Como na Europa é feito o alimento para os animais no inverno. Essa prática é milenar. Guardar a comida para as pessoas. Um dos problemas do Semiárido é que você produz, vende, depois compra por dez vezes o preço. Guardar e fazer estoque de

²² Economias de escala se referem à lógica econômica de concentrar a produção em um único produto homogêneo, especializando o produtor. A economia de escopo, por sua vez, se refere à lógica econômica de se produzir um conjunto de produtos de maneira a se aproveitar da sinergia dessa forma de produção.

animais resistentes ao Semiárido. Aqui se opõe a política de combate à seca.”(BAPTISTA, 2019)

“Quando a família tem água de beber, quando você compara ela com a outra que não tem, é uma diferença enorme. Agora, quando você compara uma família que tem a primeira água, e outra família que tem a segunda água, a situação desta é infinitamente superior à da primeira” (BARBOSA, 2021)

A agroecologia não se esgota nas práticas de produção agrícola, mas envolve também repensar o acesso a mercados. Nesse aspecto, são particularmente salientes as questões ligadas à escala, uma vez que o produtor sozinho não possui poder de mercado nem consegue estruturar as relações de comercialização. Nesta situação, intermediadores podem se apropriar da maior parte do valor na cadeia. Na fala da ASA, no Semiárido a solução desse dilema passa por políticas públicas de aquisição e distribuição, como são o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; e pela organização de cooperativas, feiras, comunidades que sustentam a agricultura, e outras formas de comercialização direta. Essas estruturas são sempre mercados enraizados e locais. Nesse sentido, a produção agroecológica é também um vetor que cria dietas saudáveis para os produtores e consumidores, que consomem produtos variados, saudáveis e livres de veneno.

Esses mercados locais, por sua vez, são culturalmente densos. Essas redes de comercialização não são meros instrumentos de troca mercantil. Feiras, comunidades que suportam a agricultura, práticas de turismo, e festivais são também momentos de interação cultural, que dialogam com a questão da criação de uma narrativa positiva sobre o Semiárido.

“A principal produção dos agricultores na agricultura é a agricultura de sequeiro, ou seja, na roça, é o milho, é o feijão, é isso, é aquilo. Ele planta e guarda lá, deixa. Quando não chove, quando tem seca ele vai ter problema e tudo. Mas, o quintal é uma agricultura que está ali, quer dizer, assim, você vai criando muito mais coisas, você tem um espaço que é um espaço de gestão muito mais interessante que vai aumentando a sua capacidade de produzir alimento, vai aumentando a sua capacidade de poder trocar, nessa lógica da reciprocidade e tal, depois vai lhe permitir você vender alguma coisa e isso vai ampliando um pouco as relações comunitárias, as relações territoriais. Isso vai formando mercado de circuitos curtos” (BARBOSA, 2021)

Para a disseminação da agroecologia, seria necessário um esforço por parte de políticas públicas, em especial de crédito e de assistência técnica e extensão rural. No entanto, a ASA avalia que estas em geral não têm sido praticadas com a sustentabilidade e a autonomia dos produtores em mente. Algumas políticas teriam inclusive tido o efeito contrário, de induzir o produtor familiar a uma maior submissão aos mercados:

“A ASA condena o atual modelo de assistência técnica e pesquisa agrícola que privilegia os monocultivos e latifúndios, em detrimento da dimensão plural da agricultura familiar. Isso implica em desvalorização do conhecimento acumulado dos agricultores e agricultoras familiares na convivência com o semiárido e no não-financiamento de alguns elementos que compõem a diversidade da agricultura familiar” (ASA, 2003)

“O Pronaf nasce como programa de fortalecimento da agricultura familiar, [...] quando ele [Condraf] foi criado né, havia uma tese, de que a agricultura familiar brasileira poderia ser categorizada em três estratos, chamadas de “consolidada”, “em transição” e “periférica”. Essa consolidada é o entendimento daquela agricultura familiar que está bem inserida nos mercados. A em transição é mais ou

menos, ela tem uma chance de se consolidar, e a periférica é aquela empobrecida, aquela chamada de subsistência, etc. Então, já havia por trás da tese criadora do Pronaf, a ideia que existia espécie de uma esteira rolante que está permanentemente rolando e empurrando gente para fora. E esses periféricos dificilmente teriam condição de sobreviver na economia de mercado. É essa parcela da agricultura familiar pobre, destituída de meios de produção, e que o Pronaf não seria dirigido para esses. Para estes, haveria política de distribuição de renda. O Pronaf é orientado para viabilizar os consolidados, e uma parcela dos em transição. Essa tese nos questionamos desde o início, porque essa tese seria aceitar que essa não é uma política de fortalecimento da agricultura familiar. Mas seria uma política de fortalecimento dos consolidados e de exclusão dos periféricos, né? E de fato, foi isso que aconteceu. Boa parte dessas políticas foram políticas que induziram a agricultura familiar a uma crescente dependência do mercado financeiro e dos insumos industriais, e é isso que a gente chama de descampesinação da agricultura familiar. Porque essa agricultura periférica, nessa lógica de mercado, da economia neoclássica, aplicada ao desenvolvimento rural, ela certamente não tem lugar. Mas essa não é a única economia, existem outras economias possíveis, e que é preciso fortalecer.” (PETERSEN, 2021)

A questão da escala e a disseminação do modelo é um ponto nevrálgico do debate da agroecologia. Afinal, se o modelo agroecológico é viável e interessante para as famílias e como lógica de desenvolvimento regional, por que ele não tem uma adoção maior, e se torna o modelo dominante? Por que muitas experiências ficam restritas a um determinado território e não ganham mais escala? Ou ainda, uma pergunta frequente correlata: é possível estruturar um sistema agroalimentar com base na produção agroecológica, ou esta tem vocação para ser, no máximo, um nicho, sob risco de causar desabastecimento, aumento de preços ou fome?

No contexto do Brasil em geral e do Semiárido em particular, essas questões precisam ser entendidas principalmente a partir da ação estatal. Há um extenso conjunto de políticas públicas que incentiva e desincentiva certos tipos de produção, de mercados, de modos de vida, como as políticas fundiárias, tributárias, sociais, creditícias. Delgado (2012) afirma que a modernização conservadora realizada durante a Ditadura Militar criou uma estrutura de economia política própria no campo, que articula 1) uma política fundiária “frouxa”, sem regulação estatal, inclusive da apropriação violenta e ilegal ocasional; 2) uma política creditícia altamente subsidiada para o agronegócio, com taxas de juros menores que a média do mercado e por vezes menor que a inflação, e cuja cobrança de passivos é pouco rígida; 3) tributação favorável ao modelo do agronegócio, com pouca progressividade do Imposto Territorial Rural, isenção de impostos sobre insumos, e demais tributos que incidem sobre o modelo de produção do agronegócio. Esse modelo, que em síntese revela a captura do Estado por elites agrárias, foi atualizado nas conjunturas em que a restrição externa voltou a aguçar a situação de dependência nacional e a primarização das exportações brasileiras: a crise de

1982 e a maxi-desvalorização de 1998. Com isto, o modelo passou a se articular também a uma política cambial desvalorizada, favorável à exportação.

Este modelo teria sido atenuado com a criação de algumas políticas para o pequeno produtor, em especial aquelas que operavam compras diretas dos pequenos produtores, como o PAA e o PNAE (GRISA, SCHNEIDER, 2014). A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, representou a inauguração de um certo *bifrontismo* da política agrária brasileira (POMPÉIA, 2021), com a condução de duas políticas paralelas para os dois segmentos da produção agrícola, calcada num discurso de convivência pacífica. Entretanto, a hegemonia do agronegócio nunca foi de fato ameaçada (DELGADO, 2012), e houve um desmonte do bifrontismo a partir de 2016, com a extinção do MDA e o corte nas políticas voltadas ao pequeno produtor (NASA, 2020).

Essa orientação enviesada da ação estatal é a principal responsável pela manutenção do modelo de produção do agronegócio. O discurso do agronegócio é calcado em uma ideia de eficiência, e da inexorabilidade da disseminação de seu modelo - empresarial, capitalista, industrial e exportador - no campo (POMPEIA, 2021). Entretanto, este modelo é altamente dependente de recursos estatais e de uma regulação ambiental, trabalhista, social e tributária que representa um ônus para a coletividade.

Na avaliação da ASA, os recursos públicos que foram investidos em ações de fortalecimento dos produtores camponeses foram relativamente poucos, mas tiveram impactos mais significativos. Essa seria uma evidência de que esse tipo de produção é capaz de alavancar o orçamento público de forma mais potente. Se houvesse um investimento maior na pequena produção e uma regulação maior do agronegócio, a pequena produção seria capaz de mostrar suas vantagens competitivas.

“Você tem muitas famílias que têm até uma cisterna de beber, mas, assim, elas só têm isso, elas não têm nem lugar para colocar mais nada. Você tem uma situação de concentração de terra no Semiárido. [...] E as cisternas são uma ação barata. Digamos que essa ação [dos programas de cisternas no Semiárido] toda custou quatro bilhões. Quatro bilhões, então, você tem aí um outro Semiárido. Então, se você consegue fazer uma lógica de investimento maior, e agora com água para a produção, com sementes, com apoio a feiras, com apoio, então isso muda. Então, inclusive se discutir, é possível acabar a fome no Semiárido? É possível, não é uma coisa impossível não.” (BARBOSA, 2021)

A agroecologia e a produção camponesa dependem umbilicalmente da manutenção da qualidade produtiva da terra, que por sua vez implica na manutenção de um meio ambiente saudável e equilibrado. A criação de uma base de recursos autossustentada implica necessariamente manter a qualidade dos corpos hídricos, do solo, e da biodiversidade.

“A convivência com o Semiárido é uma perspectiva de integração da pessoa com a natureza, e da natureza com a pessoa. Quem está no centro não é mais o homem, mas a correlação entre as pessoas e os elementos de natureza. O que a convivência quer? Conservar a caatinga ou o cerrado. E que ampliar a caatinga, o cerrado. A gente fala de recaatingamento. O desmatamento está acabando. Quando você trabalha a cisterna e o P1+2, esse tema vem. E você precisa trabalhar esse tema, porque a caatinga você não pode jogar fora. Essa perspectiva leva você a conservar os rios, as águas, as plantas, não usar venenos, não armazenar com agrotóxico. Valorizar a geleia, a carne, o doce sem conservantes. E leva você a esse processo de integração com outras pessoas. Na Convivência você não tem inimigo, você tem um conjunto de companheiros que convivem. Tem uma perspectiva de economia solidária. Eu troco. Troco produto, troco animal. Essa dimensão é a dimensão agroecológica.” (BAPTISTA, 2019)

A produção agroecológica se dá necessariamente em ciclos fechados de nutrientes, de energia, de aditivos. Sair dessa lógica implica o esgotamento da capacidade produtiva da terra e a necessidade de recriar a fertilidade com insumos externos. Essa é a lógica da agricultura empresarial. Esta é baseada em um alto nível de capitalização, de energia e de insumos de origem mineral e fóssil. Entretanto, esse modelo tem mostrado sinais de esgotamento, exigindo cada vez mais insumos - e mais gastos - sem aumentar a taxa de crescimento da produtividade (AKRAM-LODHI, 2021). Esse esgotamento exprime a avaliação da ecologia política de que a expansão capitalista depende fundamentalmente de uma relação extrativa e insustentável do capital em relação à força de trabalho, dos alimentos, da energia, e de matérias-primas (MOORE, 2015).

“Quando a gente estabelece uma agricultura através desse metabolismo industrial, você gera um processo econômico de destruição irreversível, como a economia ecológica diz. É necessário ter uma lógica negentrópica. Não é possível estabelecer uma relação na agricultura que vai só gerando entropia. É necessário estabelecer uma relação com os processos de vida, que é a biodiversidade, o solo vivo, etc, que é isso que faz com que você estabeleça a chamada agricultura sustentável. Um modelo no qual a economia não seja orientada por fluxos lineares de entrada e saída, uma economia altamente entrópica, degradadora da base biofísica, e que em última instância é responsável pelos processos econômicos. Nossa economia opera como se a natureza fosse um recurso infinito de bens e serviços, e como se fosse um sumidouro infinito de resíduos. [...] A gente precisa pensar a convivência com o Semiárido como tendo como fundamento outra economia. Uma economia cuja relação com a natureza é totalmente distinta, uma economia fundamentada nos processos ecológicos, mas ao mesmo tempo gerador e distribuidor de riquezas sociais. A convivência com o Semiárido tem a ver com a relação com a natureza, e com a forma de produção e distribuição de riquezas.” (PETERSEN, 2021)

A agroecologia tem o potencial para contribuir com a solução das mudanças climáticas. A pequena produção contribui com uma parcela relativamente pequena dos gases de efeito estufa, sendo que em alguns casos sua contribuição é negativa, ao fixar o carbono no solo (IAASTD, 2009a). A agroecologia possui também vocação para criar mais resiliência às mudanças climáticas nos territórios. No Semiárido, a produção de estoques de insumos, sementes, animais e águas garante a manutenção da produção ao longo de ciclos de estiagem. Além disso, as práticas de fertilização natural do solo podem restaurar terras tornadas inférteis por práticas predatórias, reflorestar áreas desmatadas, e frear ou reverter a desertificação

“Aqui no Semiárido a gente vê claramente que as famílias que estão no processo avançado de conversão para a agroecologia conseguem perfeitamente produzir bem alimentos, gerar renda e ter um outro olhar e um outro cuidado com o ambiente onde vivem e onde trabalham. Um exemplo recente foi a passagem da grande seca de 2011 a 2017, onde muitas famílias que não estavam no processo de conversão para a agroecologia tiveram impactos imensos nos seus agroecossistemas. Como os criadores de gado, que muitos venderam ou os animais morreram, ou transferiram para outra região, ou tiveram que reduzir para uma quantidade bem pequena e seus sistemas de pastagens ficaram totalmente falidos, sem nenhuma produção capaz de alimentar o mínimo de quantidade de animais possíveis. Isso foi uma prova concreta de que esses sistemas de monocultivos não ajudam a ter uma produção sustentável durante os tempos. Inclusive, também tenho visto que quem tem área de caatinga virgem e não degradada foi a salvação de muitos criadores, que os animais puderam encontrar algum alimento na caatinga mesmo com poucas chuvas, como aconteceu nesses sete anos.” (PEDRO, 2018)

“O metabolismo industrial vai nos levar ao colapso! O último IPCC deixou muito claro, o tempo está acabando. A solução não é tecnológica, é institucional! É necessário outros reguladores metabólicos, do metabolismo social. E isso tem a ver com capital social, com outras formas de entendimento e como a economia se relaciona com a natureza.” (PETERSEN, 2021)

CONCLUSÃO

O Semiárido é um território que está na Periferia do sistema capitalista, ou no Sul Global. Ele esteve nessa situação ao longo dos Séculos XX e XXI e, por conta dessa percepção de atraso, foi objeto da implantação de diversas políticas, projetos e modelos de desenvolvimento. Sua história no período é um verdadeiro laboratório do *Projeto do Desenvolvimento*, com manifestações de diversas vertentes e iniciativas: big-push, industrialização a todo custo, criação de pólos de desenvolvimento, industrialização da agricultura, barragens e irrigação, articulação a cadeias de valor globais. Mais recentemente, um modelo diferente foi proposto para o Semiárido rural, a Convivência com o Semiárido.

Essa visualização panorâmica da história da região mostra que a análise da Convivência pode ser ilustrativa, como um caso de emergência de formas de desenvolvimento contra-hegemônicas. Esse não é um fenômeno restrito ao Semiárido, pelo contrário, é parte de uma fermentação que ocorre em todo o mundo e especialmente no Sul Global. A busca por modelos alternativos de desenvolvimento cresce na medida em que as vertentes liberais e marxistas ortodoxas foram se revelando limitadas, incapazes de entregar a melhora de condições de vida e de expansão de liberdades substantivas (SEN, 2000). Essa fermentação de propostas alternativas tem sido estudada pelas ciências sociais, tendo recebido diversas denominações: desenvolvimento alternativo, desenvolvimento de base, desenvolvimento popular, desenvolvimento participativo, alternativas ao desenvolvimento, pluriverso, entre outras tantas (EVANS, 2004, SELWYN, 2015, THONRQUIST, 2018, ESCOBAR, 1995; MCMICHAEL, 2015).

Essa literatura tem se debruçado sobre as inovações, as potencialidades, os limites e contradições desses modelos. Em particular, como nota Eric Wright (2010), com o ocaso do socialismo real e outras propostas de tomada ou destruição do Estado capitalista, tenderam a ganhar força estratégias políticas e produtivas de ocupação dos interstícios e fendas do Sistema-Mundo (PLOEG, 2016). Por isso, movimentos indígenas, camponeses e dos demais excluídos no Sul Global tendem a ter proeminência nessa literatura, uma vez que são os principais ocupantes desses lugares de importância secundária para o funcionamento do capitalismo global. Por essa razão também surgem neste momento releituras da questão agrária clássica, uma vez que o destino das populações rurais ainda é chave para se pensar as transformações socioeconômicas no mundo, dada a grande proporção da humanidade que vive no campo e a importância dos sistemas agroalimentares para a vida .

Nesta pesquisa, exploramos a fala da ASA sobre sua experiência desenvolvendo ao longo das últimas décadas, aquilo que eles chamam de um *programa de desenvolvimento alternativo*. A análise da Convivência com o Semiárido e o contraste com os outros modelos pretéritos e presentes fornece um rico quadro sobre esta experiência, e as avaliações, expectativas, frustrações e perspectivas dos seus proponentes.

Em primeiro lugar, à luz da experiência da Convivência com o Semiárido, o que podemos dizer das críticas ao projeto do desenvolvimento?

O histórico do Semiárido é um caso exemplar de aplicação do desenvolvimentismo hegemônico. Em particular, é possível observar muito claramente nas práticas de combate à seca e de modernização conservadora do campo praticadas desde o início do Século XX os elementos que são objeto da crítica radical ao desenvolvimento. As políticas e iniciativas para a região começaram por negar o potencial do meio físico para a produção e a vida humana, propondo que grandes transformações do meio físico eram necessárias para desenvolver a região. No plano simbólico, essas iniciativas eram calcadas na desvalorização da cultura e dos conhecimentos locais. Isso levou a uma desconsideração das tecnologias, saberes e ideias que emergiam espontaneamente. Levou também a uma perda da auto-estima e uma internalização da violência simbólica pelos camponeses. Por fim, esse sistema se prestou também ao reforço e à legitimação de certas formas de dominação e exploração. A captura do Estado por elites locais se processou pela indústria das secas e por iniciativas de desenvolvimento regional. A construção de barragens, de sistemas de irrigação, de concessão de subsídios e isenções, a formação de pólos, entre outros, levou a uma intensificação da acumulação privada (BURSZTYN, 2008; WANDERLEY, 2009). Entretanto, essas iniciativas raramente levaram a uma melhoria dos indicadores sociais. A pobreza, escolaridade, saúde movem-se pouco como resultado dessas iniciativas. Nisto, revela-se o sentido dessa forma de desenvolvimento, que é facilitar e atualizar a acumulação sem que as estruturas sociais sejam alteradas significativamente (OLIVEIRA, 2008). O discurso da ASA elabora uma crítica profunda e sofisticada a essas dinâmicas e suas peculiaridades na região, bebendo das análises que já expunham seus efeitos nocivos desde meados do Século XX por Guimarães Duque, Josué de Castro, Celso Furtado, Tânia Bacellar, entre outros (SILVA, 2006).

Em segundo lugar, há ainda uma utilidade para a ideia de desenvolvimento, ou deve-se prescindir do conceito em prol de uma ideia diferente?

A literatura das Alternativas ao desenvolvimento defende que a categoria de desenvolvimento é nociva, e deve ser descartada. Wolfgang Sachs, por exemplo, defendeu que a morte da ideia de desenvolvimento já ocorrera com o fim da Guerra Fria:

“The last forty years can be called the age of development. This epoch is coming to an end. The time is ripe to write its obituary. Like a towering lighthouse guiding sailors towards the coast, ‘development’ stood as the idea which oriented emerging nations in their journey through post-war history. No matter whether democracies or dictatorships, the countries of the South proclaimed development as their primary aspiration, after they had been freed from colonial subordination. Four decades later, governments and citizens alike still have their eyes fixed on this light flashing just as far away as ever: every effort and every sacrifice is justified in reaching the goal, but the light keeps on receding into the dark. [...] Today, the lighthouse shows cracks and is starting to crumble. The idea of development stands like a ruin in the intellectual landscape. Delusion and disappointment, failures and crimes, have been the steady companions of development and they tell a common story: it did not work. Moreover, the historical conditions which catapulted the idea into prominence have vanished: development has become outdated. But, above all, the hopes and desires which made the idea fly are now exhausted: development has grown obsolete.” (SACHS, 2010)

Entretanto, o que se percebe no discurso da ASA não é o abandono dessa noção. Ao mesmo tempo em que os modelos anteriores são criticados, a ideia de desenvolvimento rural sustentável é mobilizada sempre pela organização. É significativo que os movimentos sociais não abandonem inteiramente a categoria. Isso mostra que existe uma percepção de que o conceito é útil, na medida em que a ASA e outros movimentos camponeses preferem disputar o conteúdo do desenvolvimento.

Por fim, no que a experiência da ASA pode ajudar a compreender o tipo de estratégia contra-hegemônica que se inicia nas margens e interstícios do sistema capitalista hegemônico?

Wright (2010) argumenta que esse tipo de iniciativa permite *vislumbrar utopias reais* (“envision real utopias”), mesmo no ápice da hegemonia neoliberal. Na sua defesa de que é necessário um socialismo profundamente democrático e participativo, Wright propõe que um novo programa político pode emergir a partir das lições que experiências como o orçamento participativo, o cooperativismo, e a gestão comunitária de *commons*, e outras experiências democratizantes e redistributivas em nível local, têm a oferecer. Ploeg (2006) concorda, e afirma que essas estratégias têm sido centrais no campo, onde o campesinato resiste por meio de formas de vida e de produção que fogem ao imperativo da mercadorização total, e que dependem fundamentalmente de redes de solidariedade, participação e mobilização.

Esse tipo de estratégia é criticada como inocente e insuficiente por teóricos como Marion Fourcade (2011). Para ela, essas iniciativas podem ser interessantes, mas são incapazes de alterar os pontos fulcrais do neoliberalismo, em especial aquelas instituições que põem o sistema em movimento: movimentos de capital internacionais, sistemas de *rating* de crédito, políticas monetárias, regimes de comércio.

A questão da escala e de transformações profundas está presente na experiência da Convivência com o Semiárido como um feixe de tensão. Por um lado, há uma percepção de atores de que as iniciativas de Convivência tiveram um alcance impressionante, em especial as cisternas. Os programas de cisternas instalaram uma infraestrutura hídrica distribuída que alcançou milhões de famílias e permitiu um grande ganho de bem estar, saúde e margem de independência por parte dos pequenos produtores rurais. A disseminação das cisternas foi acompanhada por outras tecnologias sociais, por intercâmbios, pela implementação de práticas agroecológicas. Os efeitos dessas iniciativas podem ser percebidos também na emergência de feiras agroecológicas e novos circuitos de comercialização. Na fala de muitos atores da ASA, mas também de atores externos, essas iniciativas operaram uma mudança sistêmica e profunda no desenvolvimento social da região, que é visível no fato de que a maior seca já registrada, que durou de 2012 a 2019, teve consequências - migrações, saques, fome, mortes - muito menos dramáticas que as anteriores, e que em muitas regiões a produção chegou a aumentar.

Por outro lado, não foi construída uma hegemonia da Convivência com o Semiárido no plano ideológico. Programas de combate à seca continuam a ser praticados, como é o caso da Transposição do São Francisco. Petrolina-Juazeiro, onde há um polo de fruticultura irrigada e altamente capitalizada, conectado a redes de exportação, ainda é para muitos o modelo de modernização ideal para a região. O ambiente institucional também não foi transformado. Como mostra Aquino (2020), o pequeno produtor agrícola do Semiárido continua a sofrer da carência de recursos produtivos que impede o aperfeiçoamento e a sofisticação de sua produção. O acesso à terra, à água, ao crédito e à tecnologia é extremamente concentrado. O acesso a esses recursos, por sua vez, é mediado por instituições tributárias, fundiárias, creditícias e tecnológicas, que no atual momento são quase que totalmente viesados para a produção em moldes empresariais e capitalistas (DELGADO, 2012).

Se as estratégias da ASA se esgotam na resistência e na melhora pontual de alguns elementos da vida dos agricultores, ou se elas têm um potencial a longo prazo de transformar profundamente essas instituições, é uma pergunta que não pode ser respondida ainda. Ainda assim, não deixa de ser notável que um grupo de associações da sociedade civil foi capaz de conceber e implantar um conjunto significativo de tecnologias, e com isso solucionar uma demanda que o Estado brasileiro se propôs ao longo de um século e foi incapaz de entregar: criar acesso ao direito básico à água para as populações do Semiárido. A ASA mostrou também que a vida do camponês do Semiárido é viável, e pode ser boa e bonita.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs; Unicamp: Hucitec, 1992.

_____. **Novas Instituições para o Desenvolvimento. Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. IPEA. 1999. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td_0641.pdf>

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, n. 2, v. IV, p. 379-397, abril/ junho, 2000.

ANDRADE, M.C. **Espaço, polarização e desenvolvimento** : a teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina. Rio de Janeiro. Editora Vozes.1977.

ASA. **Mapa de Tecnologias Sociais**. 2021a. Disponível em <<https://www.asabrasil.org.br/mapatecnologias/>>. Acesso em 12/10/2021.

ASA, 2021b. **Acervo de Fotografias**. 2021b. Disponível em <<https://www.flickr.com/photos/asabrasil/>>. Acesso em 12/10/2021.

AKRAM-LOHDI, H.; KAY, C. Surveying the agrarian question (part 1): unearthing foundations, exploring diversity. **The Journal of Peasant Studies**. 2010a. Pages 177-202

_____. Surveying the agrarian question (part 2): current debates and beyond. **The Journal of Peasant Studies**. 2010b. p. 255-284.

AKRAM-LODHI, H. The ties that bind. **The Journal of Peasant Studies**. 2021. p.

AQUINO, J. A Grande Seca e as fontes de ocupação e renda das famílias rurais no Nordeste do Brasil. *Revista econômica do Nordeste* 51(2):81-97. Junho 2020.

AZEVEDO, J. Metodologias qualitativas : análise do discurso. In. **Metodologias qualitativas para as ciências sociais**. Porto.. 1998. p. 107-114.

SELWYN, B. Elite development theory: a labour-centred critique. **Third World Quarterly**. 2015, Volume 37, 2016 - Issue 5.

BOURDIEU, P. The essence of neoliberalism. In **Le Monde Diplomatique**, Dez/ 1998. Disponível em <<https://mondediplo.com/1998/12/08bourdieu>>. Acesso em: 14/07/2020.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro. Rocco. 1987.

BURAWOY, M. . Facing an unequal world. **Current Sociology**, 63(1), 5–34. 2015.

BURZSTYN, M.. **O poder dos donos. Planejamento e Clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Vozes. 2008.

CASTRO, C.N.. Sobre a Agricultura Irrigada no Semiárido: uma análise histórica e atual, de diferentes opções de política. In **Avaliação de Políticas Públicas no Brasil**: uma análise do semiárido. IPEA. Brasília. 2019.

COCHRANE, W. **Farm prices, myths and reality**. University of Minnesota Press: Minneapolis. 1958.

DAVIS, M. **Late Victorian Holocausts**. London: Verso, 2001.

_____. **The Monster at our doors**. New Press. New York. 2005

EISENSTADT, S. N. (2000). "Multiple Modernities". *Daedalus*, janeiro de 2000: 1-29.

ESCOBAR, A. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton University Press. Princeton. 1995.

_____, **Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds**. Duke University Press. Durham. 2018.

EVANS, P. Government Action, Social Capital and Development : Reviewing the Evidence on Synergy. **World Development**, jun. 1996 vol. 24, n. 6, p. 1119-1132.

_____. Beyond "Institutional Monocropping": institutions, capabilities, and deliberative development. **Sociologias**. n.9, pp.20-63 [online]. 2003.

EVANS, A. **Did Irrigation Entrench the Patriarchy?**. 2020. Disponível em <<https://www.draliceevans.com/post/did-irrigation-entrench-the-patriarchy>>

ESTREVA, G.. Beyond Development, What?. **Development in Practice**, Vol. 8, N.3, Ago. 1998.

FAVARETO, A. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além. **Raízes: Revista De Ciências Sociais e Econômicas**, 37(2), 7-26. 2017. Disponível em <<https://doi.org/10.37370/raizes.2017.v37.62>>.

_____. Prefácio à segunda edição. In VEIGA. J.E. **O Desenvolvimento Agrícola**. Uma visão histórica. Edusp. São Paulo. 2013.

FERREIRA, Isadora de Afrodite Richwin. **Água e política no sertão: desafios ao Programa Um Milhão de Cisternas**. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber* Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOURCADE, M. On Erik Olin Wright, Envisioning Real Utopias. **Socio-Economic Review** (2012) 10, 369–402. 2011.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

HIRSCHMAN ,A. O. **Getting ahead collectively: grassroots experiences in Latin America**. N. York, Pergamon Press. 1984.

HOBSBAWM, E. **The Age of Extremes: The Short Twentieth Century, 1914–1991**. New York: Pantheon Books, 1994.

IAASTD. **Agriculture at a Crossroads: The Synthesis Report**. Washington, DC, USA: International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development. 2009a. Disponível em <www.agassessment.org/>. Acesso em 14/07/2020.

IAASTD. **Agriculture at a Crossroads: The Global Report**. Washington, DC, USA: International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development. 2009b. Disponível em <www.agassessment.org/>. Acesso em 14/07/2020.

IHU. 2017. Acesso em 08/01/2022. Disponível em <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/563868-adeus-as-secas-com-milhoes-de-mortos>>

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

WANDERLEY, M.B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In : **Para pensar outra agricultura**. FERREIRA, Ângela Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. (Orgs.). Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

_____. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Ed. especial. 2009.

MARTINS, J.S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARX, K. ENGELS, F.. Manifesto do Partido Comunista. **Estud. av.** [online]. vol.12, n.34 [cited 2020-07-13]. 1998.

MENDRAS, H. **The Vanishing Peasant: Innovation and Change in French Agriculture**. The MIT Press, Cambridge. 1970.

MIGNOLO, W. D. Delinking: the rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality, **Cultural Studies**, 21:2, 449 - 514. 2007.

MCMICHAEL, P. **Development and social change : a global perspective**. Los Angeles. Sage. 2015

_____. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**. 2009. Pages 139-169.

MERTON, R.K. **Sociology of science and sociology as science**. A Columbia / SSRC book. Columbia University Press, New York, USA. ISBN 9780231151122.

MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização**. Paz e Terra, 1979

MOORE, J. **Capitalism in the web of life: ecology and the accumulation of capital**. London: Verso Press. 2015.

MORTARA, Anna. **Construção de capacidades estatais: um estudo do Programa Cisternas do Governo Federal**. São Paulo, FGV. Ano de Obtenção: 2017.

NORONHA, Gustavo. Apontamentos sobre a questão agrária no Brasil. **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**. Brasília. Vol. 4 nº2, 2014. Pgs. 183-206.

OSTROM, E.; SCHROEDER, L.; WYNNE, S.. Analyzing the Performance of Alternative Institutional Arrangements for Sustaining Rural Infrastructure in Developing Countries. **Journal of Public Administration Research and Theory**, jan. 1993, Vol. 3, Issue1, Pages 11–45.

OFFNER, A. **Sorting Out the Mixed Economy: The Rise and Fall of Welfare and Developmental States in the Americas**. New Haven. Princeton University Press. 2019.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KAY, C. East Asia Success and Latin American Failure: agrarian reform, industrial policy and state capacity. In **Political Conflict and Development**. East Asian and Latin American Experiences. Routledge. New York. 2006.

LANG, M. Alternativas ao Desenvolvimento. In Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento (pp.24-45). Fundacao Rosa Luxemburgo. São Paulo. 2016.

LAVALLE, A., SWAKO, J. Seeing like a social movement: Institucionalização simbólica e capacidades estatais cognitivas. **Novos estudos CEBRAP** 38 (2) • May-Aug 2019.

LANSING, J. **Priests and Programmers: Technologies of Power in the Engineered Landscape of Bali**. New Haven. Princeton University Press. 2007.

NIXON, B., **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. Cambridge, MA/London, England: Harvard University Press. 2011.

OLIVEIRA, F. de. **A noiva da revolução / Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OTTO, I.M., DONGES, J.F., CREMADES, R., BHOMIK, A., Hewitt, R.J. et.al. 2020. Social tipping dynamics for stabilizing Earth's climate by 2050. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, Jan 2020.

OWEN, W. F. The Double Developmental Squeeze on Agriculture. *American Economic Review*, LVI. Março de 1966, p. 43-70. 5.

HOLT-GIMENEZ, E. SHATTUCK, A.PATEL, R. **Food Rebellions!: Crisis and the Hunger for Justice**. Food First Books. New York. 2009.

PATNAIK, U. **The agrarian question in the neoliberal era**. Primitive accumulation and the peasantry. Pambazuka Press. Cape Town. 2011.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estud. av.**, São Paulo , v. 3, n. 7, p. 87-108, Dec. 1989 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=en&nrm=iso>

PETERSEN, P. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro (Introdução). **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Ed. especial. 2009.

PETERSEN, P. SILVEIRA, L. **Agroecology, Public Policies and Labor-Driven Intensification: Alternative Development Trajectories in the Brazilian Semi-Arid Region**. *Sustainability* , v. 9, p. 535, 2017.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas. 1996.

PLOEG, J.D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. Potatoes and knowledge. In M. Hobart (Ed.), **An anthropological critique of development: the growth of ignorance**. London/New York : Routledge (pp. 209-227).1993.

_____. **Resistance of the third kind and the construction of sustainability.** Paper presented to ESRS Conference, Wageningen, 23 of August, 2007. Disponível em: <www.jandouwevanderploeg.com>. Acesso em: 14/07/2020.

_____. From de-to repeasantization: The modernization of agriculture revisited. **Journal of Rural Studies.** Jul. 2018. Vol 61. P. 236-243.

_____. Theorizing Agri-Food Economies. **Agriculture.**, 6, 30. 2016.

POLANYI, Karl. **A grande transformação.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio.** São Paulo. Editora Elefante. 2021.

PRZEWORSKI, A.; LIMONGI, F. Modernization: Theories and Facts. **World Politics**, 1997, n. 49, pp. 155-184.

QUIJANO, A. **Coloniality of Power**, Eurocentrism, and Latin America. *Nepantla: Views from South* 1.3. 2000.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C.. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1069-1094, Dec. 2008.

ROSSET, M.; ALTIERI A. **Agroecology: Science and Politics.** Fernwood Publishing and Practical Action Publishing. Canada. 2017.

ROSSET, P. ; MACHÍN S., BRAULIO ; ROQUE J., ADILÉN M.; DANA R. . The -to-agroecology movement of ANAP in Cuba: social process methodology in the construction of sustainable peasant agriculture and food sovereignty. **JOURNAL OF PEASANT STUDIES**, v. 38, p. 161-191, 2011.

ROSTOW, W. W. The Stages of Economic Growth. **Economic History Review** 12#1, 1959.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil.** Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009

SANTOS, T.. **Articulação no Semiárido brasileiro (ASA Brasil):** A convivência com o semiárido e a construção de um regionalismo de resistência. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, 2015.

SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud.** CEBRAP (79) • Nov 2007.

SACHS, W. **The Development Dictionary.** A Guide to Knowledge as Power. Zed Books. 2010.

SAHLINS, M. What is Anthropological Enlightenment? Some Lessons of the Twentieth Century. *Annual review of anthropology.* Out. 1999. Vol. 28:i-xxiii.

SASSEN, S. **Expulsions:** Brutality and Complexity in the Global Economy. Cambridge. The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** São. Paulo; Editora Cortez. 2010.

SCOTT, J. **Seeing Like a State**. Why Certain Schemes to Improve Human Condition Have Failed. New Haven/Londres: Yale University Press, 1998.

SEN, A. K. **Development as Freedom**. New York: Anchor Books. 2000.

SIGAUD, L. (1986), **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos**: as barragens de Sobradinho e Machadinho. *Comunicação 9*. Programa de pós-graduação em antropologia social, Museu Nacional – UFRJ.

SILVA, R.M.A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. 298 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

STUDWELL, J. **How Asia Works**: Success and Failure in the World's Most Dynamic Region. 2013.

TÖRNQUIST, O. **Kerala Efforts at Inclusive Development In View of the Global Crisis of Social Democracy**. 2019. Working Paper, Disponível em <<http://folk.uio.no/ollet/files/KCHR-Working-Paper-2019.pdf>>. Acesso em: 14/07/2020.

VEIGA, J.E. **O Desenvolvimento Agrícola**. Uma visão histórica. Edusp. São Paulo. 2013.

Anexo I - Listagem do material consultado

a) Entrevistas

Entrevistado	Organização	Data
Naidson de Quintella Baptista	ASA (ex-liderança)	17/10/2019
Antonio Barbosa	ASA (Segunda Água)	18/11/2021
Rafael Neves	ASA (Coordenação)	03/09/2019
Fernanda Cruz	ASA (comunicação)	14/05/201
Silvio Sant'anna	ASA (ex-liderança)	28/11/2015
Paulo Petersen	ASPTA/ ASA	15/10/2021
Lilian Rahal (Governo Federal)	Governo Federal	16/09/2019
Victor Leal Santana (Governo Federal)	Governo Federal	25/09/2019

b) Fontes e documentos consultados

Documento/fonte	Acesso
Site ASA Brasil	https://www.asabrasil.org.br/
Acervo O Candeeiro	https://www.asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro

Acervo de fotos ASA	https://www.flickr.com/photos/asabrazil
Programa Vozes do Campo	https://www.asabrazil.org.br/radio-asa/vozes-do-campo-e-da-cidade
Canal Youtube CASA Semiárido	https://www.youtube.com/channel/UCQLXNz3Qh_cerWb5ztp94uA
Canal Youtube AKSAAM	https://www.youtube.com/c/Aksaam?app=desktop
Canal Youtube ASA	https://www.youtube.com/user/asabrazil1